

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

CURSO DE JORNALISMO

JÉSSICA CAROLINE KILPP

#precisamos falar sobre aborto:

Um estudo dos comentários na campanha da Revista TPM no Facebook

PORTO ALEGRE

2015

JÉSSICA CAROLINE KILPP

#precisamos falar sobre aborto:

Um estudo dos comentários na campanha da Revista TPM no Facebook

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Nilda Aparecida Jacks

Coorientadora: Mestra Dulce Helena Mazer.

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Kilpp, Jessica Caroline
#precisamos falar sobre aborto: Um estudo dos
comentários na campanha da Revista TPM no Facebook /
Jessica Caroline Kilpp. -- 2015.
113 f.

Orientador: Nilda Aparecida Jacks.
Coorientador: Dulce Helena Mazer.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Comunicação
Social: Jornalismo, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. webjornalismo. 2. jornalismo de revista. 3.
gênero. 4. feminismo. 5. aborto. I. Jacks, Nilda
Aparecida, orient. II. Mazer, Dulce Helena,
coorient. III. Título.

#precisamos falar sobre aborto:

Um estudo dos comentários na campanha da Revista TPM no Facebook

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Nilda Aparecida Jacks

Orientadora

Prof.^a Dr.^a Márcia Veiga da Silva

Examinadora

MS. Pâmela Caroline Stocker

Examinadora

Porto Alegre, julho de 2014.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de um recente e incansável sonho em colaborar com a discussão feminista na sociedade e no jornalismo. Mas o feminismo no qual acredito, e a partir do qual construo a minha vida diariamente, não seria possível sem a ajuda de mulheres maravilhosas e importantes para a minha formação. Agradeço à minha mãe, Terezinha Michels, que sempre me mostrou o quanto as mulheres podem, e devem, garantir sua independência e seguir ajudando umas às outras. À minha irmã, Bárbara Kilpp, exemplo de força e de coragem para lutar pelo que acredito. À Luna, minha pequena sobrinha, a quem desejo um futuro lindo e livre. À Danda, segunda mãe, responsável pelo meu crescimento pessoal e intelectual. Ainda, ao meu pai, Raul Kilpp, por batalhar e me ensinar na prática como é possível alcançar o que quero. E ao meu cunhado, Diuliano Wagner, um grande aliado na luta das mulheres.

Ao Pablo Girardi e ao Giordano Gil, os primeiros e eternos amigos. À amiga Paula Kellermann, que me ensinou a ter orgulho de quem sou e à Jhessi, que me inspira liberdade e amor. Aos queridos que tanto me orgulham: Rodrigo Lorenzi, meu eterno parceiro da faculdade e culpado pelo meu amor às pautas de gênero e sexualidade; Nicolas Sales, que me ensina a desconstruir diariamente e alimenta comigo sonhos de mudança; Matheus Bertoldo, que me enche de autoestima e Marcel Hartmann, que transborda amor à profissão.

A todas as mulheres da FABICO, que me ensinam na prática o conceito de sororidade. Em especial às migas Júlia Matos, Luana Casagrande, Marina Bitencourt, Nádía Alfbio e Luli. À Júlia Corrêa, parceira de desabafos e autoconhecimento e à Stefanie Cirne, que me levou a um lindo caminho de empoderamento nos grupos feministas na Internet. À Márcia Veiga, professora que inspira a todas, dentro e fora da sala de aula. Aos colegas do Diretório e da Semana da Diversidade Sexual e de Gênero, sempre dispostos a resistir para colocar os sonhos em prática. À equipe da Revista Bastião, que tão bem me acolheu em seu projeto por um jornalismo independente. E ao Eric Seger e à Liana Alice, que compartilharam comigo parte de sua história e muito me ensinaram.

Obrigada também à equipe da ONG Somos – Comunicação, Saúde e Sexualidade, pelo maior aprendizado que tive na faculdade: a alteridade. Ao Tito, da Arquipélago Editorial, pela confiança, e apoio no momento do TCC. À orientadora Nilda Jacks por abraçar o meu projeto e à Dulce Mazer, coorientadora paciente, agora amiga e parceira feminista.

E, por fim, ao meu namorado Chico, pela paciência, pela sensibilidade e por um amor que não imaginava ser possível.

RESUMO

Este trabalho analisa de que forma os leitores da Revista TPM se posicionaram no Facebook em relação à legalização do aborto no Brasil durante a campanha *Precisamos Falar Sobre Aborto*, entre outubro e dezembro de 2014. Parte-se dos Estudos Culturais e de recepção, bem como das Teorias do Jornalismo, para pensar a noção de receptores ativos na comunicação. Discute-se o jornalismo de revista segmentado como um dos caminhos para pautar a temática do aborto e a forma como a Revista TPM rompe com um modelo masculino de produção jornalística. Aborda-se a partir da teoria feminista e dos estudos de gênero a interferência do sistema sexo/gênero nas compreensões sociais sobre a maternidade, que atribui à mulher um papel de mãe com base em diferenças biológicas. Através de um Estudo de Caso qualitativo de 1.535 argumentos contrários e favoráveis à legalização do aborto, organizados em 14 categorias distintas, utiliza-se o gênero como categoria de análise para compreender a diferença entre as opiniões de homens e mulheres. Quantitativamente, predominam opiniões contrárias à legalização, sendo 674 comentários *Contra* e 536 *A favor*. Ainda, predominam mulheres favoráveis e homens contrários, sendo 512 comentários de mulheres e 24 de homens favoráveis e 381 de mulheres e 293 de homens contrários. Conclui-se que na Internet se reforça a existência de um novo feminismo, mas que ainda é atribuído às mulheres o papel e a responsabilidade social sobre a reprodução.

Palavras-chave: webjornalismo; jornalismo de revista; gênero; feminismo; aborto

ABSTRACT

This paper analyzes how readers of Revista TPM position themselves on Facebook in relation to legalization of abortion in Brazil during the campaign *Precisamos Falar sobre Aborto*, between October and December 2014. It uses Cultural Studies and reception, as well as Theories of Journalism, to think the notion of active receivers in communication. It discusses targeted magazine journalism as one of the ways to guide abortion issues and the way Revista TPM breaks with a male model of journalistic production. It is approached from feminist theory and gender studies interference of sex/gender system in social understandings about motherhood, which assigns to women a mother role based on biological differences. Through a qualitative case study of 1,535 arguments against and in favor of legalizing abortion, organized into 14 distinct categories, genre is used as an analytical category to understand differences between opinions of men and women. Quantitatively, predominant opinions are contrary to legalization, with 674 comments against and 536 in favor. Most women are favorable and most men are contrary, with 512 comments of women and 24 of men in favor and 381 of women and 293 of men against. We conclude that Internet enhances the existence of a new feminism, but that is still assigned to women the role and social responsibility on reproduction.

Key-words: webjournalism; magazine journalism; gender; feminism; abortion

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** Identidade visual da campanha 13
- Figura 2:** Primeira postagem referente à campanha na *fanpage* 14
- Figura 3:** Chamada para o debate no Facebook da revista, no dia 24 de novembro 39
- Figura 4:** Exemplo de comentário primário 55
- Figura 5:** Organização do banco de dados no programa NVIVO 58
- Figura 6:** Nós (ou categorias) 59
- Figura 7:** Gráfico com argumentos gerais, sem distinção de gênero 63
- Figura 8:** Categorias mais recorrentes quantitativamente *A favor* 63
- Figura 9:** Categorias mais recorrentes quantitativamente *Contra* 64
- Figura 10:** Gráfico referente à manifestação *Contra* e *A favor* de mulheres (azul claro) e homens (azul escuro) 66
- Figura 11:** Argumentos favoráveis utilizados por mulheres (azul claro) e homens (azul escuro) nas principais categorias 66
- Figura 12:** Comparação entre argumentos contrários utilizados por mulheres (azul claro) e homens (azul escuro) nas principais categorias 67
- Figura 13:** Nuvem de palavras sobre *Autonomia da mulher* 69
- Figura 14:** Nuvem de palavras referentes ao *Controle sobre a mulher* 70
- Figura 15:** Nuvem de palavras sobre *Elogio à edição* 72
- Figura 16:** Nuvem de palavras com argumentos *Contra* mesmo em caso de estupro 75
- Figura 17:** Nuvem de palavras com argumentos de cunho moralista 82
- Figura 18:** Nuvem de palavras usadas por quem usa o argumento *Vida de mulheres* 83
- Figura 19:** Nuvem de palavras que mostram o argumento de *Assassinato* 84
- Figura 20:** Nuvem de palavras com termos diretamente misóginos 86
- Figura 21:** Nuvem de palavras com argumentos direta e indiretamente misóginos 87
- Figura 22:** Nuvem de palavras com as *hashtags* mais usadas nos argumentos *Contra* 91

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Argumentos favoráveis e contrários que apresentam ideia de oposição 61

Quadro 2: Quantidade de argumento em cada categoria *A favor* 63

Quadro 3: Quantidade de argumentos em cada categoria *Contra* 64

Quadro 4: Exemplos de comentários de cada categoria 106

SUMÁRIO

Introdução	12
1. Estudos de recepção e jornalismo: diálogos com os estudos de gênero	16
1.1 <i>Estudos Culturais: teoria e mudança política</i>	16
1.1.1 A urgência do feminismo nos Estudos Culturais	19
1.1.2 Os estudos de recepção	21
1.2 <i>Panorama das pesquisas de recepção, jornalismo e gênero no Brasil</i>	26
2. Jornalismo, revistas femininas e o Facebook	30
2.1 <i>A reportagem “Precisamos Falar Sobre Aborto”</i>	30
2.1.1 Aplicações teóricas à abordagem jornalística da reportagem	34
2.2 <i>Revistas femininas: segmentação e agendamento de pautas feministas</i>	36
2.3 <i>A Revista TPM e seus leitores no Facebook</i>	38
2.3.1 Violência simbólica nas interações	42
3. Feminismo, maternidade e aborto: História e conceitos	44
3.1 <i>A evolução do feminismo e o sistema sexo/gênero</i>	44
3.2 <i>Maternidade como escolha e controle de natalidade</i>	49
3.2.1 Contracepção, aborto e infanticídio.....	51
4. Análise dos comentários: metodologia e argumentos sobre a legalização do aborto ... 54	
4.1 <i>Metodologia</i>	54
4.2 <i>Análise dos comentários</i>	60
4.2.1 Análises comparativas entre homens e mulheres	64
4.2.2 Adoção, “doação” e abandono	66
4.2.3 Autonomia, liberdade sexual e controle sobre a mulher.....	67
4.2.4 Ciência	69
4.2.5 Elogios e críticas à edição da revista	70
4.2.6 Estupro	72

4.2.7 Prevenção	74
4.2.8 Religião	75
4.2.9 Saúde pública	77
4.2.10 Hipertexto.....	78
4.2.11 Moralismo	79
4.2.12 Vida de mulheres x Assassinato de bebês.....	81
4.2.13 Sororidade x Misoginia.....	84
4.2.14 Machismo x Culpa da mulher	86
4.2.15 Outras categorias	89
5. Considerações Finais.....	91
Referências bibliográficas.....	97
Anexos	106

Introdução

O presente trabalho surge de um desconforto pessoal, mas principalmente da experiência coletiva de conhecer desabafos e depoimentos de diversas mulheres do Brasil, integrantes de grupos feministas na internet que compartilham, juntas, medos, angústias e sofrimentos em relação a (ausência de) discussões pertinentes sobre a legalização do aborto no Brasil. Particularmente, surge de um sentimento próprio de responsabilidade, enquanto mulher e jornalista, de pensar como a temática do aborto é tratada e recebida no Brasil, especificamente na mídia, no jornalismo e na Internet.

É importante destacar, no entanto, que a autora fala de um lugar privilegiado de mulher branca, cisgênero¹, heterossexual, de classe média e universitária. Perfil que, ao longo dos anos, espera-se que se diversifique com a introdução das cotas sociais e raciais nas universidades brasileiras, o que pode colaborar para que, cada vez mais, as mulheres consigam falar por si mesmas.

Além disso, é importante já delinear que a discussão aqui tratada - a legalização do aborto no Brasil - não atinge apenas mulheres cisgênero com útero, mas todas as pessoas, com ou sem útero, oprimidas por seu gênero, inclusive os homens e as mulheres transexuais. Para fins de recorte e, embora compreenda essa diversidade, o trabalho terá como foco as mulheres, compreendendo esse termo em toda sua rede de significados, levando em conta a intersecção entre identidade de gênero, classe, raça/etnia, orientação sexual, etc.

Neste trabalho, entende-se que as discussões sobre a legalização do aborto no Brasil vêm ganhando espaço e repercussão na agenda midiática brasileira, paralelamente ao aumento das problematizações sobre gênero e sexualidade também no jornalismo. Por isso, considera-se o tema de extrema importância no meio acadêmico da comunicação, cuja bibliografia já existente sobre o assunto é ainda incipiente. Além disso, leva-se em conta que essa é uma pauta histórica para o feminismo, movimento com o qual a autora se identifica pessoal, política e academicamente.

Sendo um estudo de comunicação, portanto, este trabalho se inspira nos estudos de recepção, com foco no jornalismo de revista presente na web, para realizar uma pesquisa empírica no Facebook. O objeto de estudo específico são 1.535 comentários feitos pelos seguidores da página da Revista TPM (Trip para Mulheres), uma publicação jornalística que

¹ Termo utilizado para nomear pessoas que se identificam com o gênero imposto socialmente em seu nascimento.

aborda temas de cultura e informação voltados para o público feminino desde 2001 e está presente na Internet pelo seu site e por suas contas nas redes sociais, como o Facebook. Todos os comentários analisados referem-se a postagens sobre a campanha #precisamos falar sobre aborto², exemplificada Figura 1.

Figura 1 – Identidade visual da campanha



Fonte: *Print Screen* feito pela autora na página da Revista TPM no Facebook

Criada pela própria TPM, foi produzida como reportagem especial na versão impressa de novembro de 2014 e repercutida e ampliada na Internet. Seu primeiro anúncio na *fanpage* do Facebook é datado do dia 24 de outubro de 2014, conforme a Figura 2 – quando a análise deste trabalho se inicia e segue, ao longo de toda a campanha, até o dia 06 de dezembro de 2014, quando apareceu a última publicação referente à campanha.

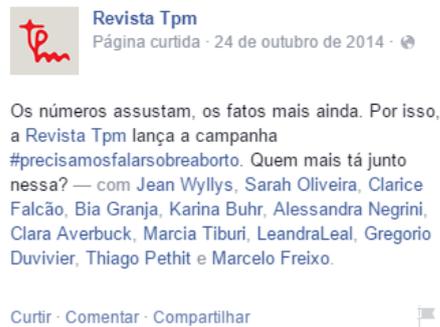
Todas as postagens, e seus respectivos comentários, foram registradas através de capturas de tela no computador e, posteriormente, os dados foram analisados, cruzados e categorizados no *software* NVIVO, utilizado para pesquisas de cunho qualitativo.

Teoricamente, este objeto de estudo se relaciona com a afinidade da autora com os estudos de gênero e de sexualidade e tem conexão com os Estudos Culturais e de recepção. Além disso, o foco é na Internet pois entende-se que nas redes sociais e nos portais de notícias, por exemplo, os comentários e as opiniões do público levam discussões consideradas polêmicas para novas condições de disputa (seja ela política, social, de gênero, de classe ou de

² Embora o uso correto de *hashtags* na Internet seja unindo as palavras para criar um link clicável (FACEBOOK, *online*) como em #precisamosfalarsobreaborto, para facilitar a compreensão da leitura deste estudo optei por separar as palavras quando a hashtag é citada no texto.

raça) entre agentes diversos. Aqui, o aborto é visto para além da polémica, sendo este trabalho filiado à ideia da Revista TPM de que é uma discussão urgente e necessária para a saúde pública das mulheres.

Figura 2 – Primeira postagem referente à campanha na *fanpage*



Fonte: *Print Screen* feito pela autora na página da Revista TPM no Facebook

O objetivo do trabalho, portanto, é compreender, a partir da criação de categorias, quais são e como são organizados os argumentos utilizados nos comentários ao longo do debate sobre a legalização do aborto no Brasil promovido pela Revista TPM no Facebook. Os objetivos específicos são contextualizar teoricamente os Estudos Culturais e de recepção e apontar qual a relação deles com a teoria feminista; identificar de que forma se justifica a existência da campanha a partir do aporte teórico das Teorias do Jornalismo; compreender o papel da revista como resistência a um modelo masculino de jornalismo; demarcar a importância dos estudos feministas e de gênero e sua relação com a compreensão histórica sobre maternidade e aborto; utilizar o conceito de gênero como categoria de análise, identificando os argumentos mais utilizados por homens e mulheres nos comentários e, por fim, delinear quais as principais formas de resistência e opressão que se (re)produzem nesse debate.

Nesse sentido, o Capítulo 1 irá delinear e apontar a relação entre os Estudos Culturais e os estudos feministas, bem como sua presença na América Latina, a partir dos trabalhos de Hall (2003), Escosteguy (2010) e Messa (2008). As duas últimas autoras reforçam outra justificativa para este trabalho, pois afirmam que analisar um objeto sob a perspectiva dos estudos de gênero ainda é um grande desafio na comunicação. A partir de Jacks (2014),

busca-se contextualizar a inserção dos estudos de recepção, inspiração para este trabalho, no Brasil, com enfoque para jornalismo, web e estudos de gênero.

No Capítulo 2, será apresentado um estudo de caso sobre a reportagem “Precisamos Falar Sobre Aborto” da Revista TPM, para mostrar de que forma abordou a temática do aborto e quais dados utiliza para justificar a pauta. As teorias do jornalismo de Traquina (2001), Canellas (2008), Bahia (1990) e Silva (2014) serão utilizadas para esse fim. Aqui, busca-se entender também a TPM enquanto revista de segmentação feminina, conforme Buitoni (2013) e Scalzo (2004). Da mesma forma, discorre-se sobre sua presença no Facebook, a partir do conceito de webjornalismo de Mielniczuk (2003) e dos sites de rede social que permitem a interação entre atores sociais, conforme Recuero (2009).

No Capítulo 3, as teorias de Beauvoir (2009), Butler (2003), Scott (1995) e Piscitelli (2002) serão utilizadas como forma de abordar as relações de gênero que permeiam a questão da maternidade e do aborto e compreender de que forma elas estão ligadas à opressão das mulheres. O poder das instituições sobre a reprodução, bem como sobre o reforço da ideia de que a maternidade é algo intrínseco a todas as mulheres, também será tratado a partir de Rodhen (2003), Del Priore (2013) e Thernborn (2006).

No Capítulo 4, é explicada a metodologia utilizada, baseada no Estudo de Caso dos 1.535 comentários da campanha. Nesse sentido, será relatada a análise, o cruzamento e a categorização dos dados a partir do *software* de pesquisa qualitativa NVIVO. Para analisar o conteúdo desses comentários, que trazem argumentos contrários e favoráveis à legalização do aborto no Brasil, foram criadas categorias baseadas no que foi dito pelos leitores e/ou na interpretação da autora, bem como divisões entre homens e mulheres. Elas estão divididas em 14 itens desenvolvidos ao longo deste Capítulo e foram ilustradas a partir de quadros, gráficos e nuvens de palavras gerados pela autora e pelo próprio NVIVO.

Nas Considerações Finais, será avaliado se, e de que forma, os objetivos desta pesquisa foram cumpridos. Também serão apontadas conclusões a respeito da análise dos comentários, realizada a partir das categorias criadas, fazendo uma breve retomada do aporte teórico abordado ao longo deste trabalho.

1. Estudos de recepção e jornalismo: diálogos com os estudos de gênero

O surgimento dos Estudos Culturais na Inglaterra, na década de 50, além de indicar a emergência de pesquisas com novas visões a respeito do conceito de cultura, também se relaciona com os estudos de recepção nos meios de comunicação e com os estudos de gênero e feminismo - diretamente ligados a esta pesquisa. Por isso, é necessário dar conta de um breve apanhado histórico sobre o tema, sustentado por Hall (2003), Escosteguy (2010) e Messa (2008), que trabalham teorias relacionadas ao surgimento dos Estudos Culturais na Inglaterra e na América Latina e colaboram para o entendimento do objeto de estudo deste trabalho - os comentários dos leitores frente ao debate da Revista TPM no Facebook.

Sobre o contexto das pesquisas de recepção no Brasil, Jacks (2014) aponta lacunas e tendências ainda latentes nessa área de pesquisa. A partir dessa leitura, é possível identificar que os estudos de recepção em jornalismo - voltados para a temática de gênero (no caso, gênero feminino) -, na Internet, ainda são escassos. Isso justifica a escolha do objeto de estudo deste trabalho, que busca contribuir tanto para a pesquisa em jornalismo como para compreender a interação dos leitores da Revista TPM no Facebook a respeito da legalização do aborto no Brasil - com foco nos comentários que serão apresentados na análise. No entanto, destaca-se que este trabalho não é um estudo de recepção, mas uma pesquisa empírica em comunicação inspirada nesse tipo de estudo. Este trabalho se preocupa com o posicionamento dos internautas acerca da temática do aborto - que estão em um processo comunicacional muito mais complexo, cujas mediações merecem ser estudadas mais profundamente.

1.1 Estudos Culturais: teoria e mudança política

Como campo de estudo organizado e disposto a pensar uma nova forma de cultura, os Estudos Culturais surgem no *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), fundado em 1964 por Richard Hoggart, com a participação, entre outros, de Stuart Hall, e ligado ao *English Department* da Universidade de Birmingham, na Inglaterra (SOVIK, 2003). Apesar de contradições sobre quais seriam as primeiras manifestações dos Estudos Culturais, acredita-se que tenham ocorrido no final dos anos 1950 (ESCOSTEGUY, 2010) com o

trabalho de Richard Hoggart, Raymond Williams e Edward Palmer Thompson, “muitos deles originários das margens, seja por motivos de classe ou geografia” (SOVIK, 2003, p. 11). Os autores trouxeram novos entendimentos sobre cultura, valorizando as práticas e as relações sociais entre os sujeitos, bem como os enfrentamentos que ocorriam em virtude de seus diferentes modos de vida. Hoggart, por exemplo, afirmava que no âmbito popular não há somente submissão, mas também resistência, como aponta Escosteguy (2010). Surgia, então, uma nova forma interdisciplinar de encarar a cultura e de questionar certos padrões estéticos que a determinavam.

Estão em jogo “as relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, isto é, suas formas culturais, instituições e práticas culturais, assim como suas relações com a sociedade e as mudanças sociais” (ESCOSTEGUY, 2010, p. 27), como apontavam os principais eixos de observação do CCCS. Os padrões estéticos eruditos, que antes eram os primeiros a serem vistos com seriedade, como os da literatura, por exemplo, agora são encarados como apenas mais uma expressão da cultura.

Esse alargamento do conceito de cultura traz mudanças importantes, pois agora “todas as expressões culturais devem ser vistas em relação ao contexto social das instituições, das relações de poder e da história” (ESCOSTEGUY, 2010, p. 32). Com isso, abre-se caminho para a legitimação dos estudos feministas também nos Estudos Culturais. O momento histórico do surgimento do feminismo no CCCS será base para este trabalho - e será visto, posteriormente, que esse surgimento não acontece sem grandes tensionamentos.

Stuart Hall, diretor do CCCS entre 1968 e 1979, colaborou para a consolidação do campo e fazia parte de um grupo de pesquisadores que buscava entender o efeito e o papel da cultura em um momento crítico para a Inglaterra, caracterizado pela crise de identidade nacional - a qual viria a se disseminar pelo mundo também em relação às identidades culturais com o crescimento da globalização. Segundo ele,

Os Estudos Culturais abarcam discursos múltiplos, bem como numerosas histórias distintas. Compreendem um conjunto de formações, com as suas diferentes conjunturas e momentos no passado. (...) Consistindo sempre num conjunto de formações instáveis, encontravam-se “centrados” apenas entre aspas (...). Os estudos culturais tiveram uma grande diversidade de trajetórias (HALL, 2003, pp.200-201).

Para Hall, no contexto do surgimento dos Estudos Culturais, era necessário fazer uma conexão entre cultura, história e sociedade, analisando o papel dos meios de comunicação de massa, passando a admitir que, na verdade, os receptores são sujeitos ativos no processo, não somente consumidores passivos desses meios. Inicialmente, ao longo da consolidação dos Estudos Culturais, foi Hall quem

(...) incentivou o desenvolvimento da investigação de práticas de resistência de subculturas e de análises dos meios massivos, identificando seu papel central na direção da sociedade; exerceu uma função de 'aglutinador' em momentos de intensas distensões teóricas e, sobretudo, destravou debates teórico-políticos, tornando-os um 'catalisador' de inúmeros projetos coletivos (ESCOSTEGUY, 2010, p.29).

Para além da relação com os meios, Hall entende os Estudos Culturais como um projeto teórico, mas também um “projeto que implica o envolvimento com - e a constituição teórica de - forças de mudança econômica e social” (SOVIK, 2003, p. 14). É uma tentativa, portanto, de tensionar a teoria e a mudança política. A ideia original desses estudos era mais política do que analítica, o que não era negado pelos próprios pesquisadores e, segundo Escosteguy (2010), esses estudos devem “ser vistos tanto do ponto de vista político, na tentativa de constituição de um projeto político, quanto do ponto de vista teórico, isto é, com a intenção de construir um novo campo de estudos” (idem, p.33).

De acordo com Michael Green (1996b, apud ESCOSTEGUY, 2010, p. 43), é na primeira fase dos Estudos Culturais que podemos compreender a cultura como um espaço de negociação, conflito, inovação e até resistência nas relações sociais de sociedades divididas por gênero, raça, classe e dominadas pelo poder. Portanto, um ponto importante a se destacar é que eles não se voltavam apenas para a análise da cultura. Havia um entendimento de que ela não está alheia às realidades sociais e aos contextos específicos que constituem os sujeitos e nos quais eles estão inseridos. Essa investigação, portanto, também está ligada aos temas da cultura popular e dos meios de comunicação de massa, assim como à identidade (seja ela sexual, de classe, étnica, geracional, de gênero), o que é de grande relevância para a construção desta monografia.

Mas tal campo de estudos só adquire visibilidade e repercussão nos anos 1970, em paralelo com a emergência de diversas subculturas. Era uma década em que os Estudos Culturais “estavam em fermentação” (MESSA, 2008, p.42) e eram voltados para responder

(...) a indagações sobre a constituição de um sistema de valores e de um universo de sentido, sobre o problema de sua autonomia e, também, como esses mesmos sistemas contribuem para a constituição de uma identidade coletiva e como se articulam as dimensões de resistência e subordinação das classes populares (ESCOSTEGUY, 2010, p.36).

1.1.1 A urgência do feminismo nos Estudos Culturais

Dessa forma, é possível compreender a urgência de discussões sobre gênero dentro do CCCS e de que forma aconteceu o encontro dos Estudos Culturais com a produção feminista. Segundo Ann Gray (1997), uma pesquisa feminista não é somente “feita por mulheres, com mulheres, para mulheres, mas uma metodologia, um modo de pesquisa desenvolvido através de uma política e uma prática” (GRAY, apud MESSA, 2008, p.39), nos quais política, teoria e epistemologia são pensadas juntas para analisar e questionar o lugar da mulher na sociedade.

O feminismo e os Estudos Culturais foram desde o início bastante interligados. Além do contexto histórico da época, marcado por um movimento de libertação das mulheres brancas e de classe média na década de 1960, de acordo com Escosteguy (2010) tais discussões são levadas em conta em Birmingham graças ao surgimento de uma produção intelectual feminista no CCCS, o Women’s Studies Group.

Ambos também têm pontos relevantes em comum, como o fato de não terem surgido no meio acadêmico (MESSA, 2008) e terem como foco grupos oprimidos, além de serem criticados por assumirem a inexistência de conceitos e teorias para dar conta de seus objetos (GRAY, 1997, apud MESSA 2008), intimamente ligados às experiências cotidianas dos sujeitos. Os Estudos Culturais conseguem reconhecimento para suas reflexões sobre mídia e cultura popular na década de 1970, o que reflete na legitimação dos objetos de interesse do próprio feminismo na mesma época. Para esse centro de estudos, essa década é um período marcado pela resistência feminista, que aparece em cena para combater sua formação predominantemente masculina, questionando, assim, o papel das mulheres naquele espaço de produção acadêmica.

No entanto, Messa (2008) destaca que não há uma data específica para o surgimento do feminismo nos Estudos Culturais, pois segundo Hall (2003), ele “chegou como um ladrão à noite, invadiu; interrompeu, fez um barulho inconveniente, aproveitou o momento” (HALL,

2003, p. 209). Um dos principais motivos para tal insurgência é que, apesar dos Estudos Culturais da época levarem em conta os contextos e as realidades sociais dos sujeitos, internamente não estavam dando voz às mulheres e aos seus estudos produzidos no próprio CCCS.

Segundo ele, “falar de abrir mão do poder é uma experiência radicalmente diferente de ser silenciado” (HALL, 2003, p. 209). A frase foi motivada depois do autor enxergar que os homens do CCCS, certos de que estavam em um local totalmente livre, assumiram a “natureza sexuada do poder” (idem, p. 210), ou seja, admitiram sua resistência à afirmação feminista dentro dos Estudos Culturais. Para Hall, o feminismo rompe e interrompe esse campo de estudos e, assim como os estudos sobre raça, mostra que os movimentos sociais também provocam momentos teóricos, reforçando a importância do movimento feminista na academia.

No entanto, a visão de Hall não era aceita pelas feministas por seu teor paternalista (ESCOSTEGUY, 2010), o qual ele mesmo viria a assumir posteriormente, mas serve para compreender a visão dos homens em relação ao tema. Segundo Escosteguy (2010), Hall enxerga o feminismo como uma ruptura teórica decisiva para alterar a agenda e a prática dos Estudos Culturais - juntamente com os estudos posteriores sobre raça - sendo fundamental para a compreensão do pessoal como político, para expandir a noção de poder, para incluir questões relacionadas às subjetividades e, ainda, para reabrir discussões entre teoria social e teoria do inconsciente, presente na psicanálise. Ou seja, ele afirma a importância do feminismo na construção teórica em Birmingham, mas falha ao afirmar que foi ele próprio, ao perceber a importância de discutir questões de gênero, quem convidou as feministas para discutir no centro. Na verdade, as mulheres conquistaram seu lugar de forma autônoma e enfrentaram fortes tensionamentos (Brundson, 1996, apud ESCOSTEGUY, 2010), visto que tal atitude não surgiu sem a inicial contestação dos homens do CCCS.

Embora parecesse que havia espaço para se discutir gênero, “o potencial dos estudos feministas foi subestimado pelos Estudos Culturais” (GRAY, apud MESSA, 2008, p. 40). As feministas precisaram batalhar para garantir a inserção de pautas da esfera doméstica em discussões sobre política e poder, porque houve marginalização do feminismo, visto que o CCCS estava “dando continuidade, em seus próprios corredores, ao caráter discriminatório que os estudos feministas tentavam denunciar” (MESSA, 2008, p. 40).

Isso não impediu que se desse seguimento a uma forma de resistência, havendo em 1978 o primeiro resultado prático materializado na coletânea de artigos feministas *Women Take Issue*³. No primeiro volume, as mulheres de Birmingham explicam que se baseavam em uma ideia de sociedade que deveria “ser compreendida, em sua constituição, através da articulação sexo/gênero e antagonismos de classe, embora algumas feministas priorizassem a divisão sexual em suas análises” (1978, p.10, apud ESCOSTEGUY 2010, p. 39).

Na verdade, era um grupo de mulheres e homens com visões diferentes sobre o que deveria ser um trabalho intelectual feminista, e se ele deveria ser voltado apenas para mulheres ou também englobar os homens, mas que tinham em comum a ideia de que precisaria ser engajado intelectual e politicamente: “a preocupação original deste coletivo era ver como a categoria “gênero” estrutura e é ela própria estruturada nas formações sociais” (ESCOSTEGUY, 2010, p. 39).

O surgimento do grupo resulta, então, na visibilidade de um projeto feminista, que “demarcou uma área de atuação com especificidade dentro do campo acadêmico, servindo para delinear novos objetos de estudo” (ESCOSTEGUY, 2010, p. 40). Segundo Messa (2008), os primeiros trabalhos práticos davam conta de avaliar a representação da mulher na mídia em 1970. Já em 1980, crescem os trabalhos voltados para a tradição dos Estudos Culturais.

Nesse sentido, tais acontecimentos ilustram a relevância de pensar os estudos de gênero em relação aos estudos e pesquisas de recepção midiática, tamanho o papel do feminismo na própria história dos Estudos Culturais britânicos.

1.1.2 Os estudos de recepção

Em paralelo a esse contexto, na segunda metade da década de 1970 os Estudos Culturais irão direcionar o olhar de seus estudos aos meios de comunicação de massa e, aos poucos, ao receptor. Nessa década, ainda priorizavam a mensagem e tinham como foco analisar a estrutura ideológica de abordagens como a jornalística. Esse tipo de estudo

³ Em inglês, o nome é “um trocadilho linguístico tendo um duplo significado: por um lado, “issue” significa número ou edição, insinuando-se assim que as mulheres tomaram posse da publicação daquela revista acadêmica; por outro lado, “take issue” quer dizer discordar, sugerindo-se desta forma que as intelectuais feministas introduziram vozes discordantes nos cultural studies” (N.T, SOVIK apud HALL, 2003, p. 217).

“pressupunha que os efeitos dos meios de comunicação podiam ser deduzidos da análise textual das mensagens emitidas pelos próprios meios” (ESCOSTEGUY, 2010, p. 36). Mas também é nessa década que a temática da recepção e do consumo midiático começa a chamar atenção de Birmingham, para, na metade dos anos 80, não mais através do CCCS, haver uma mudança de interesse, deslocada do que é produzido pela mídia em direção à audiência, “como uma tentativa de verificar empiricamente tanto as diversas leituras ideológicas construídas pelos próprios pesquisadores quanto as posições assumidas pelo receptor” (ESCOSTEGUY, 2010, pp. 36-37).

Portanto, é quando a pesquisa de recepção toma forma, em um período proveitoso academicamente para os Estudos Culturais, segundo Messa (2008), com aquele foco inicial no texto e no receptor para depois virar sua atenção para o receptor e seu contexto. Só nos anos 1990, no entanto, esses estudos estariam institucionalizados nas universidades.

Especificamente no Brasil, “a trajetória dos estudos de recepção é muito recente entre nós” (JACKS; JOHN; 2013, p. 116). Foi no final dos anos 1980 que passaram a existir trabalhos acadêmicos com visões mais complexas sobre a relação entre a audiência e os meios, mas foi nos anos 1990 que se incorporou o “espaço cultural para pensar as práticas do receptor, ou seja, o papel das mediações na configuração da relação entre sujeito-receptor e meios de comunicação” (JACKS; JOHN, 2013, p. 115). É ainda na metade dessa década, conforme as autoras, que a comunidade acadêmica irá reconhecer a contribuição da perspectiva das mediações, mas só nos anos 2000 esses estudos se consolidam no país. A maioria deles terá como objeto de estudo a televisão, mais especificamente as telenovelas, mas nas últimas décadas já se observa como destaque o estudo de conteúdos jornalísticos.

A pesquisa de recepção seria, então, “um modo de produzir teoria ou de desenvolver teorias já existentes através da fricção com a realidade” (RONSINI, 2010, p. 5), na qual não se pode abrir mão da captura *in loco* da experiência do receptor e cuja ênfase está em analisar “a constituição do cultural pelas mediações comunicativas” (idem, p. 11). Ou seja, relaciona-se mídia, sociedade e cultura.

Posto que a cultura passa a se referir a um amplo espectro de significados e práticas, estas acabam movendo e constituindo a vida social, conforme de Certeau (1998), o que é bastante caro aos estudos de recepção. Ao abordar a questão do papel de resistência do receptor, o autor também afirma que o consumo dos produtos midiáticos se dá de forma silenciosa e invisível, o que possibilita a negociação de sentidos no cotidiano das pessoas.

Segundo ele, o fato de existir e circular determinadas formas de representação (como seria o caso da campanha “Precisamos Falar sobre Aborto”) não nos diz, de forma alguma, o que essa representação é para os “usuários” - no caso, os leitores. Por isso, a necessidade de ir até os sujeitos para compreender o que ela significa.

Pensando no meio digital, contexto desta monografia, também é importante ressaltar que nesse espaço “o receptor, cada vez mais, visibiliza e busca legitimar a sua produção” (SCHMITZ et al, 2011, p. 15), como acontece na rede social Facebook, conforme veremos no Capítulo 2 e na análise dos comentários. Knewitz e Jacks (2011), por sua vez, reforçam que as práticas tradicionais de recepção e consumo midiático não desaparecem com o surgimento de novas tecnologias incorporadas à vida social, como a Internet, mas se rearticulam de forma a coexistir com essas novas possibilidades, ou seja

com a disseminação da nova mídia, muitos pressupostos tradicionalmente envolvidos nos estudos de recepção parecem embrenhar-se em uma zona turva, que, ao mesmo tempo em que os reforça, promove uma virada. A internet não só corrobora a ideia de sujeito ativo, como faz com que essa atividade extrapole os processos mentais e ganhe materialidade (...) (KNEWITZ; JACKS, 2011, p. 206).

Nesse sentido, a ideia de cotidiano também está relacionada com as mediações comunicativas da cultura citadas por Barbero (apud Ronsini, 2010), quando pensamos que elas são apreendidas na recepção “através da análise dos textos midiáticos relevantes no cotidiano do receptor, abrangendo o exame do texto e dos usos, da sua circulação no espaço/tempo do receptor e da conformação deste espaço/tempo” (RONSINI, 2010, p. 11). Além disso, dar valor intelectual e acadêmico ao cotidiano tem grande significado para os estudos feministas, como veremos posteriormente no Capítulo 3.

É na década de 1980 que já se observa os Estudos Culturais como um campo “descentrado geograficamente e múltiplo teoricamente” (ESCOSTEGUY, 2010, p.45), pois se amplia da investigação britânica para o resto do mundo, inclusive na América Latina. Nesse contexto, têm como expoentes os filósofos Jesus Martín-Barbero e Néstor García Canclini.

Mas a experiência dos Estudos Culturais na América Latina é completamente diferente daquela vivida na Inglaterra. Aqui, ela é inclusive mais tardia, em função dos diferentes estágios de desenvolvimento do capitalismo e maneiras de responder à consolidação das

indústrias culturais no cotidiano. Se no contexto britânico eram vistas na década de 1950, aqui só aparecem na década de 1970 (ESCOSTEGUY, 2010).

Podemos tomar como exemplo dessa diferença o surgimento de movimentos sociais e novas dinâmicas culturais - os quais foram abordados por Barbero (2003), por trazerem novos olhares importantes para a comunicação, assumindo que os sujeitos são figuras ativas nas construções de sentido das mensagens midiáticas. Conforme explica Jacks (1996), considerar o receptor como produtor é uma das principais mudanças trazidas pelo enfoque do Uso Social dos Meios de Barbero. É nessa teoria que o autor irá articular comunicação de massa e movimentos sociais, através de um deslocamento da produção para o consumo, com o objetivo de entender de que forma as pessoas se apropriam dos meios de comunicação em seu cotidiano. Ela irá afirmar que os usos “são inalienáveis da situação sócio-cultural dos receptores, que reelaboram, ressignificam, ressemantizam os conteúdos massivos conforme sua experiência cultural, suporte das apropriações” (JACKS, 1996, p. 47).

Esse contexto está aliado a um questionamento sobre o conceito de cultura, mas também de hierarquias sociais e políticas, assim como a uma valorização de movimentos coletivos não ligados a questões partidárias (ESCOSTEGUY, 2010). Ou seja, na América Latina também existe uma profunda preocupação sociológica e cultural, mas diferente daquela encontrada na Inglaterra, pois, aqui, o contexto econômico e político é completamente diferente, com um histórico recente de liberdades políticas restritas em função das ditaduras militares em diversos países, como o próprio Brasil.

Aqui, os Estudos Culturais estão diretamente ligados à ideia de poder e hegemonia:

O interesse central dos estudos culturais é perceber as intersecções entre as estruturas sociais e as formas e práticas culturais. Assim, a análise dos meios de comunicação pelo prisma dessa perspectiva, na América Latina, é vista como comunicação, mas em relação à cultura e aos processos políticos, isto é, como parte da problemática do poder e hegemonia (ESCOSTEGUY, 2010, p. 49).

Nesse sentido, de acordo com Barbero (1987), na América Latina o campo da comunicação de massa se abria a uma nova forma de investigação, que mostra de forma mais clara uma complexa rede de dominação cultural. O autor defende que o “todo social” não deve ser entendido como algo homogêneo, mas repleto de contradições e conflitos de interesses antagônicos - o oposto daquilo que era defendido em um modelo funcionalista e

linear, que tinha como pressuposto a ideia de que todos os receptores se encontravam em uma situação de igualdade. Pelo contrário, existem contradições e desigualdades marcantes no contexto latino-americano que devem ser levados em conta.

Portanto, no modelo dos Estudos Culturais latino-americanos apresentado pelo autor, “todo consumo é uma forma de produção e toda produção é uma forma de consumo” (BARBERO, 1987, p. 27) e a mensagem não é absoluta. Ou seja, é urgente que se compreenda os sujeitos e as relações sociais como parte de um processo de significação que possui, também, materialidade histórica concreta.

Embora no meio acadêmico esse contexto seja marcado por posições isoladas de pesquisadores, a maior diferença apontada em relação à Birmingham era um forte engajamento político, que analisava criticamente a vida social e cultural da época. Na América Latina, o “redefinido é tanto o sentido de cultura quanto o de política, permitindo (re)descobrir as culturas populares e a constituição das identidades” (ESCOSTEGUY, 2010, p. 52).

Da mesma forma que na Inglaterra, no entanto, nos anos 1980 inicia um questionamento em relação ao foco no teor ideológico das mensagens dos meios de comunicação de massa, negando reduções causais e funcionais à comunicação. Até a década de 1970, as pesquisas que olhavam para o universo feminino, por exemplo, eram baseadas naquilo que a mídia produzia e veiculava; as fotonovelas eram objetos de estudo para a observação dos papéis tradicionais atribuídos às mulheres e só na década seguinte esse foco iria mudar, com a comunicação sendo considerada um processo de interação,

em que o receptor não só aceitava o que lhe era imposto, mas também o modificava quando dava ao produto midiático novos sentidos, de acordo com seu universo cultural. Este tipo de estudo buscava saber como o público feminino era afetado pelos meios e, também, como se dava essa coprodução de sentido (ESCOSTEGUY; MESSA, 2008, p. 18).

Portanto, os Estudos Culturais vão se afirmando na América Latina “(...) como uma proposta viável para compreender o papel dos meios, do Estado e da cultura popular na sociedade; a relação de todos esses elementos e o processo de constituição da identidade, assim como sua articulação com as forças de globalização e desterritorialização” (ESCOSTEGUY, 2010, p. 57). Para Jacks (1996), tudo isso tem relação direta com o surgimento dos estudos de recepção da mídia voltados para pesquisas empíricas com culturas

populares, fato que marca os Estudos Culturais da América Latina e contribui para a descoberta do sujeito-receptor no campo da Comunicação. O que importa é produzir conhecimento sobre questões sociais e pensar projetos capazes de “relacionar o desenvolvimento da comunicação com o fortalecimento de solidariedades e ampliação de formas de convivência cidadã” (ESCOSTEGUY, 2010, p. 57).

Mas há diferenças significativas entre as pesquisas da América Latina e de outros lugares do mundo em relação ao projeto feminista. Enquanto na Inglaterra é possível encontrar trabalhos originais, Escosteguy (2010) irá apontar que na América Latina esse olhar para o feminino nem sempre parte de uma perspectiva dos estudos de gênero, e, por mais que ajudem a pensar o universo cultural das mulheres, em geral focam em questões mais amplas, como a classe social, e consideram a mulher apenas como um indicador.

No Brasil, por exemplo, entre pesquisadores dos estudos de recepção, há quem defenda que o recorte de sexo deva implicar discussões de gênero, inclusive como forma de posicionamento político, enquanto outras defendem que se há um argumento metodológico convincente para considerar apenas mulheres, não é necessário abordar gênero (JOHN; COSTA, 2014). De forma irônica, Escosteguy se posiciona em relação à abordagem do gênero feminino escolhida em determinados estudos:

a condição feminina não tem sentido estrutural na articulação da sociedade, não tem um significado social concreto no nível da estruturação social, por isso não merece nenhum destaque no âmbito teórico, não é problematizada e nem tem densidade teórica (ESCOSTEGUY, 2010, p. 62).

Tal argumento reforça a importância de estudos de recepção com objetos relacionados à questão da mulher, cujas análises estejam ancoradas nos estudos feministas e de gênero, conforme a proposta deste trabalho. Para compreender melhor a ausência dessas temáticas na academia, será mostrado o contexto atual dessas pesquisas no Brasil.

1.2 Panorama das pesquisas de recepção, jornalismo e gênero no Brasil

Como vimos, analisar o posicionamento dos leitores frente a conteúdos jornalísticos voltados para uma das principais pautas feministas, a legalização do aborto, vai ao encontro

da própria história dos Estudos Culturais na Inglaterra - os quais deram origem aos estudos de recepção dos meios massivos. Embora relacionados há tempo, no entanto, esses estudos e os estudos de gênero, principalmente na pesquisa em jornalismo no Brasil, ainda são incipientes, conforme Escosteguy (2008) e estudos publicados em Jacks (2014).

De fato existem cada vez mais estudos na área da comunicação que procuram abordar a questão de gênero, mas quando pensamos nos estudos de recepção veremos que ainda existem poucos trabalhos. Foi somente em 1998 que tivemos os dois primeiros estudos de recepção e comunicação no Brasil a partir de um olhar de gênero (ESCOSTEGUY, 2008). No entanto, desde então, até hoje, são os estudos de representação que predominam, principalmente sob essa ótica.

Porém, foi percebido na última década um amadurecimento dos assuntos tratados nos estudos de recepção, como aqueles que aliam raça e classe aos de gênero, conforme pesquisa de Escosteguy e Messa (2008), a qual vem ao encontro das pesquisas mais recentes de John e Costa (2014) sobre a importância de levar em conta as interseccionalidades⁴ nas pesquisas de gênero, pois

identidade de gênero não é o primeiro, o único ou o mais importante traço da construção identitária, sendo importante articulá-la aos demais aspectos que constituem os sujeitos, sobretudo, quando esses aspectos estiverem latentes ao campo de pesquisa, ao universo empírico escolhido (JOHN; COSTA, 2014, p.230).

Sobre a pesquisa em recepção, deve-se ressaltar que há diferença entre estudos com temáticas relacionadas a pautas femininas (ou feministas, como o aborto) e estudos de recepção que levam o gênero em conta somente na hora de escolher o público que será analisado (homens ou mulheres). Conforme Jacks e John (2013), desde os anos 1990 os estudos de recepção utilizam um discurso essencialista sobre a categoria de gênero, que acaba sendo abordada como uma distinção meramente biológica para as pesquisas. Atualmente, se mantém a necessidade de problematizar os estudos de gênero nos estudos de recepção, conforme as autoras. No caso deste trabalho, os comentários de mulheres e homens serão

⁴ No caso deste trabalho, essa interseccionalidade é importante se levarmos em conta a questão de classe, pois a maioria das mulheres que morrem praticando aborto são pobres e não têm acesso a um procedimento em clínicas - que, embora clandestinas, mostram-se mais seguras do que práticas caseiras sem acompanhamento médico - conforme a reportagem "Precisamos Falar Sobre Aborto" da Revista TPM.

analisados - mas há uma divisão para entender se pensam de forma diferente a respeito da legalização do aborto no Brasil, divisão que é relevante se levarmos em conta as experiências e constituições dos sujeitos a partir de sua identidade de gênero, conforme abordado no Capítulo 3.

Dito isso, e levando em conta que este trabalho se inspira nos estudos de recepção acerca de conteúdos jornalísticos, aplicando sua pesquisa empírica ao Facebook, é preciso situar como se dá a pesquisa em jornalismo no Brasil, mais especificamente a de recepção. De acordo com Motta (2005), vem acontecendo um deslocamento significativo de foco da mídia para o social nas pesquisas em jornalismo. De acordo com o autor, o primeiro foco chama-se paradigma midiocêntrico, hegemônico pois predomina desde a década de 1960 até hoje. Além disso, este modelo vê o jornalismo como manipulador, medíocre, ideológico e “atribui certa autonomia de poder ao jornalismo frente à sociedade e poucas vezes leva em consideração as ações da sociedade sobre o jornalismo” (MOTTA, 2005, p. 05).

É o oposto do segundo foco, chamado de paradigma sociocêntrico - no qual a recepção seria uma das formas de praticá-lo, conforme reforça John (2014). Este paradigma leva em conta a sociedade e as relações sociais sem negar a importância da mídia na sociedade contemporânea, mas “procura, então, analisar como cada segmento social utiliza estrategicamente a mídia. A mídia é vista como um espaço e um instrumento dos enfrentamentos políticos na disputa pela visibilidade e pela conquista do poder” (MOTTA, 2005, p. 11). Esta monografia se alia, portanto, às ideias de Motta (2005), pois também encara que

A mídia, e particularmente o jornalismo, dependem dos seus públicos, de sua audiência, do movimento social, da cultura política. Seu caráter eminentemente público transforma a mídia em um novo espaço de sociabilidade. Ela passa a ser um dos lugares onde se constrói publicamente o mundo, um lugar de enfrentamentos, de conflitos de representações e de interesses (MOTTA, 2005, p. 14).

Especificamente sobre recepção em jornalismo no Brasil, de acordo com Jacks, Menezes e Piedras (2008), na década de 1990 esse tipo de estudo esteve quase ausente da pauta dos pesquisadores de Pós-Graduação, aparecendo em apenas dois trabalhos. Por sua vez, na década de 2000, jornalismo foi o gênero que obteve maior crescimento no número de pesquisas de recepção, com um aumento de 2.700% (JOHN, 2014). Se fecharmos ainda mais

o foco da análise, os estudos de recepção em jornalismo na internet também são incipientes conforme a autora, que encara a introdução dos estudos de webjornalismo nessa área como algo positivo e desafiador, “sobretudo no que se refere à aproximação e articulação entre as teorias de recepção, teorias da cibercultura e teorias do jornalismo” (JOHN, 2014, p. 161). No entanto, conforme Jacks e John (2013), no âmbito dos estudos relacionados à web, os estudos de recepção ainda não haviam sido incorporados no final dos anos 2000.

Ainda sobre jornalismo, a autora observa que os trabalhos mais frequentes em recepção nesse gênero não observam as práticas dos sujeitos, mas as toma a partir de depoimentos feitos a respeito delas. Ela reforça que ainda existem várias lacunas para se superar nas próximas décadas, mas destaca

o fato de 54 dos 209 estudos de recepção realizados ao longo da última década terem tomado a prática jornalística como centro de sua preocupação, o que evidencia, ao menos aparentemente, o deslocamento do olhar sobre as mensagens, aos sujeitos que delas fazem os mais diversos ‘usos sociais’ (JOHN, 2014, p. 162).

Portanto, é na apropriação e na resignificação das mensagens jornalísticas pelo público que está centrado o problema deste trabalho quando busca compreender de que forma os seguidores da Revista TPM no Facebook interagem sobre o debate da legalização do aborto no Brasil. Como visto, tal trabalho se torna pertinente diante do número de pesquisas reduzido nessa área de estudo. Para dar andamento a essa compreensão, no próximo Capítulo serão feitas aplicações teóricas à reportagem “Precisamos Falar Sobre Aborto” da Revista TPM a partir de um estudo de caso, além de situar o veículo como uma revista de segmento feminina e a sua presença na web.

2. Jornalismo, revistas femininas e o Facebook

Inicialmente, este capítulo irá apresentar as principais características e abordagens jornalísticas vinculadas ao caso da campanha da Revista TPM #precisamos falar sobre aborto. O objetivo é descrever o modo como a revista tratou o tema à luz das teorias do jornalismo. Como base teórica, serão utilizados Traquina (2001), Canellas (2008), Bahia (1990) e Silva (2014), buscando compreender qual é o papel do jornalismo diante da pauta do aborto e a necessidade de inseri-la na agenda midiática - tal conceituação também será útil na categorização e na análise dos comentários, considerando que muitos deles criticam ou elogiam a edição da revista. Aqui também serão apresentados dados relacionados à prática do aborto no Brasil, a partir das mesmas fontes veiculadas na reportagem, reforçando a importância da temática como questão de saúde pública, viés utilizado pela Revista *TPM* ao qual se alia este trabalho.

Na sequência, tendo em vista que o veículo escolhido para análise se enquadra como revista segmentada feminina, serão utilizados os trabalhos de Buitoni (2013) e Scalzo (2004) para fazer um breve panorama sobre a atuação dessas revistas na história e entender de que forma as pautas femininas mais politizadas passaram a ser abordadas por elas. Nesse sentido, entende-se a Revista TPM como uma produtora de rupturas no modelo masculinista de produção jornalística, conforme abordado por Silva (2014), não somente por ser uma revista voltada para mulheres, mas por abordar a temática do aborto, uma das principais pautas feministas.

Por fim, este Capítulo discorre sobre a participação da revista no Facebook, utilizando o conceito de webjornalismo de terceira geração de Mielniczuk (2003). A partir de Recuero (2009; 2012; *online*) também aborda a interação dos atores sociais com a revista nos sites de rede social, a partir da comunicação mediada pelo computador - e a possibilidade da reprodução de violência simbólica.

2.1 A reportagem “Precisamos Falar Sobre Aborto”

A primeira parte deste Capítulo analisa a reportagem “Precisamos Falar sobre Aborto”, veiculada na edição 148 da Revista TPM, como parte do estudo de caso realizado neste trabalho. O objetivo de analisá-la é entender a relevância da pauta da legalização do

aborto no jornalismo, identificando quais são as principais teorias jornalísticas aplicáveis a ela. Apesar de analisar, por ora, a mensagem veiculada, este trabalho segue levando em conta a importância de reconhecer os sujeitos como receptores ativos diante da mensagem midiática, o que será mostrado empiricamente na etapa da análise. Tal ideia vai ao encontro do que afirma Ronsini (2010) sobre focar a relação entre meios de comunicação e receptores, sem cair na ingenuidade de pensá-los como único ponto importante desse processo, pois

(...) não significa abandonar a questão política da mídia, pelo menos não para os estudos críticos de recepção, interessados em entender as representações midiáticas e suas apropriações como parte da luta política e cultural, ao contrário da tradição liberal dos estudos de recepção e sua celebração da autonomia do receptor (RONSINI, 2010, p. 13).

A reportagem foi publicada tanto na edição impressa em novembro de 2014⁵ quanto no site da revista. As informações trazidas por ela nortearam a campanha *#precisamos falar sobre aborto* na Internet, via site e Facebook – a rede social, foco deste trabalho, será melhor abordada ao final deste Capítulo. Para a realização da campanha, a revista usou como gancho os dez anos da reportagem “Eu fiz aborto”⁶, feita em 2005 pela própria TPM, com a conclusão de que, de lá para cá, pouco se avançou na discussão, exceto com o acréscimo na lei da permissão legal para abortar em casos de anencefalia⁷.

Sobre a publicação de 2014, na hora de comprar a edição impressa o leitor podia escolher entre três capas diferentes, cada uma trazendo uma figura midiática como “porta-voz” da campanha: Leandra Leal, Alessandra Negrini ou Gregório Duvivier. As três figuras tiveram sua opinião colocada em destaque ao longo da reportagem, assim como outros apoiadores. Além dessas três, mais de 80 personalidades apoiaram a campanha - uma lista

⁵ Edição impressa de novembro de 2014, Ano 13, nº148. Disponível online desde o dia 13 de novembro de 2014: <http://revistatpm.uol.com.br/reportagens/148/precisamos-falar-sobre-aborto.html>

⁶ Na reportagem da edição 148 impressa, e no editorial publicado no dia 11 de novembro de 2014 no site, a Revista TPM lembra a edição 41 da Revista que, em 2005, fazia um manifesto pela descriminalização do aborto com a reportagem “Eu fiz aborto”. Nela, havia o depoimento de mulheres famosas que realizaram aborto: <http://revistatpm.uol.com.br/editorial/148/uma-em-1-milhao.html>

⁷ “(...) Na época [2005], a interrupção da gravidez só era legalmente permitida em casos de estupro e risco de vida à mãe. Mães com fetos anencéfalos precisavam manter a gestação até o ‘nascimento’ do bebê. A punição para a mulher que abortava era a mesma de hoje, de um a três anos de cadeia. Quase dez anos depois, pouquíssima coisa mudou e os tristes números dessa realidade só aumentam.” (CORTÊZ, 2014, p. 44).

com todos os nomes foi publicada na revista com destaque e o depoimento dos apoiadores foi utilizado na repercussão da matéria no Facebook.

E não só a reportagem aborda o tema; o editorial e o texto de fechamento da revista, de cunho opinativo, também complementam a edição. Mas, para este trabalho, iremos considerar apenas a reportagem, por dar conta de todas as informações jornalísticas acerca do aborto no Brasil. Logo na capa, a revista afirma: “Chega de silêncio” e considera o aborto como a questão feminina mais urgente e menos discutida no país, para em seguida questionar se, assim como os mais de 80 apoiadores, o leitor também quer mudar essa realidade. A reportagem, da jornalista Natacha Cortêz, começa com a descrição do momento em que uma mulher se dirige a uma clínica de aborto clandestina na cidade de São Paulo, relato que serve como gancho para trazer dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre a prática do aborto no Brasil, além da Pesquisa Nacional de Aborto (PNA).⁸

As fontes entrevistadas foram diversas⁹ e a reportagem também discorre sobre notícias recentes de mulheres que morreram durante procedimentos de aborto em clínicas clandestinas - considerados pela imprensa apenas como caso de polícia, não de saúde pública. Ainda, trata da legalização do aborto em outros países, do pronunciamento do Conselho Federal de Medicina brasileiro em favor da legalização até a 12ª semana de gestação e da inserção da pauta nas políticas de Estado, avaliando o papel e a ação do executivo como alheios à questão e apontando que poucos candidatos abordaram o tema nas eleições de 2014.

A partir de dados, a reportagem interpreta como fato a questão de que “nem a interdição legal (ou a proibição religiosa) impede essas mulheres de interromper suas gestações quando isso é necessário” (CORTÊZ, 2014, p. 42). Além disso, ao longo do texto, utiliza dados do Instituto do Coração (InCor), mostrando que a curetagem, cirurgia feita

⁸ Coordenada por Débora Diniz e Marcelo Medeiros, a PNA é um “levantamento por amostragem aleatória de domicílios, realizado em 2010, cuja cobertura abrangeu as mulheres com idades entre 18 e 39 anos em todo o Brasil urbano. A PNA combinou duas técnicas de sondagem: a técnica de urna e questionários preenchidos por entrevistadoras” (DINIZ; MEDEIROS, *online*). Disponível em: <http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2013/09/PNA.pdf> Acesso em: 15 maio 2015.

⁹ Foram a psicóloga e coordenadora da ONG Católicas pelo Direito de Decidir, Rosângela Talib; o médico geneticista do Hospital Albert Einstein, Thomaz Gollop; a antropóloga Débora Diniz, uma das responsáveis pela pesquisa PNA; a filósofa Márcia Tiburi; o juiz criminal José Henrique Torres; a advogada e coordenadora do CLADEM (Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher) no Brasil, Gabriela Ferraz; o deputado estadual Marcel Freixo; a roteirista do documentário “Clandestinas”, sobre aborto, Renata Corrêa; a jornalista Eliane Brum, também documentarista sobre a temática e a deputada estadual Manuela D’Ávila.

quando há complicações no aborto, foi a mais realizada no Sistema Único de Saúde entre 1995 e 2007.

Também foram destaque dados do Ministério da Saúde, publicados em 2009 no material “20 anos de pesquisa sobre aborto no Brasil”, uma pesquisa referência que sintetiza os resultados obtidos em outros estudos sobre a questão. Com coordenação de Débora Diniz e Marilena Corrêa, o estudo afirma que o aborto é uma questão de saúde pública, pois os resultados comprovam que

a ilegalidade traz conseqüências negativas para a saúde das mulheres, pouco corbe a prática e perpetua a desigualdade social. O risco imposto pela ilegalidade do aborto é majoritariamente vivido pelas mulheres pobres e pelas que não têm acesso aos recursos médicos para o aborto seguro (BRASIL, 2009, p. 11).

Nos últimos vinte anos quem praticou o aborto, “predominantemente, são mulheres entre 20 e 29 anos, em união estável, com até oito anos de estudo, trabalhadoras, católicas, com pelo menos um filho e usuárias de métodos contraceptivos, as quais abortam com misoprostol” (BRASIL, 2009, p. 14). Os dados foram recolhidos somente com o número de internações por abortamento registradas no Serviço de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde. Ou seja, o perfil de mulheres que abortam e não passam pelo SUS não é registrado. Ainda, as pesquisas feitas até então não permitem saber qual o impacto dos indicadores de desigualdade social (como classe social, geração, raça e deficiência) na hora de uma mulher decidir pela indução de um aborto, pois “sabe-se pouco sobre o universo simbólico das mulheres que abortam, sobre o processo de tomada de decisão e sobre o impacto em sua trajetória reprodutiva ou em seu bem-estar” (BRASIL, 2009, p. 19).

Mas a ocorrência do aborto é significativa. Em 2005, por exemplo, houve mais de um milhão de casos de abortos induzidos registrados, mais especificamente 1.054.242. Em 2010, a Pesquisa Nacional de Aborto registrou, em um universo de 2002 mulheres que, ao final da vida reprodutiva, mais de uma em cada cinco já realizou ao menos um aborto – com idades entre 18 e 39 anos, alfabetizadas. O perfil dessas mulheres é predominantemente urbano, com baixo índice de escolaridade. Diniz e Medeiros (2010) reforçam que a internação pós-aborto tem números elevados, reforçando sua ilegalidade como um problema de saúde pública no país; além disso, “um fenômeno tão comum e com conseqüências de saúde tão importantes

coloca o aborto em posição de prioridade na agenda de saúde pública nacional” (DINIZ; MEDEIROS, 2010, p. 964).

Assim, entende-se por que a reportagem aborda a legalização do aborto no Brasil por esse viés, o que vai ao encontro do que se entende como o papel do jornalismo. Identificamos que a reportagem é um caso singular em que o jornalismo pauta uma temática social já esvaziada pelo viés do ineditismo (principalmente se considerarmos que a pauta já havia sido feita em 2005 e ainda se mantém necessária) e ancorada em dados confiáveis, conforme abordado por Canellas (2008). Segundo o autor, existem duas visões profissionais sobre o fazer jornalístico bastante hegemônicas e equivocadas nas redações: a visão imparcial e a engajada. Consideramos que a reportagem da TPM não se encaixa em nenhuma delas, pois não busca ouvir “dois lados” de um fato inédito, conforme a visão “imparcial”, nem distorce os fatos diante de um objetivo magnânimo, conforme uma visão engajada. Esse aporte teórico é importante para problematizar as críticas frequentes recebidas pela revista, acusada de não ser parcial em sua abordagem, conforme será visto na análise. Na próxima parte deste capítulo, a prática jornalística será melhor elaborada teoricamente.

2.1.1 Aplicações teóricas à abordagem jornalística da reportagem

A objetividade, ferramenta do jornalismo informativo, “a busca da precisão, o apego à especificidade do acontecimento” (CANELLAS, 2008, p. 110) aliada à superação das aparências e dos preconceitos em busca de uma singularidade do fato se encontram na reportagem “Precisamos Falar Sobre Aborto”. Ela encara a questão do aborto como uma realidade que seguirá acontecendo, mesmo proibida legalmente, pois traz em si uma discussão muito mais profunda que envolve, entre outros fatores, desigualdades de gênero e de classe, conforme será abordado no Capítulo 3.

O questionamento feito pela revista se dá pelo viés da saúde da mulher e se justifica pela história: a sexualidade feminina sempre sofreu tentativas de controle e a própria existência, ou papel, da mulher ainda está associada à ideia da maternidade. Ainda, esse viés não surge “do nada”, pois, além de estar relacionado diretamente à realidade vivida pelas mulheres no Brasil, é parte das subjetividades de quem o produz – uma repórter mulher. E o fato de existir essa subjetividade não significa que o método da objetividade, tão útil para a prática profissional (TRAQUINA, 2001), é negado. Pelo contrário, entende-se que ela permite

novas abordagens e pontos de vista. Afinal, tradicionalmente, o jornalismo já possui um gênero: o masculino, conforme conclusão de Silva (2014).

Segundo a autora, não é raro que as distinções de gênero se transformem em “relações desiguais entre o masculino e o feminino em todos os campos da vida social” (SILVA, 2014, p. 82), incluindo aqui o jornalismo e a produção de notícias, pois a compreensão do que é válido noticiar, os valores-notícia, estão “permeados dos valores sociais e pessoais dos jornalistas” (idem, p. 216), o que contribui diretamente para produzir e reproduzir representações de gênero também no conteúdo veiculado. Portanto, este trabalho defende a validade da pauta da legalização do aborto por levar em conta os direitos e a saúde da mulher. Ainda, considera-se que a reportagem é uma forma de resistir à atuação jornalística construída com base em valores masculinos.

Assumindo que existe essa realidade, portanto, “não é preciso ser imparcial, nem engajado; basta exercer o papel que nos cabe, o de artífices da notícia” (CANELLAS, 2008, p. 114) para falar sobre aborto. É preciso assumir uma responsabilidade social e moral em conferir “*status* a questões públicas, pessoas, organizações e movimentos sociais que não sejam exclusivamente aquelas que se acham no centro da atenção de massa, isto é, aquelas eleitas ou tidas por significativas exclusivamente pela apreciação editorial (BAHIA, 1990, p. 225).

De fato, essa é uma escolha editorial da TPM, mas a legalização do aborto não é um tema caro apenas à revista. O veículo traz à tona a necessidade de debate-lo diante do que acontece diariamente na sociedade. Cumpre, então, o papel defendido pela teoria democrática abordada por Traquina (2001), que afirma que o jornalismo “deve ser um veículo de informação para equipar os cidadãos com as ferramentas vitais ao exercício dos seus direitos e voz na expressão das suas preocupações” (TRAQUINA, 2011, p. 130). Portanto, não há razões para tornar invisível um debate tão fundamental às preocupações e aos direitos das mulheres.

Entende-se, também, que quando há mulheres nas redações abre-se espaço para que essas pautas sejam abordadas, pois, conforme Silva (2014), o papel do jornalista está diretamente ligado à reprodução (ou não) de uma normatividade.

O papel do jornalista na construção das notícias e, concomitantemente, na construção de realidades é, portanto, fundamental para a compreensão dos valores circulantes em uma sociedade e, mais do que isso, permeia a formação de uma normatividade. O que “significa” o

real para esses profissionais será, então, norteador do que é produzido e veiculado como “verdade” nos meios de comunicação (SILVA, 2014, p. 68).

Aqui, entende-se que a Revista TPM foge de uma norma que atribui a todas as mulheres o papel da maternidade, como se esta fosse algo “natural” e “intrínseco” a elas. Portanto, equipara principalmente as mulheres com informações sobre o contexto social, político e econômico da prática do aborto no Brasil, o que tem relação com o fato de ser uma revista de segmentação feminina, conforme veremos na próxima parte deste capítulo.

2.2 Revistas femininas: segmentação e agendamento de pautas feministas

O segmento de revista feminina, no qual a *TPM* se enquadra, existe no Brasil desde o início do século XX, quando as mulheres passaram a ter maior participação social (BUITONI, 2013), inicialmente com publicações voltadas para dicas sobre como cuidar da casa e lançamentos do mundo da moda. Com o tempo, as pautas foram se politizando, em paralelo à consolidação do feminismo, e refletindo a inserção dessa nova mulher, majoritariamente branca de classe média, na sociedade, com destaque para o surgimento da Revista *Claudia*:

Foi a jornalista e psicóloga Carmen da Silva, colunista de *Claudia* a partir de 1963, quem começou de fato a mudar o jornalismo feminino. Sua coluna, “A Arte de ser Mulher”, quebrou tabus e aproximou-se de forma inédita das mulheres, tratando temas até então intocáveis, como a solidão, o machismo, o trabalho feminino, a alienação das mulheres, seus problemas sexuais (SCALZO, 2004, p. 34).

Tais mudanças abrem caminho para que, nos anos 70, as mulheres não sejam tratadas somente como mães e donas de casa, mas como sujeitos que buscam sua realização pessoal e profissional (SCALZO, 2004). Embora as revistas de modo geral tenham surgido para contribuir no aprofundamento de assuntos e unirem “entretenimento, educação, serviço e interpretação dos acontecimentos” (SCALZO, 2004, p.14), no caso específico das revistas femininas assuntos marginalizados da agenda feminista como o aborto, por exemplo, só começam a ganhar espaço na década de 80. E, como vemos no caso da Revista *TPM*, as

revistas seguem tentando garantir espaço para estes temas na agenda midiática e legitimá-los frente ao público.

Portanto, apesar dessa progressiva mudança, é somente nos anos 1980 que a relação entre mulheres e revista se consolida (LOBATO, 2013) em consonância com diversos questionamentos ligados às identidades e à necessidade de dar voz a grupos historicamente excluídos por gênero, raça/etnia, classe ou orientação sexual.

Nesse sentido, a segmentação se torna urgente para dar conta das particularidades de um público cada vez mais diverso. Segundo Buitoni (2013) a segmentação surge, então, como um processo vinculado ao fazer jornalístico e aos projetos editoriais para que os conteúdos sejam melhor compartilhados entre pessoas pertencentes a um mesmo “grupo”. Ou seja, ela cria identidades culturais, o que “implica uma diferenciação, que, ao mesmo tempo, precisa de consonâncias grupais” (BUITONI, 2013, p. 118). Ela ainda destaca que, provavelmente, a imprensa feminina seja a que mais exercita esses processos de segmentação, o qual “acompanha a complexidade da vida contemporânea” (idem, p. 117).

O “contemporâneo” no jornalismo de revista, também abordado por Benetti (2013), está mais ligado à questão da atualidade, não necessariamente privilegiando aquilo que é “novo”, como seria o caso de pautar o aborto. Nas revistas se “diz o que importa saber agora e como deve agir, ou se imaginar agindo, o sujeito que está de acordo com o espírito de seu tempo” (BENETTI, 2013, p. 46). Levando em conta a ideia da autora de que a revista é uma materialidade com características singulares, entende-se que ela promove um encontro interessante entre editor e leitor, passando a ideia de pertencimento a um determinado grupo, conforme Scalzo (2004). Nesse sentido, a segmentação é o seu eixo norteador: pensar em certos perfis de leitores faz com que estes criem uma imagem de si mesmos, pois “ao ler uma revista, o leitor se posiciona em um lugar também pleno de sentidos: quem é, o que deseja, como se satisfaz, o que vem fazendo com sua vida, como se planeja para o futuro, o que julga importante” (BENETTI, p. 51, 2013).

No caso da Revista TPM, esse encontro aconteceu também de forma virtual a partir das postagens no Facebook, em cujos comentários o leitor podia se mostrar identificado com o conteúdo ou manifestar seu descontentamento com a imagem feita de si. Conforme veremos na análise, essa insatisfação aparece, de fato: um dos comentários critica a representatividade,

a partir da escolha editorial da revista em colocar três pessoas brancas¹⁰, uma delas um homem, nas capas da edição impressa – o que vai ao encontro do estudo de Castro (2014), que demonstrou como as representações feitas pela própria Revista TPM tendem a não contemplar tipos mais abrangentes de mulheres, reforçando padrões hegemônicos brancos e, inclusive, heterossexuais, inseridos na chamada heteronormatividade.

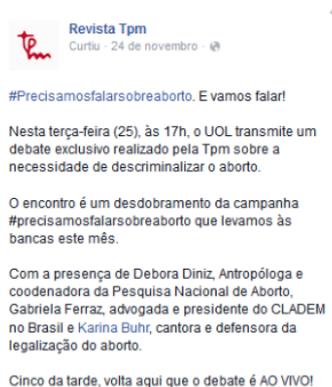
Apesar disso, entende-se que a revista consegue inserir de forma satisfatória a pauta do aborto na agenda dos mídia noticiosos. No próxima parte deste Capítulo, será abordada a forma como o jornalismo, a exemplo da Revista TPM, insere suas pautas na web, a partir do chamado webjornalismo, e de como ocorre a comunicação entre agentes sociais da web em sites de redes sociais como o Facebook.

2.3 A Revista TPM e seus leitores no Facebook

No site e nas redes sociais, a Revista TPM repercute o mesmo conteúdo veiculado na edição impressa, além de conteúdos multimídia exclusivos para essas plataformas e outras informações relacionadas às suas pautas. No Facebook, divulga-se aquilo que é veiculado no site ou nas páginas de outros perfis que a revista segue. No período analisado, repercutiram diversos conteúdos da edição de novembro, além da própria campanha #precisamos falar sobre aborto, para a qual foram criados vídeos exclusivos para a web, além de um debate ao vivo, transmitido pelo UOL, conforme mostrado na Figura 3:

¹⁰ Embora este trabalho não analise os comentários a partir da raça ou da etnia dos sujeitos, é possível concluir que a maioria das pessoas que comentaram na página da Revista TPM ao longo deste debate são brancas. Este estudo, portanto, não conseguiu contemplar uma diversidade de opiniões nesse sentido.

Figura 3 - Chamada para o debate no Facebook da revista, no dia 24 de novembro



Fonte: Página da Revista TPM no Facebook registrada em *Print Screen* pela autora

Assim, esse tipo de presença na Internet é característico do webjornalismo de terceira geração, conforme Mielniczuk (2003), pois, além de se referir a um contexto específico da Internet - a web, na qual o Facebook se insere -, há tentativas de explorar as potencialidades da plataforma nos produtos jornalísticos, que

apresentam recursos em multimídia, como sons e animações, que enriquecem a narrativa jornalística; oferecem recursos de interatividade, como chats com a participação de personalidades públicas, enquetes, fóruns de discussões; disponibilizam opções para a configuração do produto de acordo com interesses pessoais de cada leitor/usuário; apresentam a utilização do hipertexto não apenas como um recurso de organização das informações da edição, mas também começam a empregá-lo na narrativa de fatos (MIELNICZUK, 2003, p. 36).

Essa ideia de multimídia citada pela autora, portanto, é o que vai caracterizar a convergência de formatos como a imagem, o texto e o som para narrar um acontecimento. Já a ideia de interação, ou multi-interativo, designaria “o conjunto de processos que envolvem a situação do leitor de um jornal na web” (MIELNICZUK, 2003, p. 41). Portanto, para além da cobertura jornalística na Internet, é importante pensar também quais os processos que situam o leitor nessa plataforma. Afinal, o público pode estabelecer diversas relações ao acessar um produto jornalístico, seja com o suporte tecnológico, com a publicação (através de hipertexto)

e/ou com outras pessoas – nesse caso, a revista ou outros leitores, (LEMOS, 1997; MIELNICZUK, 1998, apud MIELNICZUK, 2003).

A interação desses chamados atores sociais (RECUERO, 2009), que podem ser representados pelos leitores ou pela própria Revista TPM, seria expressa nos comentários do Facebook, os quais representam as conexões entre esses atores (revista e público, público e público). Portanto, tem-se a ideia de rede social trazida por Recuero (2009), a qual seria um conjunto entre os atores e suas conexões. Nesse caso, as pessoas se apropriam de um espaço e essa apropriação funciona “como uma presença do ‘eu’ no ciberespaço, um espaço privado e, ao mesmo tempo, público” (RECUERO, 2009, p. 27) e isso vai permitir que elas se expressem na internet.

Conforme apontado por Recuero (2009), portanto, entendemos que este é um estudo voltado para um site de redes sociais, por analisar padrões entre conexões no Facebook, buscando entender a dinâmica e a composição de grupos sociais – no caso, os leitores da Revista TPM. A rede social é um software, um sistema, constituído pelos atores que a utilizam, sendo uma ferramenta para a Comunicação Mediada pelo Computador (CMC), pois possibilita que esses atores possam construir-se, interagir e se comunicar com outros atores, além de deixar, na rede, “rastros que permitem reconhecer os padrões de suas conexões e a visualização de suas redes sociais através desses rastros (RECUERO, 2009, p. 24).

Ainda segundo a autora, a CMC permite a comunicação entre os indivíduos, amplifica a capacidade de conexão e permite que redes sejam criadas e expressas nesses espaços: as redes sociais mediadas pelo computador. Nelas, os atores sociais estão no centro da questão: são indivíduos com “interesses, desejos e aspirações, que tem papel ativo na formação de suas conexões sociais” (RECUERO, 2009, p. 143). Além disso, é uma ferramenta importante para a coleta de dados em pesquisas de cunho qualitativo (JOHNSON, 2010).

Essa ideia vai ao encontro do que afirmam Jacks e Knewitz (2011), sobre os rearranjos que ocorrem nas práticas de recepção e consumo midiáticos quando surgem novas formas de se produzir, armazenar e transmitir informações de forma integrada, de forma que as pessoas incorporam essas práticas em seu cotidiano, pois

com a disseminação da nova mídia, muitos pressupostos tradicionalmente envolvidos nos estudos de recepção parecem embrenhar-se em uma zona turva que, ao mesmo tempo em que os reforça, promove uma virada. A internet não só corrobora a ideia de sujeito ativo, como faz

com que essa atividade extrapole os processos mentais e ganhe materialidade através de recursos interativos (...) (JACKS; KNEWITZ, 2011, p. 206).

Da mesma forma, Sodr  (2014) atenta para um rumo tomado pelo jornalismo em que se produz um modelo inclusivo, de uma comunica o interativa e reflexiva, a partir da cria o de p ginas que buscam dar voz ao leitor - como seria o caso da apropria o das *fanpages* do Facebook pelo jornalismo; transforma-se, assim o receptor em um usu rio ativo, que disp e de ferramentas para publicar conte do at  de forma instant nea.

Ainda, na web, a tradicional conversa o, pela qual “conseguimos conhecer melhor o Outro, estabelecer rela es e construir os la os sociais que v o estruturar os grupos sociais e a sociedade como um todo” (RECUERO, *online*, 2013) se transforma quando mediada pelo computador. E n o pelo surgimento de novas ferramentas, mas pela apropria o que os sujeitos fazem delas:

Falamos em apropria o porque essas ferramentas s o constru das pelos agentes como ambientes conversacionais, e a conversa o tem como suporte um conjunto de conven es simb licas que s o por eles constru das. Portanto,   preciso criar novos rituais e novas formas de negociar um contexto na intera o (RECUERO, 2012, p. 39).

Assim, a conversa o mediada pelo computador, presente nos coment rios do Facebook,   caracterizada por uma capacidade de “transcender o grupo que a iniciou, navegando pelas conex es dos sites de rede social e ampliando a audi ncia e a participa o dos demais” (RECUERO, *online*, 2013) permitindo a intera o. Nesse caso, especifica-se que essa conversa o   ass ncrona, pois conforme Recuero (2012) n o implica intera o em tempo real e pode ser realizada por indiv duos que acessam a p gina em momentos diferentes. Ou seja, h  mais tempo para revisar, editar e at  excluir alguma coisa dita. Para a autora, o estudo dessa forma de conversa o seria ainda mais desafiador, “pois s o conversa es onde a hibridiza o entre a linguagem oral e escrita parece ser mais complexa e mais diferenciada” (RECUERO, 2012, p. 52). Ainda segundo a autora, no entanto, essa forma de CMC pode trazer aspectos negativos para as redes sociais, principalmente no caso de discursos que quebram com as expectativas de polidez, ou normas de conversa o, conforme veremos a seguir.

2.3.1 Violência simbólica nas interações

Como será visto na parte da análise, muitos comentários na página da Revista TPM reproduzem discursos de ódio diante de mulheres ou pessoas favoráveis à discussão da legalização do aborto. Embora este trabalho não se proponha a analisar em profundidade a quebra de polidez entre os seguidores da página, é possível afirmar que ela ocorre. Freda e Recuero (2014) utilizam o termo violência simbólica de maneira a se referir ao discurso dominante do poder simbólico nas redes sociais e destacam que, quanto mais heterogêneo o grupo, mais difícil fica para manter essas normas, o que pode ocasionar maior violência simbólica nas interações. É o caso da *fanpage* da Revista TPM que, embora seja segmentada para o público feminino, acaba abrangendo perfis diversos de leitores nas redes sociais e registrando uma quantidade significativa de comentários que reproduzem violências.

Recuero (2013) aponta que isso pode ocorrer devido à distância de um ator em relação aos demais, pois ela pode implicar falta de compromisso com o Outro. Portanto, quebrar a polidez, uma espécie de ritual da conversação, implica não preservar a cooperação e instigar o conflito. Acontece, então, a chamada “ameaça à face”. A face estaria relacionada “às impressões que são construídas e legitimadas na interação entre os atores, ou seja, às impressões que são projetadas por eles e que constituem também a visão de quem é o ator e o modo como os outros o percebem” (idem, *online*).

No entanto, o conflito seria necessário para a manutenção da rede social, pois, conforme Primo (*online*), é a própria criação de contradições, e o surgimento de embates a partir delas, que move a comunicação. Para ele, deve-se fugir de uma visão encantada sobre a cooperação: ela não seria uma acumulação de ações altruístas, mas um processo trabalhoso de interação a partir das diferenças.

Assim, os três elementos comuns às redes sociais, cooperação, competição e conflito (RECUERO, 2012) tendem a coexistir. Por isso, a quebra da polidez não significa ausência de cooperação. Afinal, para que uma comunidade se mantenha, como é o caso da *fanpage* da Revista TPM, a maioria das interações devem ser de cooperação, mas, conforme a autora, o conflito pode, inclusive, fortalecer esse sistema “aumentando a união através de uma polarização” (idem, p. 85). Um bom exemplo desse fortalecimento pode ser o cyberfeminismo, atuação do feminismo na Internet que vem crescendo nos últimos anos e será abordada no próximo Capítulo. Ele aparece empiricamente na parte da análise dos

comentários e pode-se afirmar que surge, e se desenvolve, também como resistência à provocação de pessoas contrárias à legalização do aborto, mostrando que o conflito pode gerar cooperação.

3. Feminismo, maternidade e aborto: História e conceitos

A maioria dos comentários analisados neste trabalho que foram redigidos por mulheres demonstraram apoio ao conteúdo veiculado pela Revista TPM sobre a legalização do aborto no Brasil. Por outro lado, se considerarmos homens e mulheres, a maioria absoluta foi contrária à pauta, que defende a escolha da mulher diante de uma gravidez indesejada e seu direito à saúde pública. Essa resistência não é algo pontual, mas reflexo também de uma construção histórica e cultural sexista acerca do entendimento sobre maternidade, que vinculou as mulheres a um suposto papel biológico e social de mães.

Neste Capítulo, busca-se contextualizar historicamente essa compreensão sobre a maternidade, buscando, em um primeiro momento, as principais teorias acerca do sistema sexo/gênero e da opressão das mulheres feitas pelos estudos feministas e de gênero. Os trabalhos de Beauvoir (2009), Butler (2003), Scott (1995) e Piscitelli (2002) são utilizados como base teórica para este momento da pesquisa. Além disso, também será problematizado o papel de instituições como a medicina, o Estado e a família para reforçar a maternidade como uma questão intrínseca e natural a todas as mulheres, interferindo diretamente na sexualidade a partir do controle de natalidade. Para isso, serão utilizados os aportes teóricos de Rohden (2003), Del Priore (2013) e Thernborn (2006).

3.1 A evolução do feminismo e o sistema sexo/gênero

Ao introduzir o conceito de mulher-sujeito, Beauvoir (2009) afirma que a humanidade é masculina e desloca o olhar da construção histórica feita a respeito das mulheres, considerando que elas sempre foram vistas no papel de Outro. Eram os homens os detentores do conhecimento e das instituições de poder; elas não tinham a chance de construir a História a partir do seu próprio ponto de vista. Segundo a autora, “o mundo sempre pertenceu aos machos” (BEAUVOIR, 2009, p. 99) e, se pensarmos em todas as mulheres consideradas marcantes para a história da humanidade, podemos compreender esse pensamento “deslocado”: todas nos mostram, de forma brilhante, “que não foi a inferioridade feminina que determinou sua insignificância histórica: sua insignificância histórica foi que as votou à inferioridade” (BEAUVOIR, 2009, p. 197).

Ou seja, predomina a invisibilidade histórica das mulheres. Para ela, isso remonta aos primórdios da civilização, no momento em que a agricultura passa a ser base da organização social, quando a fecundidade abundante da mulher já nessa época atrapalhava sua participação ativa na evolução da coletividade. Era o homem que assegurava o equilíbrio da produção e da reprodução, porque arriscava sua vida em nome do grupo.

Portanto, “a superioridade é outorgada não ao sexo que engendra, e sim ao que mata” (BEAUVOIR, 2009, p. 103). A mulher estaria “condenada” à reprodução da espécie por sua constituição “biológica”, argumento histórico utilizado para legitimar sua submissão. No entanto, conforme lembra Silva (2014), essa desigualdade não se constrói em função das diferenças sexuais, mas pela expectativa do gênero construída culturalmente, de forma simbólica:

É, portanto, no campo da cultura e do simbólico, e não do biológico, que as desigualdades se produzem. A denominação do sexo biológico traz implícita a expectativa sobre o gênero dos indivíduos, sobre os modos através dos quais deverá ser e estar na cultura: formas de viver, de vestir, de sentir, de falar (ou de calar), de agir, de se comportar, etc. Esses modos estão relacionados ao que foi convencionalizado como padrão normativo em uma sociedade, e não aos cromossomos dos indivíduos (SILVA, 2014, p. 82).

Para a autora, o foco está na desigualdade social criada em função das expectativas de gênero e nas convenções do que é feminino ou masculino, impregnadas pelo conceito de poder – sendo o feminino a condição inferior – e como elas se reproduzem. Assim, é preciso analisar processos mais amplos, que marcam os sujeitos como diferentes (SILVA, 2014). Para Rubin (apud PISCITELLI, 2002), autora que elaborou o conceito de sistema sexo/gênero, essa diferenciação entre os sexos é criada pela cultura, não pela natureza, e desconsidera as similaridades naturais que existem entre homens e mulheres, mais do que as diferencia. Esse sistema seria, então, o “conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nas quais estas necessidades sociais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, apud PISCITELLI, 2002, p. 8).

O conceito de gênero surge, de início, para contestar a biologia como um destino, e era utilizado em oposição à ideia de sexo, sendo associado a uma construção histórica enquanto o sexo seria algo dado, natural (BUTLER, 2003). No entanto, entende-se que tanto o gênero quanto o sexo são construídos, não sendo este um elemento pré-discursivo, anterior à cultura. Ainda, leva-se em conta que, “se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio

construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma” (BUTLER, 2003, p. 25). Portanto, faz-se necessário levar em conta uma ideia de relação, pois o gênero seria uma “categoria social imposta sobre um corpo sexuado (...) [que] coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade” (SCOTT, 1995, p. 7).

Apesar da existência da opressão de gênero baseada na construção social sobre o sexo, também existe resistência, a exemplo do movimento feminista, que surge no século XIX no Ocidente na chamada primeira onda do feminismo. De caráter sufragista, lutava pelos direitos à cidadania das mulheres, como o voto universal, conforme Alves e Pitanguy (1985). Embora essas autoras afirmem o contrário, Louro (1997), a partir de uma perspectiva pós-estruturalista à qual se alia este trabalho, irá definir esse primeiro movimento como ligado ao interesse de mulheres brancas de classe média, cujo alcance era limitado a alguns países e, posteriormente, se acomodou.

Será somente na década de 1960, na chamada segunda onda do feminismo, representada pela frase “o pessoal é político”, um dos mais “importantes *insights* do pensamento feminista” (LOURO, 1997, p. 148), que haverá a construção teórica do movimento no meio acadêmico, aliada a preocupações sociais e políticas. Essa ideia é importante, pois foi capaz de legitimar a compreensão das mulheres sobre a opressão de gênero em uma esfera subjetiva:

A conhecida ideia “o pessoal é político” foi implementada para mapear um sistema de dominação que operava no nível da relação mais íntima de cada homem com cada mulher. Esses relacionamentos eram considerados, sobretudo, políticos, na medida em que político é essencialmente definido como poder (PISCITELLI, 2002, pp. 5-6).

Assim, o significado de um sujeito político para as mulheres está diretamente ligado à forma como sua vida privada é encarada socialmente. Para Scavone (2001), um dos elementos mais radicais desta “politização” do privado vai se relacionar à maternidade. É possível recusar o determinismo ancorado na biologia, que dá às mulheres o destino social de se tornar mãe, pois “a maternidade começava, então, a ser compreendida como uma construção social, que designava o lugar das mulheres na família e na sociedade, isto é, a causa principal da dominação do sexo masculino sobre o sexo feminino” (SCAVONE, 2001, 138).

Como explica Piscitelli (2002), nessa segunda onda do feminismo o patriarcado foi utilizado como a categoria de análise por um grupo específico de feministas, em cuja visão “unitária”, “global” de poder, cada relacionamento entre homem e mulher é uma relação política. As instituições patriarcais seriam todas aquelas criadas em contextos de dominação masculina – ou seja, quase todos. Esse ponto de vista político é interessante porque acomoda novas visões sobre a opressão, em que “a política passava a envolver qualquer relação de poder, independentemente de estar ou não relacionada com a esfera pública” (PISCITELLI, 2002, p. 5). Para Beauvoir (2009), o patriarcado surge em paralelo com a propriedade privada, quando a mãe é relegada à ama e à serva e o pai se torna detentor dos direitos e da transmissão de bens; o patriarcado, poderoso, controla a sexualidade de mulher para que seja garantida a transmissão da propriedade privada. A mulher é, então, condenada a perpetuar a espécie e a propriedade do homem – nunca a sua. Para se libertar, ela deve negar a família:

Já que a opressão da mulher tem sua causa na vontade de perpetuar a família e manter intacto o patrimônio, ela se liberta também dessa dependência absoluta na medida em que escapa da família. Se a sociedade, negando a propriedade privada, recusa a família, o destino da mulher é consideravelmente melhor. (BEAUVOIR, 2009, p. 130).

Essa ideia encara as funções reprodutivas como o principal motivo para a desigualdade sexual e a biologia e a opressão - advinda de uma cultura masculina - seriam as partes de uma “condição” compartilhada por todas as mulheres (PISCITELLI, 2002). Isso seria fundamental para que a mulher se enxergasse – e fizesse enxergar - como sujeito político coletivo. É importante destacar que essa diferença sexual como origem da opressão também é apontada por outra corrente dessa segunda onda, composta por feministas ligadas ao marxismo, com uma visão mais histórica. Nesse caso, rejeitavam o essencialismo ligado à reprodução - que levava a uma divisão sexual do trabalho -, reconheciam que os sistemas econômicos não determinam diretamente as relações de gênero - pois estas são anteriores ao capitalismo e continuariam sob o socialismo -, e buscavam uma explicação materialista para excluir as diferenças físicas e naturais (SCOTT, 1995).

Fora de contexto, no entanto, a teoria do patriarcado obscurece “a compreensão das relações sociais que organizam diversas formas de discriminação” (PISCITELLI, 2002, p. 7) e se torna vazia de conteúdo. Da mesma forma, o feminismo marxista, também ancorado por ela, ao exigir uma explicação material para o gênero, pode acabar limitando ou atrasando o

desenvolvimento de novas análises (SCOTT, 1995). Embora seja importante para alargar os significados políticos sobre a condição das mulheres, para Piscitelli (2002) a ideia do patriarcado é essencialista, pois afirma que todo homem é opressor e que todas as mulheres sofrem opressão da mesma forma, independentemente do período histórico ou cultural em que estão inseridas.

Conforme Butler (2003), é preciso levar em conta o presente histórico, definido por Marx, de modo a reconhecer que o termo mulheres não se refere a uma identidade comum, o que torna impossível separar o termo gênero de outras intersecções políticas e culturais que o produzem e o mantêm. Dessa forma, novas hipóteses foram se tornando necessárias para dar conta das complexidades que envolvem a condição das mulheres, como é o caso do conceito de gênero como categoria de análise histórica. Para Scott (1995), ele passa a ser utilizado pelas feministas de modo mais sério quando é pensado tanto como negação ao termo “diferença sexual”, que reforça um determinismo biológico, como referindo-se “à organização social da relação entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 2), a partir da compreensão de que não é possível estudar homens e mulheres de forma separada, sendo essencial também deslocar o olhar dos estudos para o opressor.

O termo “gênero” conseguiu adentrar e ser reconhecido mais facilmente no meio acadêmico do que “mulheres”, por sua conotação mais neutra e supostamente dissociada da questão política, embora faça parte “das tentativas levadas pelas feministas contemporâneas para reivindicar certo campo de definição, para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens” (SCOTT, 1995, p. 19). Mostrou-se um estudo sobre o Outro, a partir do qual é possível analisar as relações e as construções sociais entre os sexos e indicar como estes acabam determinando qual seria o papel dos homens e das mulheres na sociedade.

Atualmente, conforme Garcia (2015), já é possível falar em uma terceira onda do feminismo que, ao invés de levar em conta a unidade entre todas as mulheres, considera as diferenças como uma condição inerente à prática feminista – e não apenas as diferenças de gênero. Segundo a autora, ganha força na década de 1990 em meio ao surgimento de novas temáticas e identidades, quando esse “novo feminismo” reformula irreversivelmente o movimento, no contexto da globalização. Assim, “a identidade passa a ser entendida como um processo múltiplo no qual se articulam o gênero, a classe, a raça, a etnia e a idade, formando uma subjetividade complexa, contraditória, que não pode ser reduzida a apenas uma dessas

categorias” (GARCIA, 2015, p. 53). Embora não seja foco neste trabalho, é importante citar que, na Internet, o chamado Ciberfeminismo utiliza como instrumento básico a Internet e possibilita a inúmeras mulheres o contato e o domínio das tecnologias de comunicação, de forma que possam utilizá-las para mudar sua realidade e as opressões vividas (LEMOS, 2009). Interessa, porém, avaliar que essas novas formulações buscam acrescentar novas pautas àquelas tradicionais do feminismo, como o aborto. Assim,

nos mostram uma cartografia de inquietudes que repensam as temáticas clássicas do feminismo - o aborto, a sexualidade, o corpo, a violência, o acesso ao mercado de trabalho ou o trabalho do lar - em relação a outras problemáticas que antes não existiam. Assim, apontam algumas novas formas de dominação produzidas pelo patriarcado e a necessidade de colocar em marcha outras formas de expressão política e de resistência, mas também mostram que o hiato da falta de memória histórica pode produzir grandes problemas ou ainda mais lacunas nos movimentos de mulheres ou novos feminismos (GARCIA, 2015, p. 55).

3.2 Maternidade como escolha e controle de natalidade

A maternidade é uma importante discussão para o feminismo, principalmente se pensarmos que sexo, reprodução e controle de natalidade estão diretamente ligados às relações de gênero e à forma como estas traduzem as relações de poder (ROHDEN, 2003). Quando as mulheres decidem pela prática do aborto, por exemplo, ou até mesmo pela contracepção em outros momentos da história, acabam surgindo novos campos de disputa, pois “o controle sobre a capacidade reprodutiva é um dos nódulos centrais sobre os quais se constroem as prerrogativas em torno das capacidades e das funções sociais de cada gênero” (ROHDEN, 2003, p. 15). Afinal, quando o indivíduo controla a própria fecundidade, assume um poder sobre si:

O controle da natalidade (...) expressa o controle, por alguém, da natureza ou do “destino” e do seu próprio curso de vida. Ele significa uma afirmação de poder, o poder de modelar seu próprio futuro. Ele pressupõe, acima de tudo, um sentido de domínio pessoal (THERNBORN, 2006, p. 352).

Da mesma forma, para Perrot (2007), a liberdade na contracepção foi o maior acontecimento para as relações entre os sexos em sua história contemporânea, capaz de dissolver hierarquias entre masculino e feminino que pareciam, até então, imóveis e universais.

No feminismo, a questão da maternidade é encarada a partir de diversas perspectivas, complexas e contraditórias (SCAVONE, 2001), como a da própria recusa pela maternidade, por esta ser opressiva e lugar de causa da dominação. Isso levou a fortes lutas políticas em favor da contracepção e do aborto na década de 1970, por exemplo. Ainda, houve uma negação dessa visão, atentando para o fato de que a maternidade é parte da História das mulheres, sendo um poder que só elas possuem e levaria à realização feminina. Em seguida, em consonância com o surgimento do conceito de gênero e da superação de uma visão ancorada nas diferenças sexuais construídas biologicamente, leva-se em conta que são as relações de dominação que vão atribuir significados sociais à maternidade. Assim, “não podemos compreender a maternidade sem abordar a paternidade, a mãe sem o pai, no sentido biológico e social do termo” (SCAVONE, 2001, p. 142).

Nesse sentido, torna-se fundamental pensar a escolha pela reprodução como uma forma de poder. Mas, entende-se que nem sempre esse poder esteve nas mãos das mulheres, principalmente quando levadas em consideração as instituições que regem e normatizam a sociedade. Conforme Rohden (2003), já no início do século XX, surgia uma configuração social no Brasil legitimada pela medicina e pelo Estado, que enxergava a maternidade como algo natural às mulheres, cujo papel na coletividade estava ligado exclusivamente à reprodução da espécie. Segundo os saberes médicos, condenava-se o controle de natalidade pois era necessário engrandecer a nação e garantir o futuro da espécie. Paralelamente, o sistema jurídico-policia expressa essas ideias, e ainda consegue, de fato, regular os comportamentos individuais através de ações práticas de coibição (ROHDEN, 2003). Sendo a maternidade um pilar da sociedade e da força dos Estados, é um fato social e também a “política investe no corpo da mãe e faz do controle da natalidade uma questão em evidência” (PERROT, 2007, p. 69).

Não só no Brasil, as escolhas da mulher sobre seu próprio corpo foram diversas vezes sujeitadas – e não só à organização política pública, mas a outras instituições, a exemplo da família. Esta seria, conforme Thernborn (2006), o principal regulador do produto da sexualidade humana. Logo, segundo o autor, enquanto todas as mudanças importantes

relacionadas à fecundidade tiverem que passar pela família para que haja mudanças – como legalizar o aborto - não haverá plena autonomia da mulher sobre seu corpo.

Como sistema de reprodução social e demográfica, a família não tem nenhuma dinâmica inerente de mudança, além dos ajustes de equilíbrio que parecem ser característicos da maioria dos sistemas familiares (...) enquanto a família for o principal regulador do produto da sexualidade humana - o que ainda é o caso -, todas as mudanças importantes de fecundidade devem ocorrer através do sistema familiar (THERNBORN, 2006, p. 355).

Ao longo de toda a História, conforme Del Priore (2013), foi construído um estatuto biológico da mulher, que não garante a ela autonomia para decidir sobre a procriação. Rohden (2003) reforça que a maternidade seria uma obrigação primeira, senão a única; ser mãe é um acontecimento compulsório na vida de uma mulher, fadado a ocorrer pela atuação da natureza. A autora reforça que, por isso, associava-se o ato sexual apenas à reprodução, na qual “a natureza, poderosa e superior, jamais seria ludibriada” (ROHDEN, 2013. p. 222).

Esse estatuto biológico também esteve ligado a outro, moral e metafísico, que fazia da mulher uma mãe frágil e submissa (DEL PRIORE, 2013), construído pela medicina e associado à Igreja entre os séculos XVI e XVIII. Nessa época, o corpo da mulher era um verdadeiro mistério, alimentado pelos imaginários da medicina, da religião e da sociedade. Qualquer “mazela” que atingia o corpo feminino era associada à culpa, “como sinal demoníaco ou feitiço diabólico. Esse imaginário, que tornava o corpo um extrato do céu ou do inferno, constituía um saber que orientava a medicina e supria provisoriamente as lacunas de seus conhecimentos” (DEL PRIORE, 2013, p. 78).

3.2.1 Contracepção, aborto e infanticídio

Embora existisse, e exista, esse pensamento sobre a maternidade, também é preciso pensar que as mulheres são sujeitos com poder de decisão e vontades próprias e as práticas realizadas por elas para evitar a maternidade, como a contracepção, o aborto e o infanticídio, são recorrentes na História (ROHDEN, 2003). A contracepção, ou controle da fecundidade, é uma sabedoria humana antiga, praticada de diferentes formas (THERNBORN, 2006) seja pela restrição sexual ou pelo coito interrompido. Em resposta a uma medicina que encarava o corpo da mulher como algo obscuro, muitas mulheres se viam diante da necessidade de

praticar uma medicina vulgarizada, popular, adquirida de forma empírica pelos conhecimentos que tinham sobre seu próprio corpo (DEL PRIORE, 2013). Assim, “desprovidas dos recursos da medicina para combater as doenças cotidianas, as mulheres recorriam a curas informais, perpetrando assim uma subversão: em vez dos médicos, eram elas que, por meio de fórmulas gestuais e orais ancestrais, resgatavam a saúde” (DEL PRIORE, 2013, p. 88), reafirmando uma resistência do saber-fazer feminino em relação ao corpo das mulheres, em oposição a uma mentalidade tradicional da medicina dominada por misoginia.

O aborto, conforme Perrot (2007), era realizado, como ainda é hoje em diversos países como o Brasil, na ilegalidade, por parteiras, curandeiros e médicos clandestinos – e não só por mulheres solteiras, mas por mães de família que desejavam controlar a natalidade. O próprio bebê por certo tempo não era encarado como uma pessoa, mas o sofrimento das mulheres pela sua perda gerou uma tomada de consciência que tornava a prática do infanticídio menos aceitável. Assim, tanto o aborto quanto o infanticídio eram métodos, marginais e secundários, de evitar a maternidade. Mesmo assim, conforme a autora, praticar o infanticídio, ou seja, matar o filho depois de nascido, era o crime principal das mulheres no século XIX na França: “são camponesas, em sua maioria criadas de propriedades rurais que, por não suportarem a maternidade indesejada, suprimem os rebentos em circunstâncias sórdidas” (PERROT, 2007, p. 27).

Trazendo para o contexto brasileiro, no início do século XX, as mulheres que se posicionavam contrárias à maternidade eram vistas como moral ou socialmente incapazes (ROHDEN, 2003) e, pelo contrário, o infanticídio acabava sendo relativizado, pois estaria associado a um ato pontual de loucura da mulher. As que recorriam ao aborto e à contracepção, eram na verdade “vítimas, seja dos ‘praticantes inescrupulosos’ ou então, de maneira mais indefinida, da ‘civilização exagerada’, dos ‘costumes modernos’” (ROHDEN, 2003, p. 221). Tudo isso, enquanto as mulheres adquiriam certa independência e entravam no mercado de trabalho, com o surgimento de campanhas pelos seus direitos no país. Mesmo assim, segundo Rohden (2013), havia dificuldade, quanto ao aborto e/ou ao infanticídio, “em lidar com o crime da mãe que mata o próprio filho, considerado tão excepcional quando se pressupõe o amor materno como uma característica essencial da natureza feminina (ROHDEN, 2013, p. 175).

Conforme Thernborn (2006), no Brasil, o controle de natalidade foi um processo bastante cultural, embora no período da ditadura militar, em meados da década de 1960, houvesse uma postura mais permissiva. Mesmo assim, a crescente escolarização, a urbanização, a consolidação dos meios de comunicação de massa, as migrações internas em grande escala e os sistemas de saúde privados voltados para a prática de cesarianas contribuíram para alterar as formações familiares e ancorar institucionalmente o controle de natalidade pela esterilização feminina. Apesar disso, o aborto ainda era frequente, e ilegal, da mesma forma que hoje.

No próximo Capítulo, será feita a análise dos comentários da campanha “Precisamos Falar Sobre Aborto”, de forma a contribuir para essa discussão.

4. Análise dos comentários: metodologia e argumentos sobre a legalização do aborto

Neste Capítulo, será apresentada a metodologia utilizada para este trabalho: o Estudo de Caso, desenvolvido teoricamente a partir da bibliografia de Oliveira (2007), Diniz (1999) e Goldenberg (2007). Para tal, foi realizada uma pesquisa na Internet, a partir da análise da Comunicação Mediada pelo Computador e da interação dos atores sociais no Facebook, conforme apontam Johnson (2010) e Fragoso, Recuero e Amaral (2013). Para coletar, analisar e cruzar os dados, foi utilizado o software NVIVO da família dos CAQDAS (Computer Assisted Qualitative Data Analysis Software) que permitiu à pesquisadora interpretar e organizar as ideias a respeito dos comentários feitos pelos leitores da Revista TPM.

Esses comentários foram, então, divididos em 14 categorias, explicitadas e ilustradas em detalhe na parte da análise. O objetivo, então, é analisar e interpretar os significados a respeito de como os leitores, de modo geral e divididos entre homens e mulheres, se posicionam em relação à legalização do aborto no Brasil, se *Contra* ou *A favor* e por quê.

4.1 Metodologia

Este trabalho se enquadra como uma pesquisa empírica em comunicação que se utiliza do Estudo de Caso para realizar uma análise qualitativa, inspirada teoricamente nos estudos culturais e de recepção. Empírica pois busca observar um fenômeno específico – o posicionamento dos leitores na *fanpage* da Revista TPM a respeito da legalização do aborto no Brasil – a partir da manipulação de dados e sua respectiva tradução (SANTAELLA, 2011). Neste caso, a prioridade é analisar qualitativamente os comentários, buscando ressaltar “as significações que estão contidas nos atos e práticas” dos leitores (SANTAELLA, 2011, p.174).

Aqui, o Estudo de Caso serve como método de pesquisa deste trabalho, tanto para compreender as aplicações jornalísticas à reportagem “Precisamos Falar Sobre Aborto”, vista no Capítulo 2, quanto para estudar a comunicação mediada por computador (JOHNSON, 2010) no site de rede social Facebook. Nessa comunicação, ocorrem interações com o veículo – e com outros seguidores - que são facilmente registradas como objeto de pesquisa, de

acordo com Recuero (2009), visto que são “fãdadas a permanecer no ciberespaço, permitindo ao pesquisador a percepção das trocas sociais mesmo distante, no tempo e no espaço, de onde foram realizadas” (p. 30). Elas dependem diretamente, segundo a autora, das possibilidades trazidas pela ferramenta utilizada. Nesse sentido, o Facebook também pode ser um dispositivo que possibilita a ideia de Braga (2006) de um Sistema de Interações Sociais sobre a mídia – o que se aplica quando levamos em conta que os seguidores também apoiam ou criticam a abordagem jornalística, ao mesmo tempo em que opinam sobre a temática do aborto.

Portanto, para coletar essas interações, materializadas nos comentários, foi utilizada uma amostra de análise composta de 1.535 comentários. No caso, todos foram feitos em postagens produzidas pela Revista TPM, referentes à campanha “Precisamos Falar Sobre Aborto”, desconsiderando, por exemplo, o álbum de fotos criado para os apoiadores da campanha, bem como conteúdos compartilhados de outras páginas. Essa escolha leva em conta as particularidades temáticas dessa investigação, bem como “os desdobramentos das matrizes teóricas adotadas, os objetivos e as condições de elaboração da pesquisa” (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2013, p. 57), considerando, conforme lembrado pelas autoras, que a Internet é um universo complexo, de larga escala, heterogêneo e dinâmico de investigação, o que torna necessário fazer recortes.

Nesse sentido, os comentários analisados são apenas os de cunho “primário”. Ou seja, foram categorizados os comentários, e não as respostas aos comentários, conforme exemplificado na Figura 4. Afinal, de acordo com a arquitetura do Facebook (GALINDO-CACERES, 2014), os usuários assimilam o modo como operam na plataforma, e acabam intervindo e ajustando, se não a plataforma, ao menos o conteúdo. Os primeiros comentários estariam, assim, mais próximos de uma opinião convicta, enquanto as discussões posteriores poderiam estar mais próximas de reflexões feitas a partir da interação entre os sujeitos.

Figura 4 – Exemplo de comentário primário



Fonte: *Print Screen* feito pela autora na página da Revista TPM no Facebook

Levando em conta esses fatores, é escolhido o método do Estudo de Caso, pois ele se aplica a pesquisas que buscam informações ricas e detalhadas (JOHNSON, 2010). Por este ser um estudo aprofundado dos comentários, o método “facilita a compreensão da realidade” (OLIVEIRA, 2007, p. 56). Na parte do estudo que enfoca a reportagem, o objetivo era “aprender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto” (GOLDENBERG, 2007, p. 33-34), o qual serviria como ponto de partida para, da mesma forma, compreender a complexidade da “resposta” dos leitores a esse conteúdo. Dessa forma, a pesquisa se volta à realidade objetiva, à investigação e à interpretação de fatos sociais que darão forma à essa realidade (DINIZ, 1999).

No entanto, houve uma exploração e um aprofundamento dos dados muito maior no caso dos comentários, buscando compreender os elementos mais significativos trazidos por eles. Aproveitou-se “as evidências empíricas e as inferências produzidas, correlacionando-as para alcançar a interpretação dos fatos, dentro de um sistema explicativo mais amplo” (DINIZ, 1999, p. 49). Ou seja, a partir da coleta e da categorização dos comentários pelo seu conteúdo, o fenômeno foi interpretado e reconstruído, sem desconsiderar as subjetividades da pesquisadora, mas rompendo com o senso comum; buscou-se uma interpretação mais próxima da realidade possível (DINIZ, 1999).

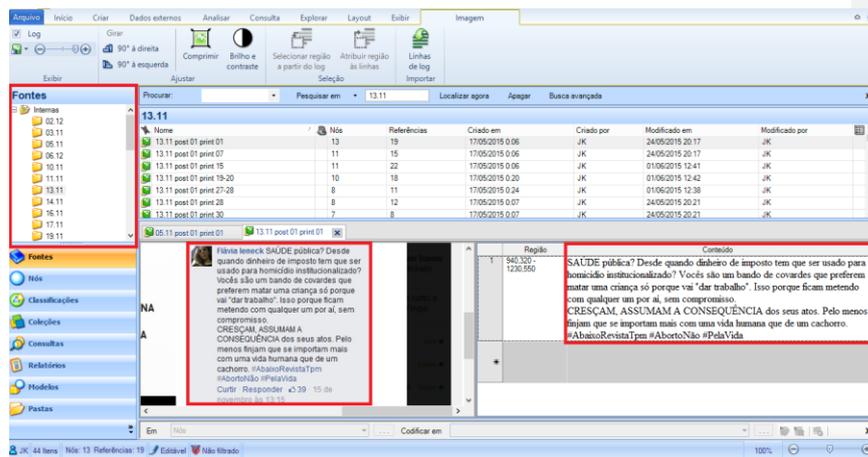
Nesse sentido, para que a quantidade de dados coletados não atrapalhasse o propósito do trabalho, cria-se, conforme aponta Johnson (2010), “um banco de dados para auxiliar na categorização, seleção, armazenamento e recuperação dos dados para análise” (p. 89). O *software* NVIVO ajudou nesse processo de análise de dados qualitativos. Ele pertence à família dos CAQDAS (Computer Assisted Qualitative Data Analysis Software) que, segundo a autora, é de uso amigável e proporciona análises mais complexas de dados, embora não substitua a capacidade de interpretação humana.

Em um primeiro momento, para analisar o posicionamento dos leitores, foi necessário capturar em imagens, manualmente via *Print Screen*, todas as telas de postagens e seus respectivos comentários referentes à discussão da legalização do aborto. A campanha teve início na *fanpage* da revista no dia 24 de outubro de 2014 e seguiu até o dia 06 de dezembro do mesmo ano. A captura da maioria das imagens foi feita nos dias 02 e 17 de dezembro de 2014, para que houvesse tempo de repercutir as publicações, levando também em conta a “maturação” da discussão, para que esta não fosse registrada de forma incompleta. Cabe explicar também que, posteriormente, atentou-se para a divisão feita pelo Facebook no

conteúdo da linha do tempo: caso o seguidor da página não clique em “Todas as histórias”, apenas algumas postagens, chamadas de “Destaques”, serão mostradas. Optou-se, então, por visualizar todas as histórias - ou postagens - referentes à campanha “Precisamos Falar Sobre Aborto” na página da Revista TPM. Isso possibilitou um *corpus* ainda maior de comentários que se enquadravam no período de realização da campanha. Os *Print Screens* dessas postagens antes “ocultas” foram obtidos entre os dias 23 e 31 de maio de 2015¹¹.

Todas essas imagens foram importadas para o programa NVIVO na categoria “Fontes” e armazenadas em pastas, referentes ao seu dia de postagem no Facebook. No caso de mais de um post por dia, eles foram enumerados. Para cada comentário (que estava em formato de imagem), foi copiado seu texto integralmente na aba “Conteúdo”, conforme ilustrado na Figura 5:

Figura 5 – Organização do banco de dados no programa NVIVO



Fonte: Banco de dados da pesquisa. Em destaque, à esquerda, as fontes e suas pastas com as datas. No centro, o comentário em imagem. À direita, em texto.

Depois, foram atribuídas, para cada comentário, categorias nas quais ele se encaixava: *Homem, Mulher, Contra, A favor* ou *Não opinou*, além da postagem à qual se referia, de

¹¹ As postagens capturadas nesse período foram denominadas no anexo como: *Post 2* de 13 de novembro, *Posts 1 e 2* de 14 de novembro, *Post 2* de 17 de novembro, *Posts 2,3,4,5 e 6* de 19 de novembro, *Posts 1,2,3,4 e 5* de 25 de novembro e *Post 1* do dia 26 de novembro. Observou-se que todos os comentários feitos nessas postagens se enquadravam no período de divulgação da campanha, o que não implicou discrepâncias para a análise.

acordo com a Figura 6. Dentro das categorias *Contra* e *A favor*, foram criadas novas categorias com os argumentos de cada opinião, que serão melhor explicadas na parte da análise. No NVIVO, essas categorias são denominadas de “Nós” e serão importantes para o cruzamento de dados posteriormente. Cada nó, principalmente aqueles que explicam o porquê de um comentário ser *Contra* ou *A favor*, foi nomeado conforme a necessidade e a interpretação da pesquisadora, pois são “entendidos como recipientes para ideias e pensamentos sobre os dados obtidos” (GRIJÓ, 2013), o que vai ao encontro do conceito de uma pesquisa qualitativa, tipicamente intencional, procurando “selecionar os elementos mais significativos para o problema de pesquisa” (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2013, p. 68).

Figura 6 – Nós (ou categorias)

Nome	Fontes	Referências
Classificações	1	1
A favor	125	194
Contra	142	275
Não opinou	32	38
Gênero	190	411
Homens	238	448
Mulheres	385	1088
Posts	17	18

Fonte: Banco de dados da pesquisa

Além de ajudar na organização textual dos dados, o NVIVO também possibilita criar recursos visuais para auxiliar no entendimento do *corpus*, como nuvens de palavras com os termos mais ditos em cada nó, assim como gráficos. Neles, também é possível visualizar dados cruzados. Ambos foram utilizados nesta pesquisa e serão mostrados na parte da análise. No caso das nuvens de palavras, elas aparecem nas três categorias mais frequentes, *Contra* e *A favor*, bem como naquelas em que se mostraram significativas para ilustrar de forma qualitativa.

No total, dos 44 dias contabilizados entre o início e o final da campanha no Facebook, 20 deles apresentaram postagens relacionadas ao debate da legalização do aborto no Brasil – ou seja, a revista alimentou a página com conteúdo diverso nesse período. Nesses 20 dias, somam-se 37 postagens relativas ao tema e apenas uma delas apresentava nenhum comentário¹². Portanto, foram analisados 1.535 comentários de 36 postagens diferentes. Vale destacar que esses comentários não são, necessariamente, de autoria de 1.535 pessoas. Pelo contrário, notou-se que muitos vinham da mesma pessoa – e até se repetiam em diferentes postagens. Mas, como o foco deste trabalho é qualitativo, foram considerados até os comentários repetidos, pois acabam reafirmando um posicionamento e mostram a disposição do leitor em expor sua opinião em diferentes momentos.

Como já citado, para fins de organização e cruzamento dos dados, os comentários foram divididos em gênero, *Homens* e *Mulheres*, e categorias opinativas. Como o fôlego da pesquisa não dava conta de entrevistar cada um dos leitores para saber sua identidade de gênero, a construção dessa primeira divisão se baseou no nome de cada comentarista¹³, inferindo de forma limitada e binária a existência de apenas dois gêneros.

Levar em conta o gênero como categoria de análise nesta pesquisa é, além de uma decisão política - bastante comum entre pesquisadoras dos estudos recepção (JOHN E COSTA, 2014) - uma afinidade com os conceitos de Scott (1989) que assume o gênero como uma maneira de dar significado às relações de poder. Assim, entende-se que existem pesos diferentes entre afirmações feitas por homens ou por mulheres – o que não significa ir de encontro à busca pela igualdade de gênero, mas assumir que essas relações de poder existem.

Como já dito, nas categorias opinativas, a partir da análise do conteúdo dos comentários, foi possível interpretar se a pessoa se posicionou *Contra* ou *A favor*. Dentro dessas categorias, cada comentário foi relacionado a outras, mais específicas – no plural, pois poderia ser classificado em mais de uma. Isso fica mais claro se analisarmos a recorrência de comentários e argumentos: para 687 comentários *Contra*, apareceram 1.706 recorrências de argumentos contrários. Para 544 comentários *A favor*, 1008 recorrências de argumentos favoráveis.

É importante explicar que não foram classificados comentários sem relação com a temática discutida, como os que continham xingamentos a outras pessoas (exceto os que

¹² Post 4 do primeiro dia da campanha, 24 de outubro.

¹³ No caso de nomes “neutros”, recorreu-se à foto e/ou à informação de gênero no perfil do leitor.

traziam argumentos relativos ao tema) e dúvidas direcionadas à revista sobre a edição ou atrasos na assinatura, por exemplo. Aqueles que se referiam à temática, mas não foram redigidos de forma clara ou apresentavam interpretação ambígua foram inclusos na categoria *Não opinou*.

De início, foi feita uma “leitura flutuante” desse conteúdo (BARDIN, 2011) de forma a haver um primeiro contato com o teor dos comentários. Depois, as categorias foram criadas de acordo com o que era dito pelas pessoas e interpretado pela autora, com base em questões subjetivas e teóricas.

Por exemplo, no comentário “Entre a mãe e o bebê, prefiro que a vaca assassina morra. Bjs (sic)”, uma mulher deixa claro que prefere a morte de outra que aborta e que a considera uma assassina. Esse comentário foi enquadrado como *Contra*, nas categorias *Assassinato*, *Moralismo* e *Misoginia*. A primeira, evidentemente, criada com base no que foi dito pela pessoa; as duas últimas, exemplos de interpretação da pesquisadora, pois o argumento defende, moralmente, que o feto é uma vida (um bebê) e reproduz um discurso de ódio à mulher com o termo “vaca”. Para ilustrar com um exemplo favorável, uma outra mulher diz: “Precisamos falar que mulher não é incubadora e que seu útero não é do Estado (sic)”. O comentário é *A favor* e está na categoria *Autonomia da mulher*, pois implica uma ideia de escolha da maternidade e defende o direito da mulher sobre seu próprio corpo.

Os resultados e a criação de cada categoria serão melhor explicados e justificados na sequência.

4.2 Análise dos comentários

Nesta parte, serão apresentados os resultados quantitativos e qualitativos da circulação de comentários no debate da Revista *TPM*, assim como uma reflexão teórica e interpretativa sobre o significado das interações dos leitores entre si e com a revista. Cada categoria será particularmente explicada. Para a compreensão delas, aproximou-se argumentos favoráveis e contrários que apresentavam ideias relativamente opostas. Por exemplo, e de modo geral, a ideia de *Prevenção* tem significados opostos: quem é *A favor* afirma que nem sempre os métodos contraceptivos funcionam, enquanto quem é *Contra* defende que, se existem métodos para se prevenir, engravidar é consequência de um descuido. Apesar disso, não é

defendida uma visão dualista, composta de “duas versões” para o debate. Apenas busca-se organizar os dados aqui recolhidos, conforme apresentado no Quadro 1¹⁴. Na explicação de cada categoria, aquelas que são mais frequentes quantitativamente ou significativas qualitativamente serão ilustradas com nuvens de palavras exibindo os termos mais recorrentes ditos pelos leitores. Da mesma forma, serão mostrados gráficos para facilitar sua compreensão.

Quadro 1 – Argumentos favoráveis e contrários que apresentam ideia de oposição

A FAVOR	CONTRA
Abandono - adoção	Abandono – doação
Autonomia da mulher	Controle sobre a mulher
Liberdade sexual da mulher	
Ciência	Ciência
Elogio à edição da revista	Crítica à edição da revista
Debate – legalizar urgente	
Estupro	Exceto estupro – Mesmo estupro
Prevenção	Prevenção
Religião	Religião
Saúde pública	Saúde pública
Hipertexto	Hipertexto
Moralismo	Moralismo
Vida de mulheres	Assassinato de bebês
Sororidade	Misoginia
Machismo	Culpa da mulher

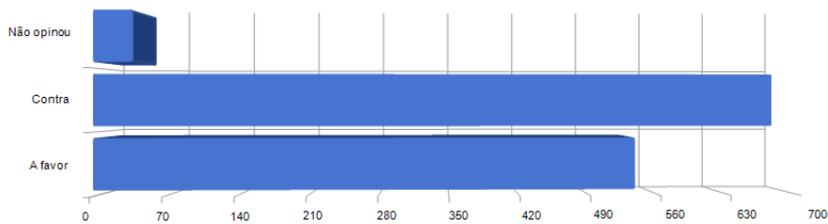
Fonte: Autora

Sem considerar distinções entre homens e mulheres, avalia-se, quantitativamente, que a maioria das pessoas que comentou no debate da Revista TPM em favor da legalização do

¹⁴ As categorias *A favor* denominadas *Classe/Raça/Etnia, Idade, Exemplo outros países, Debate drogas e Vegetarianismo* e as *Contra* denominadas *LGBTfobia, Experiência pessoal, Hashtag e Mãe heroína* não se enquadraram nessa aproximação e serão citadas no item *Outras categorias*.

aborto se manifestou *Contra*, conforme é possível visualizar na Figura 7. Mais especificamente, 674 foram contrárias, enquanto 536 foram favoráveis e 38 não opinaram.

Figura 7 – Gráfico com argumentos gerais, sem distinção de gênero

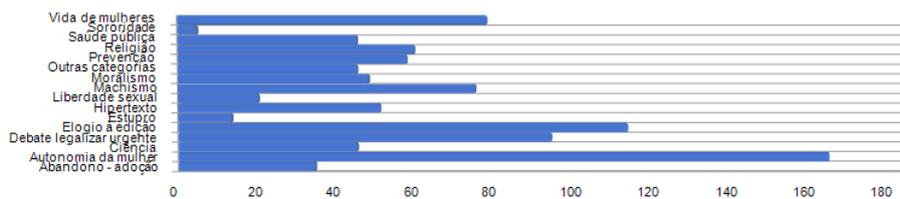


Fonte: Banco de dados da pesquisa

Nos comentários *A favor*, as categorias mais recorrentes foram: *Autonomia da mulher*, *Elogio à edição*, *Vida de mulheres*, *Debate-legalizar urgente* e *Machismo*, conforme a Figura 8.

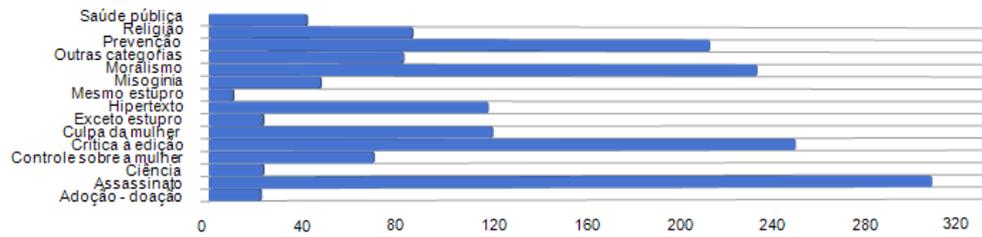
Figura 8 – Categorias mais recorrentes quantitativamente *A favor*

Fonte: Banco de dados da pesquisa



Conforme a Figura 9, as argumentações *Contra* mais recorrentes baseavam-se nas ideias de *Assassinato*, *Controle sobre a mulher*, *Moralismo*, *Prevenção* e *Culpa da mulher*.

Figura 9 – Categorias mais recorrentes quantitativamente *Contra*



Fonte: Banco de dados da pesquisa

Nos Quadros 2 e 3, é possível visualizar a quantidade, de forma decrescente, de comentários enquadrados em cada uma das categorias *A favor* e *Contra*, respectivamente.

Quadro 2 – Quantidade de argumentos em cada categoria *A favor*

CATEGORIA	QUANTIDADE DE ARGUMENTOS A FAVOR
Autonomia da mulher	171
Elogio à edição	118
Debate legalizar-urgente	98
Vida de mulheres	81
Machismo	78
Religião	62
Prevenção	60
Hipertexto	53
Moralismo	50
Saúde pública	47
Ciência	47
Outras categorias	47
Abandono - adoção	36
Liberdade sexual	21
Estupro	14
Sororidade	5

Fonte: Autora

Quadro 3 – Quantidade de argumentos em cada categoria *Contra*

CATEGORIA	QUANTIDADE DE ARGUMENTOS CONTRA
Assassinato	318
Crítica à edição	257
Moralismo	240
Prevenção	219
Culpa da mulher	123
Hipertexto	121
Religião	88
Outras categorias	84
Controle sobre a mulher	71
Misoginia	48
Saúde pública	42
Exceto estupro	23
Ciência	23
Adoção - doação	22
Mesmo estupro	10

Fonte: Autora

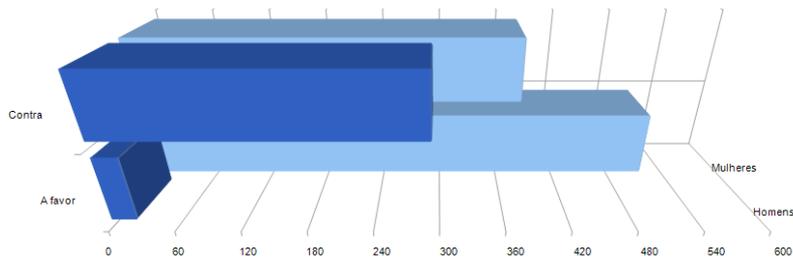
4.2.1 Análises comparativas entre homens e mulheres

De forma geral, mais mulheres opinaram no debate, o que faz sentido se levarmos em conta que a Revista TPM é uma publicação segmentada para o público feminino, conforme visto no Capítulo 2. Da mesma forma, entende-se que, sendo o aborto uma pauta feminina (e feminista), tem sentido direto no cotidiano das mulheres. Em sua maioria, elas mostram-se favoráveis à legalização do aborto, enquanto a maioria dos homens se mostra contrária, de acordo com o gráfico da Figura 10. A diferença *A favor* é discrepante: 512 mulheres para 24 homens. *Contra*, essa diferença reduz: 381 mulheres para 293 homens.

Portanto, as mulheres foram as que mais se manifestaram de forma geral e em todas as categorias, com exceção de quatro: *LGBTfobia*, *Hipertexto (Contra)*, *Mãe heroína* e *Mesmo*

estupro. Ou seja, mais homens se utilizaram de argumentos preconceituosos e de *links* para expressar sua opinião. Além disso, destaca-se que mais homens relativizam a lei atual de que é possível abortar em casos de estupro, afirmando que é necessário manter a gestação mesmo nessas situações.

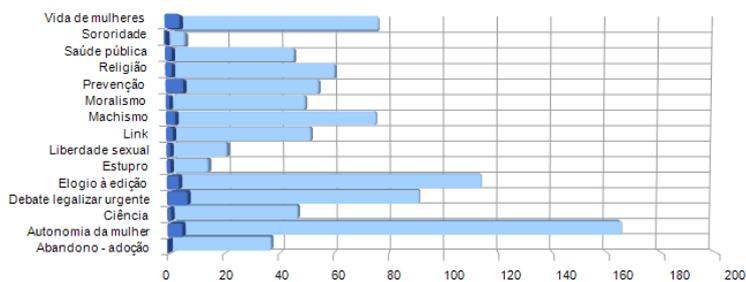
Figura 10 – Gráfico referente à manifestação *Contra* e *A favor* de mulheres (azul claro) e homens (azul escuro)



Fonte: Banco de dados da pesquisa

Na Figura 11, é possível conferir os principais argumentos favoráveis separados entre homens e mulheres. Como dito anteriormente, percebe-se uma diferença acentuada entre a participação feminina e masculina *A favor* do debate. A maioria das mulheres, assim, utilizam os argumentos *Autonomia da mulher*, *Elogio à edição*, *Debate-legalizar urgente*, *Vida de mulheres* e *Machismo* para defender a discussão. Os homens, quando se manifestam, se utilizam dos mesmos argumentos, com destaque também para a *Prevenção*.

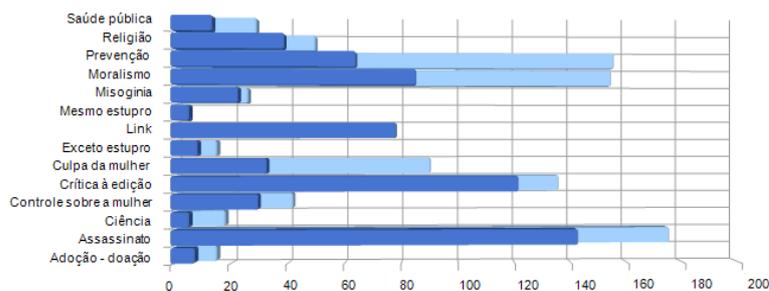
Figura 11: Argumentos favoráveis utilizados por mulheres (azul claro) e homens (azul escuro) nas principais categorias



Fonte: Banco de dados da pesquisa

Já nos argumentos *Contra*, a participação dos homens foi muito mais significativa do que nos *A favor*. A maioria de suas opiniões se enquadram nas categorias *Assassinato*, *Crítica à edição*, *Moralismo*, *Hipertexto* (ou *Link*) e *Prevenção*. As mulheres, no entanto, argumentam mais, como é frequente ao longo de todo o debate. Para elas, os principais argumentos contrários à legalização do aborto estão nas categorias *Assassinato*, *Prevenção*, *Moralismo*, *Crítica à edição* e *Culpa da mulher*. A comparação entre homens e mulheres contrários é mostrada na Figura 12.

Figura 12: Comparação entre argumentos contrários utilizados por mulheres (azul claro) e homens (azul escuro) nas principais categorias



Fonte: Banco de dados da pesquisa

4.2.2 Adoção, “doação” e abandono

Para a criação dessa categoria, levou-se em conta os termos utilizados pelos leitores. A maioria das pessoas que se utilizaram desse argumento foram mulheres *A favor*, com 36 comentários. Na verdade, nenhum homem abordou essa temática de forma favorável. Para elas, predominantemente, é melhor abortar do que abandonar crianças, não ter como sustentá-las ou deixá-las sofrendo. Em resposta a comentários contrários, também afirmam não ser fácil seguir uma gestação indesejada por nove meses por mais que tenha a opção da adoção. Relativizam que, mesmo a mulher que seguir com a gestação, mas não desejar ficar com a criança, será julgada. Ainda, aparece o argumento de que nem todas as crianças encaminhadas

para o processo de adoção serão, de fato, adotadas, principalmente crianças negras, por conta do racismo. Rebatem que, se alguém é contra o aborto e defende tanto a prática da adoção, deveria adotar mais crianças.

Os argumentos *Contra* não foram tão recorrentes, mas observou-se que estimularam discussões *A favor* em resposta. Aqui, as mulheres também se manifestaram mais, com 14 comentários. Houve 8 comentários de homens. Para quem é contrário, é preciso ter “misericórdia”, pois não é “justo” acabar com uma vida. Esse argumento da “vida” rendeu uma categoria própria, mas cabe destacar aqui que foi usado como justificativa para pensar a adoção como uma opção - até mesmo em casos de estupro. Para alguns, seguir com a gestação deve ser a consequência de um ato irresponsável, “promíscuo”, e engravidar não implica a necessidade de ficar com a criança.

Cabe destacar que apenas a mulher é responsabilizada, nunca o homem. A frequência de homens que abandonam seus filhos também não é lembrada. Aqui, o processo de adoção é encarado como um processo simples e é utilizado erroneamente, e com frequência, o termo “doar”. É possível interpretar que encarar a adoção como algo “simples” pode estar ligado à “facilidade” com que os homens se isentam da responsabilidade de uma criança sem ser julgados, deixando-a apenas para a mulher. Aqui, a adoção, seria, então, uma alternativa melhor a “matar” e praticar uma “covardia” como o aborto. Também é lembrada a possibilidade de se “fazer o bem” e encaminhar a criança à adoção por casais que não podem ter filhos.

4.2.3 Autonomia, liberdade sexual e controle sobre a mulher

No lado favorável ao aborto, a *Autonomia da mulher* foi o argumento mais citado entre todos – e muito mais pelas mulheres. Tendo em vista que a maioria das mulheres que comentaram neste *corpus* é favorável ao aborto, pode-se concluir que esse argumento colabora para o resultado final. Foram inclusos nessa categoria argumentos que defendem a maternidade como uma escolha e a decisão sobre o aborto como um direito – eles podem ser melhor visualizados na Figura 13. De modo geral, entende-se desses comentários que a mulher deve decidir sobre o próprio corpo e sobre a continuidade de uma gravidez. Especificamente, muitas leitoras apontam que nem todas as mulheres estão preparadas para se tornar mãe. Afirmam que os homens não conseguem se colocar no lugar das mulheres e não

Apesar deste trabalho não abordar questões filosóficas e científicas sobre o feto ser ou não uma vida, e em qual estágio de seu desenvolvimento seria apropriado abortar, este tipo de argumento apareceu na análise dos comentários, de ambos os “lados” do debate. As manifestações foram assim enquadradas sempre que se utilizavam de termos científicos ou argumentos próximos a essa ideia. Apareceram com maior predominância entre mulheres *A favor*, em 46 comentários, como forma de legitimar a prática do aborto, já que o feto não seria uma vida de acordo com esse entendimento. Apenas um homem se manifestou *A favor* por essa razão.

Algumas também se utilizam de argumentos científicos para derrubar posicionamentos religiosos, apontando que, no início da gestação, existiria apenas um amontoado de células, não uma vida formada. Nesse sentido, nota-se uma aproximação com o posicionamento dos entrevistados e da revista, preocupando-se mais com a discussão sobre a autonomia e a vida de mulheres.

Contra, também é recorrente entre mulheres, com 17 comentários, mas em menor proporção que *A favor*. Aqui, 6 comentários são de homens. É recorrente a ideia de que o feto é uma vida e que não há diferenças entre abortá-lo ou matar uma criança já nascida. A maioria dos comentários, sejam favoráveis ou contrários, no entanto, tem em comum o fato de que não apresentam fontes confiáveis e usam o termo “ciência” como forma de validar sua opinião.

4.2.5 Elogios e críticas à edição da revista

Aqui, observa-se que os leitores manifestaram seus sentimentos em relação à revista, ao seu conteúdo, aos dados apresentados e às fontes escolhidas. A maioria dos homens se motivou apenas em criticar a edição, enquanto as mulheres, embora tenham criticado mais, também elogiaram a revista em proporções significativas. Especificamente, 114 comentários de mulheres e 4 de homens elogiam a edição, enquanto 136 de mulheres e 121 de homens criticam. No caso de quem era *A favor*, foram utilizados até ícones de corações, por exemplo, para elogiar a iniciativa da revista e/ou a declaração dos entrevistados. Muitos parabenizam a TPM pela iniciativa, por abrir espaço para discutir um tema tão complexo e pouco debatido. Alguns se diziam emocionados pelo conteúdo e orgulhosos da revista, que se mostrou “corajosa” na abordagem. A edição foi, inclusive, chamada de “histórica”. A maioria desses

escolha, pela assistência às mulheres e por boas condições estruturais de se realizar. Portanto, nessa categoria se enquadram tanto os comentários que exaltam a iniciativa da revista quanto aqueles que se manifestam por legalizar e debater a questão de forma urgente, o que se mostrou uma opinião predominantemente feminina.

Já as manifestações contrárias criticavam a revista por “compactuar” com um crime. Tanto os homens como as mulheres se manifestaram massivamente nesse sentido. O sentimento apresentado era de vergonha, por acharem um “absurdo” o veículo abordar a temática. A forma como o tema foi abordado foi bastante criticada, pois muitos acharam que a revista não mostrou “os dois lados” da questão e a acusaram de gerar polêmica para vender exemplares. A revista foi chamada de “nojenta”, “lixo” e foi criado e divulgado, inclusive, um abaixo-assinado contra ela¹⁵. Algumas pessoas até questionaram os dados levantados. Além disso, as pessoas entrevistadas foram bastante criticadas, e até xingadas, com destaque para Nina Lemos, para as integrantes da ONG Católicas Pelo Direito de Decidir e pelo ator e escritor Gregório Duvivier.

4.2.6 Estupro

Provavelmente por já ser legalizado o aborto em casos de estupro (e outras exceções como risco de vida à gestante e feto anencéfalo), esse argumento não é tão recorrente. Mas aparece tanto entre quem defende a prática do aborto como entre aqueles que a rejeitam. Mais mulheres concordam com a lei atual e afirmam que carregar uma criança fruto de um estupro não deve ser uma obrigação. No caso dos que são contrários à legalização, mas a favor do aborto em casos específicos como esse, tanto homens como mulheres se manifestaram - com maior frequência de mulheres. No entanto, quem mais afirma que a gravidez deve seguir mesmo em casos de estupro são os homens, em uma das poucas categorias em que a opinião do gênero masculino é mais recorrente. Entende-se que esse argumento surge como reprodução de uma sociedade machista, que atribui responsabilidades às mulheres mesmo diante de violências praticadas pelos homens.

¹⁵ O abaixo-assinado não havia atingido a metade da meta de 5.000 assinaturas até o dia 10 de junho de 2015. Disponível em: <http://www.citizenngo.org/pt-pt/14009-o-fim-da-campanha-precisamos-falar-sobre-aborto-realizada-pela-revista-tpm?tc=fb&tcid=8322426> Acesso em: 15 mar. 2015

Na categoria *A favor*, há 13 comentários de mulheres e um de homem e é bastante comum que as leitoras relativizem a eficiência da lei, pois afirmam que nem sempre a mulher é amparada judicialmente ou atendida de forma apropriada no sistema de saúde, acrescentando que acabam sendo mais culpabilizadas pela violência do que o estupro. Por outro lado, algumas afirmam ser a favor da prática do aborto apenas nesses casos – ao mesmo tempo em que há comentários questionando esse posicionamento, pois a mulher deveria poder abortar em qualquer contexto.

Ao mesmo tempo, percebe-se que, mesmo quem é a favor do debate, acaba reproduzindo falta de informação sobre a lei atual, insistindo na legalização em casos de estupro. Afirma-se que a mulher não teria como adotar métodos preventivos nesses casos e não deveria seguir uma gestação resultante de uma experiência traumática. Mas a insistência em garantir esse direito já conquistado tem um motivo: resistir a 6 comentários masculinos e 4 femininos, que afirmam não serem favoráveis ao aborto nem mesmo em casos de estupro, ilustrados por uma nuvem de palavras na Figura 16, na qual é interessante observar a recorrência da palavra “amor”. Especificamente um dos comentários, que aparece em diversas publicações, supõe que uma “moça de formação cristã” não abortaria, mesmo em casos de estupro¹⁶. Quando mulheres afirmam isso, dizem que há o “recurso” da adoção e que essa seria a sua escolha caso fossem estupradas. É recorrente o uso de conceitos subjetivos, como o de “humanidade” e argumentos pautados pela experiência pessoal. Uma mulher chega a afirmar que a criança pode vir a ser um amparo diante do trauma do estupro.

¹⁶Trecho do comentário: “Veja que nem o argumento "estupro" se sustenta sob o ponto de vista humano, para justificar o aborto. Basta verificar na experiência cotidiana o próprio exercício de HUMANIDADE que os abortistas não têm. Imagine a cena: A moça tem formação cristã, por isso vai buscar apoio emocional e psíquico numa igreja -- afinal é também para isso que elas servem -- para a difícil decisão de levar ou não adiante a gravidez indesejada. Basta um simples murmúrio de socorro diante da assembléia para que 100% das vozes ali reunidas deem um louvor de comoção e a envolva com o mais puro amor compreensivo! Todos ali irão se empenhar ao máximo, para que ela seja revestida dos mais puros cuidados, afim de se posicionar a favor da vida. As propostas de adoção serão tão grandes, que gerará um amor automático ao feto, a ponto de fazê-la mudar de ideia no final do processo. Tenho CERTEZA que os recursos financeiros, emocionais, psíquicos e espirituais que essa moça receberá serão tão estupendos, que em poucas semanas se curará do trauma(...)”.

diferenciada no corpo de cada mulher ou até mesmo por erros de fabricação. Poucos homens se manifestam nesse sentido: são 6 comentários de homens e 54 de mulheres.

Isso pode ter relação com o argumento dito por mulheres de que, em muitas situações, é difícil garantir o uso da camisinha pela pressão e pelo machismo exercidos pelo parceiro sexual. Ou seja, é lembrada que a responsabilidade nessa ausência de prevenção também parte do homem, não só da mulher. Algumas acreditam que o fato de legalizar o aborto não implica a ausência de campanhas de prevenção – pelo contrário, pode-se aproveitar a discussão para informar sobre contracepção e planejamento familiar, lembrando também que muitas mulheres que abortam já têm filhos. Lembram que a prática do aborto não será utilizada como método contraceptivo, pois nenhuma mulher deseja abortar, mas essa se torna uma necessidade em casos extremos. Nesse sentido, também afirmam que nem todos os métodos são de fácil acesso pelo SUS, como laqueaduras e vasectomias. Portanto, quem é *A favor* rebate ideias contrárias à legalização que encaram a prevenção como um método simples, infalível que, se praticado, irá evitar a gravidez.

Mas as justificativas contrárias são mais complexas do que isso: 153 comentários de mulheres e 63 de homens encaram também a gravidez como o resultado de um ato inconsequente, sem cuidado, feito por pessoas adultas e que será descontado em um inocente – na verdade, as mulheres acabam sendo as mais responsabilizadas por esse “erro”, pois devem se cuidar e até se abster do sexo se não desejam engravidar, conforme visto no tópico 4.2.3. Além disso, muitos defendem que a discussão não deve ser sobre aborto, mas sobre a prevenção unicamente, pois a escolha da mulher sobre seu corpo estaria atrelada à escolha em se prevenir ou não, já que os métodos contraceptivos estão disponíveis de forma gratuita nos postos de saúde e são uma forma mais segura do que a prática do aborto. Posto que a maioria dos comentários nesse sentido surge de mulheres, podemos destacar que elas reproduzem um pensamento machista que atribui unicamente à mulher – ou seja, a elas mesmas - a responsabilidade pela prevenção e pela gravidez.

4.2.8 Religião

Embora não seja o argumento mais utilizado, a religião é um objeto interessante de análise para entender a oposição entre aqueles que defendem o Estado laico e os que se utilizam da sua fé pessoal para argumentar sobre pautas de cunho social, político e

econômico. A clássica frase feminista direcionada às Igrejas, “Tirem os seus rosários dos nossos ovários”, ilustra bem os argumentos favoráveis à legalização do aborto que tocaram nesse tema, também porque a maioria deles veio de mulheres, em 60 comentários, enquanto apenas dois foram de homens. A ideia geral é a de que a religião não deve interferir nas decisões de Estado e nos direitos reprodutivos da mulher. Defende-se que o aborto vai além da questão religiosa. Até mulheres que se declaram de alguma religião, por exemplo, afirmam ser favoráveis à legalização, pois quem “acredita em Deus não deve julgar o próximo”, o que pode ter relação direta com o fato de que a maioria das mulheres que aborta se autodeclara cristã, conforme Brasil (2009). Muitas criticam a hipocrisia presente no fato de que há crianças, fruto de gravidez indesejada, que são geradas mas abandonadas supostamente “em respeito a um Deus”. Outras apontam que existe um “falso cristianismo” que apoia e acha merecida a morte de mulheres em clínicas clandestinas e que, ao mesmo tempo, se contradiz ao defender a vida e permitir o uso de métodos contraceptivos. Ainda, critica-se a imposição de uma crença, não compartilhada por todos.

De fato, o conservadorismo religioso na América Latina e no Brasil é a principal força que, de forma organizada e influente em relação ao Estado, “bloqueia o avanço dos direitos sexuais e reprodutivos e em particular do aborto” (RUIBAL, 2014, p. 111).

O uso desse argumento não foi tão diferente quantitativamente entre homens e mulheres contrários: 49 de mulheres e 39 de homens. Em geral, seu teor é agressivo e contraditório. Ao mesmo tempo em que defendem a “vida” do feto, exaltam seu desejo de que as mulheres que praticam aborto morram ou lamentam que a mãe de algum entrevistado ou leitor não o tenha abortado. E reforçam seus argumentos como se todos devessem seguir essa crença, questionando-se “quando as pessoas vão acordar”. Ou seja, confirmam-se as críticas feitas por quem é favorável.

Aqui, consideram que as mulheres são “monstros” que irão “queimar com o capeta”, “pagar no inferno” ou terão o que merecem “do outro lado” no “julgamento final”. Para alguns, existe a Lei Divina e a Lei dos Homens e em nenhuma delas o aborto deve ser aceito. Discutir o tema é o “fim dos tempos”, a destruição da religião. Fala-se insistentemente em Deus e seus ensinamentos. Ele nos teria dado a vida e só ele pode tirá-la. Também, as mulheres que decidem abortar devem “conversar com Deus”, que seria o ser supremo. O feto, por sua vez, é associado à imagem da criança inocente, um “anjinho”. Ainda, aparece a ideia de que o aborto pode afetar o corpo e o espírito, o que mostra a presença de conceitos de

outras religiões cristãs como o espiritismo.

Há diversas citações à Bíblia e ao Papa Francisco, assim como pedidos para que Jesus tenha misericórdia por todo esse “absurdo”. Outros tem relação com a categoria *Crítica à edição*, pois se manifestam em relação ao apoio da ONG Católicas Pelo Direito de Decidir à campanha: esbravejam contra as integrantes, chamando-as de “vagabundas”, “assassinas”, “excomungadas” e “satanistas”, além de criticarem o fato de elas se considerarem católicas, negando qualquer tipo de diversidade de opinião, pois necessariamente “todo religioso é contra o aborto”.

Apenas um comentário cita a questão da religião para criticar a Igreja por sua relutância em relação ao uso de métodos anticoncepcionais. Outro relativiza que não só pessoas religiosas são contrárias ao aborto. De modo geral, com raras exceções, são comentários que demonstram respeito a outras opiniões.

4.2.9 Saúde pública

O argumento da Revista TPM de que o aborto é uma questão de saúde pública é utilizado também por mulheres que comentam a favor da legalização – 45 comentários são de mulheres. Baseadas no dado da reportagem “Precisamos Falar Sobre Aborto” de que um milhão de abortos são realizados no país anualmente, afirmam que mudar, ou não, essa realidade, não é uma questão de opinião. Predominantemente, dizem que é preciso descriminalizar a prática, dando suporte psicológico e atendimento médico seguro às mulheres que dependem do SUS. Também é fato que a questão de classe está relacionada à prática insegura do aborto e deve ser levada em conta. Aqui, pouquíssimos homens se manifestam em comparação à categoria *Contra*, visto que aparecem apenas dois comentários nesse sentido.

As mulheres defendem que legalizar não acarretaria em aumento na procura pelo aborto, mas na redução no número de morte de gestantes. Acolhendo essas mulheres, seria possível conhecê-las, falar em planejamento familiar e reforçar o uso de métodos contraceptivos. Reforçam que seguir como está é negar saúde a uma parcela significativa da população, que também paga impostos. É “fechar os olhos” para a realidade.

Por outro lado, e com menor frequência, há quem seja favorável à legalização, mas não concorda que o aborto seja pago pelo Estado. Aparecem também críticas generalistas ao

SUS, como as de que as pílulas fornecidas em postos de saúde não são eficientes e de que o planejamento familiar oferecido é falho. Comentários pontuais trazem recomendação de filmes, como o documentário “Clandestinas” – realizado por uma das fontes entrevistadas pela Revista TPM – e *links* que remetem a postagens externas.

O termo saúde pública também apareceu em comentários contrários, mas com significados distintos, dito em maior quantidade por mulheres e homens em relação àqueles favoráveis: foram 28 e 14, respectivamente. Por exemplo, negando que essa é uma questão de saúde pública, com a utilização do termo “assassinato institucionalizado de fetos”. Muitos demonstram revolta com o fato de ter o dinheiro dos seus impostos destinado a um assassinato – que deveria ser investido em outras questões como educação. Um dos comentários chega a dizer, inclusive, que essa é uma questão de segurança pública, não de saúde pública.

Em menor escala, também apareceram manifestações contrárias à ideia de abortar pelo SUS, afirmando que o atendimento poderia passar na frente de “coisas mais importantes”, que superlotaria ainda mais o sistema e, ainda, que se hoje não são garantidos certos atendimentos de forma gratuita, “que dirá o aborto”. Nesse sentido, rebatem que mulheres ricas seguiriam tendo atendimento de qualidade em clínicas particulares e o SUS não funcionaria para atender às mulheres pobres.

Há também um argumento ingênuo de que não se deve trabalhar com a redução de danos, mas evitar toda e qualquer gravidez indesejada, enquanto alguns até se dizem contra a distribuição de preservativos e pílulas pelo SUS. Outros insistem que mulheres que não desejam ser mães se submetam a laqueaduras. O termo saúde pública também se referiu a um suposto momento anterior ao aborto, no qual seria dado suporte psicológico às mulheres para que elas não abortem e aceitem melhor “a situação”. Ou seja, é reforçada a ideia de que a mulher não pode fugir ao seu papel de mãe. Ainda, criticou-se o fato da revista não falar em possíveis danos físicos e psicológicos desencadeados em mulheres que realizam aborto.

4.2.10 Hipertexto

O *link* é o elemento principal do hipertexto, que, por sua vez, define-se como uma possibilidade tecnológica e uma forma de organizar as informações na web (MIELNICZUK, *online*). Assim, como muitos comentários sustentam sua argumentação direcionando o debate

para outras páginas da web, através de *links*, afirma-se que o hipertexto é recorrente para legitimar a argumentação. *A favor*, 51 comentários de mulheres e dois de homens recomendam textos de blogs feministas, veículos de comunicação, petições do Senado em favor da legalização e sites relacionados à medicina, por exemplo. Na categoria *Contra*, 43 de mulheres e 58 de homens aparecem com o já citado abaixo-assinado contra a TPM, vídeos explícitos que mostram fetos fora do útero, campanhas em favor da vida, relatos de pessoas que “sobreviveram” ao aborto realizado por suas mães, indicações de documentários, depoimento de celebridades com posicionamento contrário e sites que trazem dados diferentes daqueles apresentados pela revista, muitos de caráter informativo duvidoso.

Percebe-se que a prática do hipertexto é bastante recorrente nos dois posicionamentos, o que mostra um comportamento típico da web, não utilizado apenas pelo jornalismo, mas pelos leitores. É na categoria *Contra*, através dos homens, que ele se mostra mais recorrente, sendo essa uma das exceções em que os comentários masculinos aparecem mais que os femininos. A categoria *Hipertexto* também é a que mais apresenta conteúdos repetitivos, pois muitas pessoas comentavam um mesmo *link* em diversas publicações.

4.2.11 Moralismo

O termo “moralismo” aparece diretamente na categoria *A favor*: são principalmente mulheres que criticam a ausência de debate sobre o aborto a partir desse argumento. Quantitativamente, 49 comentários são de mulheres e apenas um de homem. Na categoria *Contra*, por outro lado, entende-se que os próprios comentários são de cunho moralista, sendo essa uma interpretação da autora – e a maioria das pessoas que se mostram moralistas são mulheres, embora o número de homens também seja bastante significativo: 155 e 85 comentários, respectivamente.

Quem é *A favor* cita a “mancha moralista” da sociedade como um atraso para o avanço de discussões como a do aborto – e enxergam a reportagem da TPM como “um tapa na cara do moralismo”. É citado o conservadorismo, assim como o chamado “falso moralismo”, ligado à questão da hipocrisia: quem se diz pró-vida é, na verdade, “pró-mulheres mortas”, pois a “hipocrisia mata”. Isso porque não dá para fingir que o aborto não acontece, julgando mulheres a partir de pensamentos “retrógrados”, que chegam a defender a abstinência sexual como solução e enxergam o prazer sexual da mulher como um problema. Fala-se também em

um “falso amor cristão”, em um pensamento da “Idade Média” oriundo da Igreja. Muitas leitoras afirmam ter “preguiça de moralistas”, referindo-se a comentários feitos nos próprios *posts* da revista. Também se referem a pessoas com “pensamento fechado”, que não buscam ouvir o lado de mulheres que abortam, preferindo negar a realidade.

Os argumentos contrários identificados como moralistas estavam associados às ideias gerais de que o feto é uma vida, de que é preciso ter mais amor (inclusive no ato sexual) e de que mulheres que abortam são egoístas e não têm vergonha na cara.

Especificamente, referem-se a diversas questões. Alguns entendem a concepção como o ponto inicial da vida, utilizando os termos “vida indefesa” do “embrião”, do “bebê”, de “inocentes”. Fala-se no termo “infanticídio” e cobra-se mais “compaixão” por um ser que não pediu para ser gerado. Como visto no Capítulo 3, no entanto, o infanticídio ocorre quando se mata uma criança que já nasceu, não sendo o melhor termo para criticar o aborto. Aparecem até questionamentos irônicos e piadistas sobre ninguém ter perguntado para o feto se ele é a favor do aborto – ou até mesmo dizendo que quem já nasceu não poderia opinar sobre isso, pois a mãe não o abortou. Alguns afirmam que os “abortistas”, defensores do aborto, deveriam ser abortados “retroativamente”. Abortar seria um assassinato e, por ser crime, a discussão deve estar encerrada, pois isso só reforça a “banalização da vida”. Ainda, os argumentos são contraditórios: ao mesmo tempo em que defendem a vida, também defendem a morte como punição ideal.

Alguns reforçam supostas diferenças sexuais que definiriam a maternidade como parte da “natureza” da mulher, que é severamente criticada se enquadrada como uma “mãe que mata” – a mesma observação feita por Rohden (2003) em textos do início do século XX, o que mostra como esse pensamento é retrógrado e reproduz uma moral e uma cultura de outros tempos. A mulher é, então, “selvagem”; só pensa na sua “carreira”. Engravidou por ser “infiel”, “promiscua”. Ou seja, o teor de muitos comentários é de crítica à liberdade sexual da mulher.

Defendem que ela, egoísta, não deve pensar somente na autonomia do seu próprio corpo, mas na do feto, que tem “direito à vida”. Reivindica-se discutir a falta de “vergonha na cara” e a responsabilização pelas “consequências dos atos”. Para alguns, é preciso ser adulto e garantir a educação de um ser gerado por escolha ou por inconstância. Um comentário afirma que todas as mulheres favoráveis à legalização precisam de tratamento psicológico. Nesse sentido, observa-se uma insistência em considerar apenas a própria moral como válida,

tem dinheiro para pagar. Para alguns, no caso dessas mulheres parece ser a melhor forma de se fazer justiça. Ou seja, os comentários favoráveis se baseiam com maior frequência na realidade e os contrários se utilizam de subjetividades, julgamentos e suposições como argumento.

4.2.13 Sororidade x Misoginia

O conceito de sororidade se refere ao sentimento de apoio e compreensão entre mulheres, buscando combater a ideia historicamente construída de que devem competir entre si. Embora sua utilização seja problematizada pelo feminismo negro, por exemplo¹⁷, e o termo tenha sido citado apenas em cinco comentários de mulheres ao longo do debate – e em nenhum comentário de homem –, será tratado neste trabalho para pensar o apoio às mulheres que praticam aborto.

Assim, quando aparecia, era dito apenas por mulheres e pedia mais amor e compaixão por quem aborta. Elas deveriam ser mais ouvidas e as pessoas deveriam enxergar que uma gravidez indesejada está sujeita a acontecer com qualquer mulher. Uma leitora comenta que é “triste ver mulheres que não conhecem o conceito de sororidade”. E elas são muitas, o que se comprova nos resultados desse trabalho.

Argumentos de cunho misógino, no entanto, foram recorrentes e diversos, tanto entre homens quanto entre mulheres, com a recorrência de 23 e 25 comentários, respectivamente. Entende-se misoginia como o ódio às mulheres, incluindo nessa classificação comentários com discursos de ódio e xingamentos destinados a alguma entrevistada, leitora ou mulheres em geral – desde as que defendem às que morreram praticando aborto. Por exemplo, “vagabunda”, “homicida”, “cadela”, “vadia assassina”, “burra”, “aberração”, “monstro maldito” são recorrentes. Na Figura 20, é possível observar as palavras mais recorrentes de cunho diretamente misógino.

Tanto homens quanto mulheres afirmam que a mulher que aborta e morre em consequência disso “deve pagar no inferno”, “merece morrer”. Desejam “que se foda”, “que

¹⁷ Ler “O feminismo Frozen e a sororidade seletiva” [online]. Disponível em: <<https://imprensafeminista.wordpress.com/2015/02/20/o-feminismo-frozen-e-a-sororidade-seletiva/>> Acesso em 20 jun. 2015.

também ao opressor. Muitas mulheres afirmam que os homens “não querem se prevenir” e é “fácil culpar a mulher” quando existe essa resistência masculina à prevenção. Entende-se, portanto, que esse julgamento direcionado apenas para a mulher tem relação com algo mais complexo, fruto de uma cultura sexista, que atribui diferentes papéis a homens e mulheres a partir da leitura do sexo, conforme apontado no Capítulo 3.

Alguns comentários criticam o fato do tema aborto ainda ser “tabu” e outros acrescentam que, se os homens engravidassem, o aborto já seria legalizado e a questão seria tratada com maior naturalidade. Ainda, há o argumento de que a gravidez não afeta os homens da mesma forma e eles nunca irão entender o que é passar por essa experiência. Por isso, as mulheres precisam ter a escolha de seguir com a gravidez ou não, pois não é “fácil ter amparo durante a gravidez indesejada”. Essa ideia vai ao encontro das conclusões de Scavone (2001) de que a maternidade separa, sim, homens e mulheres socialmente e acaba legitimando a dominação masculina em determinados contextos; além disso, predomina um tipo de parentalidade na qual as mulheres continuam assumindo a maioria das responsabilidades pelos filhos.

No entanto, não há um consenso entre as mulheres quanto à participação dos homens no debate. Ao mesmo tempo em que se reforça que eles não deveriam opinar sobre o assunto, pois é uma decisão relacionada ao corpo da mulher, isso é relativizado quando muitas acreditam ser necessária essa participação, pois homens devem entender que manter a gravidez não é uma obrigação. Ainda sobre os homens, muitas criticam a hipocrisia de alguns; uma mulher afirma que os homens defendem a vida, mas quando a amante engravida logo pressionam para que ela interrompa a gravidez, por exemplo. Por isso, esses comentários foram enquadrados como crítica ao machismo, embora nem sempre utilizem esse termo.

Em resposta a argumentos que acreditam que o aborto é a interrupção de uma vida – e até de que a solução para mulheres que não querem engravidar é a abstinência sexual –, muitas mulheres lançam o desafio de que, então, “a masturbação masculina também deveria ser proibida”. Outras destacam que a mesma matéria veiculada na Revista TPM deveria aparecer também na Revista Trip, sua versão “masculina”.

As mulheres questionam a ideia de que a maternidade é algo intrínseco à mulher, criticando a imagem criada de uma suposta “mãe sagrada”. Pede-se mais compreensão, pois

todas as mulheres estão sujeitas a engravidar sem planejar¹⁸. Também criticam a tendência da sociedade em não ouvir as mulheres e não as considerar “indivíduo”. É lembrado que o fato de os homens serem contrários a essa questão não irá fazer com que se pare de praticar o aborto. Logo, todos esses argumentos também podem ser definidos como uma forma de ciberfeminismo, pois se utilizam da Internet para reverberar o discurso feminista, questionar o patriarcado e apoiarem-se mutuamente (WILDING, 1997).

Nos comentários *Contra*, por outro lado, impera a culpabilização da mulher, o que se comprova pela quantidade de palavras expressas no gênero feminino. Aqui, mais mulheres aparecem culpando outras mulheres: são 90 comentários delas e 33 de homens. Essa categoria é oposta ao *Machismo* por ser justamente uma atitude machista, criticada por quem defende o aborto. Novamente, a responsabilidade pela prevenção, pela gravidez indesejada, pela “morte” de uma criança indefesa, e por diversas questões vistas anteriormente, é atribuída unicamente às mulheres. São utilizados diversos tipos de argumentos que remetem a significações semelhantes: “egoístas”, “assassinas” que não “se cuidam” e “preferem matar”; pessoas com “problemas psicológicos”, sem “vergonha na cara”, sem “amor próprio”, “promíscuas”, “frias”, “ridículas”, “cabeçudas”, “covardes”, “mesquinhas”, “mal resolvidas” e que “traem o marido”.

Como solução, “é só fechar as pernas” e “se conscientizar”. De forma agressiva, chegam a sugerir que as mulheres pratiquem o sexo anal, com o uso da expressão “dar a bunda”. Muitas são acusadas de “se aproveitarem” do aborto por sua irresponsabilidade. Um comentário chega a chamar as mulheres que abortam de “criminosas” e “prostitutas” enquanto outro afirma que “quem morre é autora, não vítima”. É recorrente a ideia já vista de que mulheres que abortam devem ser presas ou morrer, como punição.

Outro comentário afirma que o aborto não deve ser permitido nem em caso de estupro, pois “as mulheres podem se defender, enquanto o feto não pode” durante um aborto. Além disso, os comentários incentivam a restrição da sexualidade da mulher: a culpa seria inteiramente dela por “trepar por aí”. Dificilmente lembram que o homem também participa da relação sexual. Essa categoria, portanto, está diretamente ligada à ideia de machismo e

¹⁸ Esse trabalho se alia a essa ideia, mas é importante lembrar que não só mulheres cisgêneras podem tornar-se mães, mas todas as pessoas com útero - e associar a probabilidade de engravidar a todas as mulheres é uma visão limitada que invisibiliza mulheres transexuais.

apresenta comentários que não levam em conta a individualidade e os diversos contextos relacionados à cada mulher.

4.2.15 Outras categorias

Aqui foram inclusos os comentários menos recorrentes, mas que merecem ser citados. Na categoria *A favor*, apenas mulheres lembraram a questão de classe, afirmando que é necessário legalizar o aborto no Brasil pois aquelas que morrem em clínicas clandestinas são pobres. Ainda, lembram que todos os tipos de mulheres recorrem ao aborto. A questão de raça/etnia também foi citada em forma de crítica à representatividade negra na reportagem e na capa da edição 148 da Revista TPM. A questão da idade das mulheres também foi lembrada, destacando que mulheres de várias idades abortam e que não importa a idade para se discutir a questão.

Dois comentários chegaram a defender a legalização das drogas, considerando também uma questão de saúde pública. Outros lembravam a legalização do aborto em outros países, afirmando que no Uruguai, por exemplo, no primeiro ano de implantação da legalização do aborto, não foi registrada nenhuma morte materna. Em geral, esses comentários associam o fato de um país ser mais desenvolvido, e ter mais educação, com o fato de permitir o aborto. Apareceram também comentários relacionados ao vegetarianismo, afirmando que se as pessoas que são contra o aborto se ancoram no argumento da vida, não deveriam comer carne.

No caso dos que são *Contra*, foi recorrente a criação de novas *hashtags*, principalmente por mulheres. É uma forma interessante de pensar a ressignificação que os leitores fazem do conteúdo veiculado, pois a maioria delas foi criada em oposição à *hashtag* #precisamos falar sobre aborto, da Revista TPM. A maioria delas defendia a vida, associando o aborto à morte, ao assassinato, à vergonha e à necessidade de prevenção. Na Figura 22, é possível visualizar uma nuvem de palavras com as *hashtags* mais recorrentes.

A *Experiência pessoal* também foi levada em conta para se opor à prática do aborto, principalmente por mulheres. Algumas tomam sua vida como exemplo, por terem engravidado sem querer e, mesmo assim, criado os filhos. Também aparecem pessoas que se dizem adotadas e que não gostariam de ter sido abortadas e pessoas que afirmam nunca terem engravidado por se prevenirem da forma correta. Um comentário em particular, feito por um

5. Considerações Finais

O objetivo deste trabalho era analisar o posicionamento dos leitores diante da campanha da Revista TPM “Precisamos Falar Sobre Aborto”, através de seus comentários na *fanpage* da revista no Facebook. A motivação para realizá-lo é reflexo da identificação da autora com os estudos feministas e de gênero, que permitem um entendimento de que a maternidade deve ser uma escolha para a mulher, não uma imposição baseada em construções sociais. Conforme Scavone (2001), essa compreensão só foi mudando ao longo do tempo graças às políticas de controle de natalidade e, principalmente, às diferentes pressões feministas e desejos de cada mulher.

No entanto, entende-se que ainda é necessário discutir a legalização do aborto no Brasil, já que esta é uma realidade que segue acontecendo e interferindo na saúde pública de milhares de mulheres, de acordo com pesquisa do Ministério da Saúde (Brasil, 2009) e da Pesquisa Nacional de Aborto (DINIZ; MEDEIROS, 2010), que registrou em 2005 mais de um milhão de abortos, além de concluir que mais de uma em cada cinco mulheres em idade reprodutiva já realizou ao menos um aborto. Assim, essa discussão deve ser levada a diversos âmbitos da sociedade, seja em espaços exclusivos para mulheres, no jornalismo, na Internet ou no meio acadêmico, levando em conta que ela está ligada a outras questões interseccionais como classe, sexualidade, raça e etnia, as quais constituem, junto ao gênero e outros marcadores sociais, as múltiplas identidades femininas e interfere diretamente na vida de milhões de mulheres.

Inspirada nos estudos de recepção, esta pesquisa parte dos aportes teóricos dos Estudos Culturais para compreender de que forma é possível aliar teoria a mudanças sociais e políticas, considerando os receptores das mensagens midiáticas como sujeitos ativos no processo comunicacional. A partir de uma visão que alarga os conceitos de cultura, levando em conta os contextos sociais e as relações de poder existentes, esse campo de estudos também permite que se compreenda a sociedade como um conjunto de relações sociais hierarquizadas e antagônicas, de acordo com Escosteguy (2010).

Essa visão tem relação direta com os estudos que pensam o gênero, como o próprio feminismo. E, em seu histórico, os Estudos Culturais são marcados pela ruptura causada por esse movimento, que abre caminho para se entender questões de cunho pessoal – caso da maternidade – como algo político. Portanto, é a partir desse campo de estudos que se tem “a

primeira tentativa de realizar um trabalho intelectual feminista” (ESCOSTEGUY, 2010, p. 39). Dessa forma, esta pesquisa se posiciona como feminista, por pretender contribuir de certa forma com mudanças acerca do entendimento sobre a legalização do aborto no Brasil. Afinal, “toda investigação feminista é uma forma de ação e de compromisso com a modificação das estruturas sociais” (GARCIA, 2015, p. 52).

Assim, o feminismo também está relacionado aos estudos e às pesquisas de recepção midiática, oriundos dos Estudos Culturais, que buscam captar a experiência e a apropriação dos sujeitos diante dos produtos de comunicação de massa em seu cotidiano, através das mediações comunicativas, conforme apontam Barbero (1987) e Ronsini (2010). No entanto, as pesquisas de recepção no Brasil voltadas para os estudos de gênero, de jornalismo e de web ainda são incipientes, de acordo com Jacks (2014) o que justifica o desenvolvimento desta pesquisa, inspirada nestes aspectos.

Da mesma forma, foi necessário analisar a reportagem que inspirou a campanha, de mesmo nome, veiculada na edição impressa (nº 148) da Revista TPM, no site e nas redes sociais. Essa análise buscou referências nas Teorias do Jornalismo de Traquina (2001), Canellas (2008) e Bahia (1990) para a entender a responsabilidade social do jornalista em relação a pautas como a do aborto. A partir disso, infere-se que a revista consegue pautar a temática de forma satisfatória e responsável na agenda dos mídia noticiosos.

Também, sendo a TPM uma revista segmentada para o público feminino, optou-se por apresentar suas principais características nesse sentido, a partir das teorias de Buitoni (2013), Benetti (2013) e Scalzo (2004). Conclui-se que, através da produção deste conteúdo jornalístico, que insere uma pauta tradicionalmente feminista na mídia, rompe-se com um modelo tradicionalmente masculino de se fazer jornalismo, conforme apontado por Silva (2014).

E, já que a campanha #precisamos falar sobre aborto foi difundida na Internet, fez-se necessário compreender o webjornalismo praticado pela Revista TPM no Facebook, um site de rede social no qual ocorrem as interações entre os atores sociais – neste caso, os leitores e a própria revista. De acordo com estudos de Mielniczuk (2003), enquadra-se no webjornalismo de terceira geração, principalmente pelo uso de recursos multimídia exclusivos para as páginas da web, produzidos também para a campanha; além disso, na Internet se fortalece a ideia de sujeito ativo (JACKS; KNEWITZ; 2011) tão cara aos estudos de recepção, a partir da conversação na comunicação mediada pelo computador (CMC), foco de análise deste estudo.

A partir dela, os atores sociais deixam interações, rastros (RECUERO, 2009) possíveis de se pesquisar.

Levando em conta a temática central em todas essas interações, o aborto, foi essencial contextualizar as relações de gênero que perpassam a construção social sobre a maternidade, assim como o conceito de sistema sexo/gênero e todas as opressões que dele surgem. Nota-se, pelo teor dos comentários, que ele ainda é bastante recorrente, em argumentos feitos tanto por mulheres quanto por homens. Aqui, entende-se, conforme afirma Butler (2003), que tanto o sexo quanto o gênero são conceitos culturalmente construídos e não devem servir para justificar a inferioridade das mulheres, sempre vistas historicamente como Outro (BEAUVOIR, 2009).

Por esta ser uma pesquisa feminista, mostrou-se importante traçar um panorama das principais ondas do feminismo, procurando entender de que forma cada uma delas encarava a questão da maternidade, a partir dos estudos de Scavone (2001). Embora muitas a enxerguem como a principal forma de opressão às mulheres, ou, por outro lado, como uma manifestação de poder feminino, este trabalho se alia ao conceito de gênero como análise (SCOTT, 1995), direcionando seu olhar para os papéis sociais destinados aos homens e às mulheres. Com a análise dos comentários, percebeu-se que ainda é preciso reforçar a parentalidade como uma responsabilidade tão masculina quanto feminina - e que as diferenças fisiológicas não devem servir como forma de determinar seu papel na sociedade, mas resultar em escolhas individuais e adequadas ao modo de vida de cada sujeito. Nesse sentido, mostrou-se que as instituições têm papel importante para reproduzir essas normas sociais, a exemplo da medicina, do Estado e da família, conforme abordam Del Priore (2013) e Thernborn (2006), mas que práticas como o aborto não deixam de acontecer em função disso, tendo em vista que as mulheres são sujeitos capazes de resistir e decidir sobre si, mesmo que de maneira clandestina, conforme mostra Rohden (2003).

Para compreender, então, como estas questões teóricas e políticas aparecem nos 1.535 comentários aqui analisados, utilizou-se como metodologia para este trabalho o Estudo de Caso, voltado para uma análise qualitativa do conteúdo de cada uma das manifestações dos leitores durante o período da campanha. O software NVIVO possibilitou armazenar e analisar os dados recolhidos de forma mais organizada. Com ele, foram criados quadros e nuvens de palavras que serviram para contextualizar as observações quantitativas.

Também, decidiu-se por observá-los de forma geral e separada pelo gênero dos leitores, pois a própria “história política foi encenada no terreno do gênero” (SCOTT, 1995, p. 28) e, conforme a autora, é preciso reconhecer os termos “homens” e “mulheres” como termos que carregam em si categorias vazias e transbordantes: “vazias porque elas não têm nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque mesmo quando parecem fixadas, elas contêm ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas” (idem, p. 28). Além disso, na análise foram criadas 14 categorias para organizar e explicar de forma detalhada os argumentos que apareceram ao longo do debate. Foi possível analisar quantitativamente que, de modo geral, a maioria dos leitores se posicionou contrário à legalização do aborto no Brasil.

De forma quantitativa, a maior parte das pessoas se mostrou contrária à legalização do aborto, com 674 comentários *Contra* e 536 *A favor*. Analisando qualitativamente, no caso de quem foi *A favor*, as opiniões mais recorrentes estavam relacionadas às ideias de *Autonomia da mulher*, *Elogio à edição*, *Vida de mulheres*, *Debate-legalizar urgente* e *Machismo*. Observando homens e mulheres separadamente, conclui-se que as mulheres opinaram mais em ambas as categorias *Contra* e *A favor*, mas a maioria delas se mostra favorável à discussão, utilizando-se dos mesmos argumentos gerais para defendê-la. No total, 512 comentários favoráveis foram de mulheres, enquanto 24 foram de homens.

Portanto, a maioria das mulheres quer discutir com urgência a legalização do aborto, conforme proposto pela Revista TPM, encarando a questão como uma escolha que deve partir da própria mulher. Consideram, também, o aborto como uma realidade do país na qual muitas mulheres morrem na clandestinidade. Esse posicionamento questiona, ainda, uma cultura machista, construída com base na ideia de que a natureza é algo imutável e a principal função das mulheres é reproduzir, conforme se pensava ainda no início do século XX no Brasil, de acordo com Rohden (2013).

Já as argumentações *Contra* mais recorrentes baseavam-se nas ideias de *Assassinato*, *Controle sobre a mulher*, *Moralismo*, *Prevenção* e *Culpa da mulher*. A maioria das pessoas que se manifestaram de forma contrária foram mulheres, embora na separação tenha sido indicado que esse gênero fora predominantemente *A favor*. Quantitativamente, 381 comentários *Contra* foram de mulheres e 293 de homens.

Portanto, observa-se que a participação discrepante dos homens nos posicionamentos (comparando-se como se manifestaram nas categorias *Contra* e *A favor*) alavancou os

resultados do debate para uma posição majoritariamente contrária. Compreende-se que essa participação contrária diz respeito a uma construção histórica sobre a masculinidade. Nesse sentido, mostra-se como o semelhante, ou até o Outro, “que é também o mesmo, com quem se estabelecem relações recíprocas, é sempre para o homem um indivíduo do sexo masculino” (BEAVUOIR, 2009, p. 110), não havendo manifestações significativas de apoio dos homens em relação a mulheres que praticam aborto.

Também, a partir da categoria *Contra*, entende-se que tanto homens quanto mulheres criticam a abordagem feita pela Revista TPM, pois defendem que o aborto é uma forma de assassinato e o correto seria dar continuidade à gravidez para salvar a “vida” do feto. Tudo isso, com base em argumentos subjetivos, que consideram apenas a própria moral como correta. No entanto, a principal diferença entre os argumentos de homens e mulheres contrários à legalização é de que as mulheres tendem a atribuir a culpa desse processo, suposta e unicamente fruto de relações sexuais “desprevenidas”, às mulheres. Ou seja, a sororidade entre as mulheres não predomina, na prática.

Assim, se hoje as mulheres já conquistaram determinados espaços na sociedade, antes atribuídos apenas aos homens, elas ainda são responsabilizadas pela reprodução e devem assumir as consequências de uma gravidez – se não total, quase. Os homens, aos quais já são atribuídas uma série de outras funções sociais muito além da reprodução (ROHDEN, 2003), não são exigidos na mesma medida.

Portanto, conclui-se que a maternidade ainda é associada a uma suposta “natureza” da mulher em se tornar mãe, atribuindo a elas, e somente a elas, o papel e a responsabilidade social sobre a reprodução. Ou seja, novos (e velhos) entendimentos sobre a condição da mulher podem ser inferidos a parte desta análise. Ao mesmo tempo em que reforça a existência de um novo feminismo – e por que não, de um novo jornalismo -, disposto a atuar nas redes sociais em favor dos direitos (não só reprodutivos) das mulheres, também reforça o quanto a sociedade ainda precisa avançar para que homens e mulheres não sejam limitados à construção social feita com base em seu sexo.

Por fim, entende-se que este trabalho atingiu os objetivos aos quais se propôs inicialmente e, ainda, que a reportagem “Precisamos Falar Sobre Aborto”, os comentários da campanha e esse estudo a partir do Facebook da Revista TPM permitiram analisar a questão da legalização do aborto no Brasil de forma sistêmica, a partir do Estudo de Caso. Acredita-se, também, que este trabalho possa contribuir para discussões e outros trabalhos relacionados

ao tema dos estudos de recepção e dos estudos de gênero e, principalmente, às questões sobre aborto no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Branca M. & PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. Abril Cultura, 1985.

BAHIA, Juarez. Deveres e compromissos do jornalismo. In: _____. **Jornal, história e técnica - História da imprensa brasileira**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BARBERO, J. Martín. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

_____. *Procesos de Comunicacion y Matrices de Cultura: itinerário para salir de la razón dualista*. México: Ediciones G, 1987.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEAUVOIR, Simone. História. In: _____. **O segundo sexo**, v. 1. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009. pp. 99-206

_____. A mãe. In: _____. **O segundo sexo**, v. 2. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009. pp. 645-698.

BENETTI, Márcia. Revista e jornalismo: conceitos e particularidades. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges. **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso Editora, 2013, pp. 44-57.

BRAGA, José Luiz. O sistema de resposta social. In: _____. **A sociedade enfrenta sua mídia: Dispositivos sociais de crítica midiática**. São Paulo: Editora Paulus, 2006, pp. 21-44.

_____. Das interações sociais aos processos críticos. In: _____. **A sociedade enfrenta sua mídia: Dispositivos sociais de crítica midiática**. São Paulo: Editora Paulus, 2006, pp. 45-63.

BRASIL, Ministério da Saúde. **20 anos de pesquisa sobre aborto no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde: 2009. Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livreto.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2015.

BUITONI, Dulcília Schroeder. Revista e segmentação: dividir para reunir. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges. **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso Editora, 2013. pp. 107-118.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

CANELA, Guilherme. A cobertura jornalística das políticas públicas sociais: elementos para debate. In: CANELA, Guilherme. **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2008, pp. 10-30.

CANELLAS, Marcelo. Nem imparcial, nem engajado: o repórter como artífice da notícia. In: CANELA, Guilherme. **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2008, pp. 104-114.

CASTRO, Taís. **Heteronormatividade e outros marcadores sociais no jornalismo: Uma análise das revistas Claudia e TPM**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CORTÊZ, Natacha. Precisamos Falar Sobre Aborto. In: **TPM**, nº 148, São Paulo: Trip Editora, nov/2014, pp. 40-49.

_____. #precisamos falar sobre aborto. In: **TPM**, nº 148 [*online*]. Disponível em: <<http://revistatpm.uol.com.br/reportagens/148/precisamos-falar-sobre-aborto.html>> Acesso em: 13 nov. 2014.

DE CERTEAU, Michel. Introdução geral. In: DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. pp. 38-56

DEL PRIORE, Mary. Magia e medicina na Colônia: o corpo feminino. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2013. pp. 78-114.

DINIZ, Tânia Maria Ramos Godoi. O estudo de caso: suas implicações metodológicas na pesquisa em serviço social. In: MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999. pp. 41-54

DINIZ, Débora; MEDEIROS, Marcelo. **Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna**. [online] Disponível em: <<http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2013/09/PNA.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2015.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana**. Ed. on-line. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

_____. Comunicação e Gênero: Notas de um diário da docência e pesquisa. In: ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. (Org.). **Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. pp. 6-13.

_____. As identidades de gênero nos estudos brasileiros de recepção. In: ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. (Org.). **Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. pp. 30-37

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D; MESSA, Márcia Rejane. Os estudos de gênero na pesquisa em comunicação no Brasil. In: ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. (Org.). **Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. pp. 14-29.

FACEBOOK. Como faço para usar hashtags? **Disponível em:**

< <https://www.facebook.com/help/587836257914341>> Acesso em: 15 jun. 2015

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. Construção de amostras. In: _____. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2013. p. 53-82.

FREDA, Suélen; RECUERO, Raquel. **Violência simbólica: o discurso dominante do poder simbólico nas interações em fanpages sobre aplicativos no Facebook**. Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sul, 2014. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/sul2014/resumos/R40-0794-1.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

GALINDO-CÁCERES, Luis Jesús. **Ingeniería en comunicacion social. Hacia un programa general**. Puebla, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla Instituto de Ciencias de Gobierno y Desarrollo Estratégico Centro de Estudios en Comunicación Política, 2014

GARCIA, Carla Cristina. Os novos feminismos e os desafios para o século 21. In: **Revista Cult**, v.199, 2015, pp. 51-55.

GOLDENBERG, Mirian. Estudo de Caso. In: _____. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro – São Paulo: Editora Record, 2007. Pp. 33-35.

GRIJÓ, Wesley Pereira. **O uso de software de pesquisa qualitativa na análise de dados da recepção midiática**. Disponível em: < <http://pucposcom-rj.com.br/wp-content/uploads/2013/11/Wesley-Pereira-Grijo%CC%81.pdf> > Acesso em: 02 jun. 2015.

HALL, Stuart. Marcos para os estudos culturais. In: In: HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003, pp. 102-246.

JACKS, Nilda Aparecida. **Tendências latino-americanas nos estudos da recepção**. In: Revista FAMECOS, Porto Alegre: num. 5, nov. de 1996.

_____. **Meios e Audiências II: a consolidação dos estudos de recepção no Brasil**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2014.

JACKS, Nilda Aparecida; MENEZES, Daiane; PIEDRAS, Elisa. **Meios e Audiências - A emergência dos estudos de recepção no Brasil**. Editora Sulina, Porto Alegre, 2008.

JACKS, Nilda Aparecida; JOHN, Valquíria Michela. Estudos de recepção: parte da história recente. In: LIMA, João Cláudio Garcia; MELO, José Marques de (Orgs.). **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013.

JOHN, Valquíria Michela. Recepção dos conteúdos jornalísticos: gênese e lacunas. In: JACKS, Nilda. **Meios e Audiências II: a consolidação dos estudos de recepção no Brasil**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2014.

JOHN, Valquíria Michela; COSTA, Felipe. Mulheres, identidade de gênero e sexualidade: problemáticas e desafios a partir do recorte por sexo. In: JACKS, Nilda. **Meios e Audiências II: a consolidação dos estudos de recepção no Brasil**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2014.

JOHNSON, Telma. **Pesquisa social mediada por computador: questões, metodologia e técnicas qualitativas**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

KNEWITZ, Anna Paula; JACKS, Nilda. Reconfigurações nas práticas de leitura de notícias: como convivem o jornalismo impresso e o digital. In: SILVA, Gislene (Org.). **Jornalismo contemporâneo: figuras, impasses e perspectivas**. Salvador: EDUFBA; Brasília: COMPÓS, 2011.

LEMOS, Marina Gazire. **Ciberfeminismo: Novos discursos do feminino em redes eletrônicas**. Dissertação. Mestrado em comunicação e semiótica. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 2009.

Disponível em:

<https://tecnos.cienciassociais.ufg.br/up/410/o/Dissertação_-_Ciberfeminismo__novos_discursos_do_feminino_em_redes_eletronicas.pdf> Acesso em: 14 jun. 2015

LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald. Os modos de investigação. In: _____. **Investigação qualitativa**. Instituto Piaget, Lisboa, 2005. p. 167-173.

LOBATO, Mayara Luma Maia. A trajetória do feminino na imprensa brasileira: o jornalismo de revista e a mulher do século XX. In: **Encontro Nacional de História da Mídia**, 9, 2013, Ouro Preto, MG. Anais.

Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-do-jornalismo/a-trajetoria-do-feminino-na-imprensa-brasileira-o-jornalismo-de-revista-e-a-mulher-do-seculo-xx>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Predicados de um Estudo de Caso exemplar. In: _____. **Estudo de Caso: uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.

MESSA, Márcia Rejane. Os estudos feministas de Mídia: uma trajetória anglo-americana. In: ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. (Org.). **Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. pp. 38-61.

MIELNICZUK, Luciana. **Jornalismo na web: uma contribuição para o estudo do formato de notícia na escrita hipertextual**. 2003. 246 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Culturas Contemporânea) Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2003. [online]. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/12769270/Jornalismo-na-web-uma-contribuicao-para-o-estudo-do-formato-da-noticia-na-escrita-hipertextual#scribd>> Acesso em 01 jun. 2015.

_____. **O Link como Recurso da Narrativa Jornalística Hipertextual.**
[online]. Disponível em: <http://www.unifra.br/professores/daniela_aline/o-link-como-recurso-da-narrativa-jornalistica-hipertextual.pdf> Acesso em: 09 jun. 2015.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Pesquisa em jornalismo no Brasil: o confronto entre os paradigmas midiocêntrico e sociocêntrico. In: **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**. Vol. VII, n. 1, Abr. 2005.

Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12273/1/ARTIGO_PesquisaJornalismoBrasil.pdf>.
Acesso em: 04 maio 2015.

OLIVEIRA, Maria Marly de. Estudo de caso. In: _____. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. pp. 55-59.

PERROT, Michelle – **Minha história das mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher?. In: ALGRANTI, Leila Mezan (org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. IFCH/UNICAMP, Textos Didáticos, n. 48, 2002.

PRIMO, Alex. **Conflito e cooperação em interações mediadas por computador** [online].

Disponível em: http://compos.org.br/data/biblioteca_904.pdf. Acesso em: 13 jun. 2015.

RECUERO, Raquel. **Atos de ameaça a face e a conversação em redes sociais na Internet**.

In: Alex Primo. (Org.). **Interações em Rede**. 1ed. Porto Alegre: Sulina, 2013, v. 1, p. 51-70.

[versão rascunho/draft].

Disponível em:

<<http://www.raquelrecuero.com/arquivos/rascunhoatosdeameaca.pdf>>. Acesso em 15 jun. 2015.

_____. **Conversação em rede: a comunicação mediada pelo computador e redes sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

_____. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROHDEN, Fabíola. **A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

RONSINI, Veneza V. Mayora. A perspectiva das mediações de Jesús Martín-Barbero (ou como sujar as mãos na cozinha da pesquisa empírica de recepção). In: **Encontro da Compós**, 19, PUC-RJ, Rio de Janeiro, RJ, jun. 2010. Disponível em: <http://compos.com.puc-rio.br/media/gt12_veneza_ronsini.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2015.

RUIBAL, Alba M. Feminismo frente a fundamentalismos religiosos: mobilização e contramobilização em torno dos direitos reprodutivos na América Latina. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 14. Brasília: maio – agosto de 2014, pp. 111-138. [online] Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/11404/8100>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

SANTAELLA, Lucia. A pesquisa em comunicação no Brasil, com ênfase na pesquisa empírica. In: BARBOSA, Marialva Carlos (Org.). **Quem tem medo da pesquisa empírica?** São Paulo: INTERCOM, 2011.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de Revista**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. In: **Cadernos Pagu**, v.16, Campinas, 2001, pp.137-150.

SCHMITZ, Daniela; et. al. **O consumo e a circulação da telenovela *Passione* num cenário multiplataforma**. Porto Alegre: XX Encontro da Compós. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Revista Educação & Realidade**, v. 20, n.2, jul./dez. 1995

SILVA, Márcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014.

SODRÉ, Muniz. **Jornalismo como campo de pesquisa**. In: Brazilian Journalism Research, vol. II, num. 2, 2014.

SOVIK, Liv (Org.). Apresentação. In: HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003, pp. 09-24.

THERBORN, Göran – Casais, bebês e estados. In: _____. **Sexo e Poder – A família no mundo 1900 – 2000**. São Paulo: Editora Contexto, 2006. pp. 333 a 428.

TPM, Revista. Editorial: **Uma em 1 milhão: Precisamos muito falar sobre aborto**. [online]. Disponível em: <<http://revistatpm.uol.com.br/editorial/148/uma-em-1-milhao.html>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: Volume I - Por que as notícias são como são**. Florianópolis: Editora Insular, 2004.

ANEXOS

ANEXO A – Registros dos comentários analisados (CD-RW).

ANEXO B – Quadro 4: Exemplos de comentários de cada categoria

CATEGORIA	EXEMPLOS A FAVOR	EXEMPLOS CONTRA
4.2.1 Adoção, “doação” e abandono	<p>Exemplo 1: Sou a favor do aborto! Cansei de ver mães q não desejaram essa criança, sem condições de se sustentar e dar o devido apoio e educação! Crianças sofridas! Alem de milhares de mulheres morrerem em clinicas clandestinas! Chega! Legalize já!</p> <p>Exemplo 2: Ah claro. Você vai passar 9 meses com a sua vida virada de cabeça pra baixo e julgamentos mil. Af quando ela resolve dar a criança "ai que insensível" "é seu filho"... Vocês realmente não sabem a realidade de quem é abandonado pra ficar falando que isso é melhor que não nascer.</p> <p>Exemplo 3: Quanta ignorância nos comentários...e ainda se dizem pro-vida. Porque nao adotam uma criança abandonada então? Se são tao "pro-vida" assim. Entre aspas mesmo. Bando de hipócrita.</p>	<p>Exemplo 1: O correto é a prevenção. Se não fez, dá pra adoção. Agora acabar com uma vida dizendo que isso é um direito da mulher, é um absurdo. Eu mesma não me choco quando se tenta tirar uma vida e acaba morrendo.</p> <p>Exemplo 2: Porque não oferecer pra adoção ? Existem centenas de casais esperando pra adotar uma criança.</p> <p>Exemplo 3: Tanta gente maluca nesse mundo... Não quer o filho? Passa a guarda pra outra pessoa, ou manda pra adoção... Não tem necessidade de abortar. Agora eu não entendo a pessoa ã tem sentimentos ao abortar e tem ao doar o filho que antes ã queria...</p>
4.2.2 Autonomia, liberdade sexual e controle sobre a mulher	<p>Exemplo 1: não à criminalização do aborto e não à gravidez como forma de punição ao prazer da mulher. Linda TPM Emoticon heart</p> <p>Exemplo 2: Toda mulher tem o DIREITO de fazer o que quiser da sua vida.Quando uma mulher engravida e facil de dizer que ela nao se cuidou e muito facil para o macho que nao quer usar preservativo.MULHER o CORPO e Seu e Vida e SUA.!</p> <p>Exemplo 3: Pelo direito de escolha. Pelo direito de abortar ou não abortar !A mulher decide e deve ser apoiada seja qual for sua decisão. É absurdo obrigar uma mulher a abortar e é igualmente absurdo obriga la a manter a gravidez !Parem de olhar para o próprio umbigo.</p>	<p>Exemplo 1: Como que o direito de escolha pode ser maior que o direito a vida? #precisamosfalarsobrevida #chegademorte</p> <p>Exemplo 2: Na hora de abrir as pernas ninguem se preocupa com as consequencias, depois vem pedir legalização de aborto?! Não tem desculpa, hoje com todo acesso a informação fica gravida quem quer. Quem defende aborto são covardes que já tiveram sua oportunidade de nascer.</p> <p>Exemplo 3: Me indigna ver mulheres a favor do aborto e homens contra! Não deveria ser o contrário? As mulheres que por natureza possuem instinto materno são obrigadas a zelar e proteger o ser que ELA PERMITIU que fosse gerado em seu útero. Agora se uma mulher realmente pensa que tem o direito de tirar a vida que deveria proteger, realmente espero que nunca tenha filhos, pois genes assim não devem ser passados adiante</p>

4.2.3 Ciência	<p>Exemplo 1: A quarta semana de desenvolvimento humano corresponde a duas semanas pós fecundação; nuuncaaaa que algo do tamanho de um grão vai ter condições de criar coração. .</p> <p>Por favor! Eu ri muitoooooo quando eu li essa asneira.</p> <p>Exemplo 2: É por isso que um bebê se chama bebê e um zigoto se chama zigoto. .</p> <p>Exemplo 3: A religião não pode interferir no direito de atendimento médico! Vocês que escreveram nesse post tem o direito de achar se é assassinato ou não, se é melhor te e largar na rua....mas não podem tirar o direito de quem PRECISA optar por isso é ter acompanhamento médico. Se a religião fosse ciência até hoje acrditaríamos que o mundo é quadrado!!!!</p>	<p>Exemplo 1: A partir do momento que um zigoto se forma, um outro ser surge! Quem dirá um feto!</p> <p>Hipocrisia é assassinar alguém que não possa se defender, que não fala, não chora e não grita!</p> <p>Parabéns aos que na era de anticoncepcionais e camisinha ainda tem dificuldade de evitar gravidez indesejada!</p> <p>Exemplo 2: A vida é feita a partir da formação do zigoto, isso é indiscutível. A questão é que temos em nosso meio cientistas sem caráter que recebem verba para dar cunho científico a ideologias de esquerda e genocídias, dentre as quais você, pelo vista, uma delas defende: o aborto.</p> <p>Exemplo 3: Só pra ilustrar a incoerência científica ridícula de quem vem com esse papinho de que embrião não é ser vivo... Uma única molécula primária com sistema celular encontrada em Marte já é considerada "vida" fora da Terra. Porque o conceito muda quando se trata de um embrião humano?</p>
4.2.4 Elogios e críticas à edição	<p>Exemplo 1: Como seria bom uma discussão séria sobre o tema, sem dogmas pra começar</p> <p>Exemplo 2: Cada mulher sabe de seu corpo.....Legalize já.</p> <p>Exemplo 3: Sou absolutamente contra a prática do aborto. Mas sou integralmente a favor da legalização do aborto no Brasil.</p>	<p>Exemplo 1: Apologia ao crime. Os editores dessa m#rda devem ser responsabilizados criminalmente por incentivar mulheres a assassinarem seus filhos no ventre.</p> <p>Exemplo 2: Suja, assassina, lixo humano. [Nina Lemos]</p> <p>Exemplo 3: Por que a TPM não faz um vídeo com artistas que são contra o aborto? Que tipo de "debate" é esse? Parcialidade.</p>
4.2.5 Estupro	<p>Exemplo 1: Ser estuprada e ainda criar o fruto disso...Ninguém merece...</p> <p>Exemplo 2: Ai a pessoa não interpreta direito aff a legalização do aborto salva as mulheres pq aí elas poderiam fazer o aborto de forma segura. Não quer ter o bebê não engravide? Então se não quer ser assaltado não tenha dinheiro, se não quer pegar trânsito não saia de casa... Não é tão simples assim. Métodos anticoncepcionais</p>	<p>Exemplo 1: Sou a favor de aborto apenas em caso de estupro (e olhe lá, porque a doação da criança depois do parto não é crime).</p> <p>De todos os posts sobre aborto este foi o pior que eu já li. Não quer engravidar? Previna- se ou feche as pernas. Simples assim.Vou ali vomitar e já volto.</p>

Comentado [JK1]: Botar de nota de rodapé, aparece 5x: Veja que nem o argumento "estupro" se sustenta sob o ponto de vista humano, para justificar o aborto. Basta verificar na experiência cotidiana o próprio exercício de HUMANIDADE que os abortistas não têm. Imagine a cena: A moça tem formação cristã, por isso vai buscar apoio emocional e psíquico numa igreja -- afinal é também para isso que elas servem -- para a difícil decisão de levar ou não adiante a gravidez indesejada. Basta um simples murmúrio de socorro diante da assembléia para que 100% das vozes ali reunidas deem um louvor de comção e a envolva com o mais puro amor compreensivo! Todos ali irão se empenhar ao máximo, para que ela seja revestida dos mais puros cuidados, afim de se posicionar a favor da vida. As propostas de adoção serão tão grandes, que gerará um amor automático ao feto, a ponto de fazê-la mudar de ideia no final do processo. Tenho CERTEZA que os recursos financeiros, emocionais, psíquicos e espirituais que essa moça receberá serão tão estupendos, que em poucas semanas se curará do trauma. PQP, tem coisa mais HUMANA que transmutar o impacto monstruoso gerado pelo estupro com ações amorosas? Agora eu te pergunto: Essas criaturas abjetas que se gabam de ser militantes pró-aborto, "humanitáááááárias", como Jean Wyllys, Alessandra Negrini, Marília Gabriela, Leandra Leal, Gregório Duvier e tantos outros irão se mobilizar a ponto de levarem flores e chocolates no hospital para a mãe moribunda que passar pelo procedimento abortivo?

	<p>não são 100%, tem mulher que não usa camisinha pq o PARCEIRO pediu, tem mulheres religiosas que não usam esses métodos e engravidam (sim católicas abortam), mulheres que são estupradas e não recebem assistência por conta da "moral e bons costumes"... Não é só o aborto, é o controle sobre a mulher como um todo</p> <p>Exemplo 3: Sim neh..faz todo sentido. Pra ganhar a comoção e a recompensa do estado é preciso ser maltratada, abusada, e humilhada. Agora se goza tem mais é que morrer com um cabide na perereca. Ou seja; a mulher é culpada até mais que o próprio estuprador..</p>	<p>Exemplo 2: So se for por estupro ou risco de vida para mae, o resto se nao quer filho não saia dando oq nao quer receber minha filha.</p> <p>Exemplo 3: Sou contra o aborto. Vc tira a vida de quem não pode se defender, sabe o que as pessoas devem fazer? Fechar as pernas. Você não precisa ter relação sexual , principalmente se não é uma pessoa adulta, responsável pelo seu sustento, sua vida. A vida pede liberdade e não promiscuidade. Aquelas pessoas que sofrem estupro, tem saída, entregue para adoção. Matar é crime! Você nunca vai ter o direito de matar alguém...</p>
4.2.6 Prevenção	<p>Exemplo 1: Se alguém realmente se importasse, oq vocês não fazem pq afinal de contas mulheres não são pessoas, vocês saberiam que a legalização do aborto também vem com programas de educação sexual. E mulheres casadas também abortam.</p> <p>Exemplo 2: Hoje em dia quem quer se protegzzzzzzZZZZZ. Maior asneira da vida! Nenhum método é 100% seguro!</p> <p>Exemplo 3: Acho que não devemos condenar nem o que foi imprudência. Se a mulher engravidou por qualquer motivo ela deveria ter o direito de abortar. Muitos casais se descudam e acaba ocorendo uma gravidez indesejada, mesmo assim não vejo motivos para a mulher ser obrigada a levar a gravidez a diante.</p>	<p>Exemplo 1: Legalizar o aborto não vai servir de nada se não houver prevenção...Se parir pelo SUS já é terrível em alguns lugares imagina abortar!</p> <p>É terrível pensar que egoísta essas mulheres são que não conseguem pensar na vida da criança. Só pensa em acabar com seu problema!</p> <p>Exemplo 2: Mostra a esse povo o endereco mais perto de uma farmacima ou de um posto onde podem ter acesso a anticoncepcionais seguros!!!! Como tudo na vida prove ir e mais facil que remediar... Mais Barata e com menos risco!!!! Precisa os seria ente uma campanha a favor do sexo seguro e consciencia!!!!!! Aborto e o remedio dos inconsequentes!!!!!!</p> <p>Exemplo 3: Ah muito fácil sair trepando por aí com o primeiro que aparece e não querer assumir responsabilidade depois! Não quer ter filho, use camisinha e tome pílula! Lide com suas responsabilidades! O cara não quer sem camisinha? Tome pilula! Ou de pra outro, o mundo tá cheio de homem bonito e cheiroso!</p>

4.2.7 Religião	<p>Exemplo 1: Legalizar o aborto.</p> <p>Empodera as mina.</p> <p>Meu útero é laico</p> <p>Exemplo 2: Se acha difícil viver no Brasil vai embora. Vai para os Estados Unidos, vai pro Uruguai, vai pra Suíça, Suécia. Ops, perai. Em todos esses países o aborto é legalizado ate pelo menos 12 semanas de gestação. Se liga. Se informa. E tira o seu Rosário do nosso ovário.</p> <p>Exemplo 3: Quem vai contra os valores católicos não pode se considerar católica? Me fale um pouco mais de católicos que se divorciam, usam preservativos ou fazem laqueadura?</p>	<p>Exemplo 1: Prq essas mulheres ñ c matam inves d matar o bb?prq matar um ser indefeso é mais fácil afinal elas ñ estao sentindo o desespero dc ser q para o prazer dela agora está sendo arrancado da vda sem chance d defesa. Assassinato cruel</p> <p>Bando d sem noçao vcs ñ imaginam o q os espera d outro lado.</p> <p>Exemplo 2: Acredito na lei de causa e efeito (reencarnação) e, por essa razão sou contra o aborto. Sei que muitas vão criticar meu ponto de vista, que é baseado sob o prisma da espiritualidade, mas é nisso que acredito, e peço respeito pela minha opinião. Acredito tbm que o debate sobre o tema é salutar, pois desta forma muitas mulheres e seus parceiros pensarão sobre formas de prevenção</p> <p>Exemplo 3: Assassinato...sou contra! Métodos contraceptivos ou obediência a Deus que nos instituiu o casamento. Sexo fora do casamento é contra as leis de Deus e ainda seguido de assassinato é um pouco demais. Nossa sociedade está tornando - se uma população com idéias assassinas! Cara...Deus existe! Se sua mãe tivesse este espírito criminoso e assassino, hoje a gente não estaria tendo que ver estas campanhas absurdas em prol de assassinato de incapaz, pior, sangue do mesmo sangue... Deus dá a vida e só Deus pode tirar!</p>
4.2.8 Saúde pública	<p>Exemplo 1: Chega de tapar o sol com a peneira enquanto milhares de mulheres morrem! A legalização do aborto é uma questão de saúde pública e não político-religiosa-ideológica! Chega de hipocrisia! #prontofalei!</p> <p>Exemplo 2: Descriminalizar é NO MÍNIMO questão de saúde pública! Eu digo sim!</p>	<p>Exemplo 1: Ainda querem que meu dinheiro vá para esse crime? Nem fodendo! Aborto é questão de segurança pública! Assassinas!</p> <p>Exemplo 2: So contra um dos motivos é que o SUS não consegue atender nem as gestantes isso só iria beneficiar as classes mais alta e o pobre continuariam sem acesso e as mortes iriam aumentar so que</p>

	<p>O aborto deveria ser descriminalizado. Mas jamais esse procedimento deveria fazer parte do sistema público de saúde</p> <p>Exemplo 3: Dialogar sobre o aborto é imprescindível, caso de saúde pública. Independente de ser contra ou a favor, pessoas morrem em procedimentos clandestinos se expondo a graves riscos. Gostaria de ter oportunidade de dialogar racionalmente sobre o aborto.</p>	<p>legalizadas.</p> <p>Exemplo 3: A lógica da redução de danos aqui não pode ser utilizada, pois não podemos permitir a morte de tantos para evitar a morte de outros tantos. Precisamos evitar Todas as mortes. Acho que o governo deve investir dinheiro público em políticas para acolhimento social que funcione e orientação para as mulheres, apoiando-as integralmente em caso de uma gravidez.</p>
4.2.9 Hipertexto	<p>Exemplo 1: Texto do médico Drauzio Varella em seu site sobre a questão do aborto.¹⁹</p> <p>Exemplo 2: Página “Útero Laico” do Facebook²⁰.</p> <p>Exemplo 3: Votação para ideia legislativa no site do Senado referente à legalização da interrupção voluntária da gravidez dentro das 12 primeiras semanas de gestação, pelo SUS²¹.</p>	<p>Exemplo 1: Campanha da fanpage Destrave, ²²criada em oposição à campanha da TPM. Defende a vida.</p> <p>Exemplo 2: Trailer do filme Blood Money²³, que mostra “como funciona a indústria de distribuição de contraceptivos e a estratégia para difundir a cultura do aborto nos EUA”.</p> <p>Exemplo 3: Relato de Gianna Jessen (sobrevivi a um aborto).²⁴</p>
4.2.10 Moralismo	<p>Exemplo 1: Pronto, agora querem mandar até em q parte do corpo a gente vai dar. O desespero dos conservadores é que todos tenham direitos!</p>	<p>Exemplo 1: por que fazer o aborto?? tirar a vida!!! homem que é homem não bate em mulher, e mulher que é mulher não faz aborto!</p>

Comentado [JK2]: Esse argumento frequente 6x: Todos estes que apoiam essa campanha tem sangue nas mãos e são cúmplices de milhares de homicídios que acontecem em nosso país. Curioso, como diz o apresentador Ratinho, "na hora de virar o zóio é bom né, agora assumir responsabilidade não quer." Simples assim, estou com uma criança no ventre, uma vida, um ser humano, mas pra mim é um estorvo, vou matá-la. Vivemos numa sociedade tão promíscua, que você não vê mais campanhas pró família, você não vê campanhas pela fidelidade conjugal, o que você vê é distribuição de preservativos e pílulas do dia seguinte com o meu, o seu, o nosso dinheiro. Lamentável, tem gente que chega ao absurdo de dizer que um embrião é menos importante que uma mulher adulta. MEU DEUS!!!! Onde chegamos??? VOCÊ, QUE NUNCA PRESENCIOU UM ABORTO, FAÇA O QUE EU FIZ, ASSISTA UM VÍDEO DISPONÍVEL NO YOUTUBE CHAMADO "O GRITO DO SILÊNCIO", você constatará, assim como eu, o quão abominável é um aborto, assistindo esse vídeo tive vontade de vomitar, ao perceber a que ponto chega o ser humano. VOLTO A DIZER, VOCÊS QUE APOIAM ESSA CAMPANHA DE MORTE, DE HOMICÍDIOS, TEM SANGUE NAS MÃOS.

¹⁹ Disponível em: <http://drauziovarella.com.br/.../gra.../a-questao-do-aborto/>

²⁰ Disponível em: https://m.facebook.com/uterolaico?hc_location=ufi

²¹ Disponível em: <https://www12.senado.gov.br/ecidania/visualizacaoideia?id=29984>

²² Disponível em: <https://www.facebook.com/cnDestrave/photos/a.169880099735250.42499.155119834544610/785573194832601/?type=1&theater>

²³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6i5m6j6ffrM>

²⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=edqf7Jm8BUs>

	<p>Exemplo 2: Pessoas pró-vida...pró mulheres mortas isso sim. Defensores da moral e bons costumes... Mulheres são pessoas apesar da sociedade achar que não. Ninguém é a favor do aborto, as pessoas são a favor da legalização.</p> <p>Exemplo 3: Todo mundo sabe que a maioria das pessoas que se dizem católicas não vivenciam na prática o que a igreja prega. A começar pela virgindade... E ainda vem aqui cagar regra no catolicismo alheio dizendo que não são católicos simplesmente porque não compartilham do mesmo pensamento que vocês. Ahhh, a hipocrisia reina!</p>	<p>Exemplo 2: As mesmas pessoas que são a favor do aborto foram crianças que suas mães optaram em não mata-las</p> <p>Exemplo 3: Precisamos falar sobre vergonha na cara!!!!</p>
<p>4.2.11 Vida de mulheres X</p> <p>Assassinato de bebês</p>	<p>Exemplo 1: "Mulheres abortam todos os dias de forma insegura. Mulheres que são mães abortam ilegalmente. Mulheres que não querem ter filhos abortam diariamente. Mulheres religiosas "contra" o aborto abortam diariamente. Mães de família abortam, adolescentes abortam, mulheres pobres abortam, mulheres ricas abortam, mulheres casadas, mulheres solteiras, mulheres empregadas, desempregadas. Mulheres de todos tipos abortam e não há opinião alheia que vá fazer isso mudar. Eu já fui essa mulher. Sei bem o que estou falando. Quando fiz um aborto, em 2009, tinha a cabeça bem diferente de agora. Não foi sussa, não foi nada de boa e fiquei em frangalhos depois, tanto emocionalmente quanto hormonalmente, por vários motivos. Mas não dava. Eu não podia ter outro filho e, depois de muita discussão com meu então namorado, acordamos que assim seria. Não foi "descuido", eu tomava pílula. Acontece. Aconteceu comigo" - Clara Averbuck, escritora</p> <p>Exemplo 2: Só lembrando que: todos, sem exceção, os métodos anticoncepcionais podem falhar. Claro que precisamos sim de um planejamento familiar eficiente, de educação sexual pros adolescentes, mas ainda assim, algumas vezes os métodos irão falhar e não podemos admitir que mulheres morram em clínicas clandestinas. Afinal, nem o pior crime que se possa pensar gera pena de morte no Brasil.</p>	<p>Exemplo 1: A capa só poderia ser um pouquinho mais realista. Ao invés destas mães bonitas que mataram os filhos, poderiam estar os bebês que foram mortos. E na capa o título poderia ser: Minha mãe me matou.</p> <p>Exemplo 2: Ôbaaaaa!!! Pq não legalizamos também o estupro, pois homens têm o direito de trepar em quem e quando eles quiserem. Deveríamos legalizar tbm o homicídio, pois se vc não concordar com meu comentário, eu deveria ter o direito de te cortar em pedaços como o fazem com esses pequeninos. Aborto é assassinato!</p> <p>Exemplo 3: Nossa! Tanta gente cheia de razão né?! Miseráveis, assistam o retalhamento de uma criança dentro de um útero e me digam se isso não é a forma mais covarde de assassinar um ser humano?! Que se fodam as que morrem fazendo aborto!!!</p>

		<p>Exemplo 3: Tá mais que na hora de falar sobre aborto! São muitas mulheres que morrem. Aborto nunca vai deixar de existir. Porém, a regra é clara: ricos terão sempre acesso (por poder pagar boas clandeslinas) e pobres não (pois pagarão o serviço meia boca). Além do mais, com a legalização, a fiscalização existiria e muitas mortes seriam evitadas. Apoiados! Essa será uma campanha de sucesso no facebook! Mandaram muito bem! Hashtag compartilhada no meu mural! #precisamosfalarsobreaborto</p>	
4.2.12	Sororidade X Misoginia	<p>Exemplo 1: Pelo direito de escolha! E para os engraçadinhos que usam como argumento : " se sua mãe tivesse abortado..." Eu digo: Se minha mãe tivesse abortado estaria no direito dela! Chega de hipocrisia, chega de mulheres ariscando a vida em clínicas clandestinas! SORORIDADE!</p> <p>Exemplo 2: Feminismo luta por direitos iguais para os gêneros. Se você não conhece o movimento não o cite como se fossem todas mulheres loucas. Sororidade é muito importante, é se colocar no lugar do outro. Mas você não se importa né? Acho que você realmente deveria ver o documentário.</p> <p>Exemplo 3: Eu posso ser nova mas sou bem mais informada que você. Eu sou feminista. Eu escuto as outras mulheres e procuro entende-las e apoia-las. Eu me importo.</p>	<p>Exemplo 1: Estou pouco me lixando para mulheres que morrem durante abortos em clínicas clandestinas. Eu fico triste é pela morte do feto inocente. A mulher que morreu nesse caso era uma ASSASSINA que estava cometendo um ASSASSINATO contra um ser indefeso que não fez mal a ninguém. Enxergo a morte nesse caso como uma punição. Se depender de mim, meu dinheiro tomado em forma de impostos nunca será usado para que se cometa assassinato de fetos em Hospitais Públicos. (continua) Clínicas privadas de aborto devem ser fechadas e os envolvidos presos por assassinato. "Médicos" envolvidos nesse crime cruel e covarde devem ter seus CRM's cancelados.</p> <p>(continua) Exemplo 2: Vcs deviam falar pra essas cadelas no cio sobre métodos contraceptivos disponíveis no mercado.</p> <p>Exemplo 3: Matou o próprio filho sua vadia, você é uma assassina seu lixo!</p>
4.2.13	Machismo X Culpa da mulher	<p>Exemplo 1: Gente que defende discurso de ódio, mulheres que não conhecem a sororidade, machistas que querem tolher a liberdade feminina: "Vão queimar no inferno" "Deu, agora aqueita" "Sossega a periguíta" "Tinham que ser todas presas" "Vagabunda assassina" "Que morra se for fazer aborto" "Mulher séria não aborta" "Isso é triste..." Ainda precisamos evoluir muito.</p>	<p>Exemplo 1: Métodos para evitar não falta... As que sobrevivem a isso deveriam ser presas por assassinato.</p> <p>Exemplo 2: Então uma mulher faz sexo inconsequente sem usar nenhum meio contraceptivo em pleno século XXI , gera um inocente e eu ainda sou colocada como cúmplice de sua morte por essa matéria ?</p>

	<p>Exemplo 2: A mulher né? O cara que ajudou a fazer não. Pq claro quem é pró-vida é pra vida do homem, branco, cis, hetero, sem deficiência e de classe média alta. Pq será que só a mulher vai presa? Machismo? Demonização do corpo da mulher? Hipocrisia? Oq será?</p> <p>Exemplo 3: Vejo machistas mandando mulheres se prevenirem e/ou darem a bunda. Pq ninguém lembra q o homem participa da concepção e mtas vezes não quer nem saber o q a mulher vai fazer. Homem pode fazer vasectomia, galera! Milhões de homens abortam e nem pensão alimentícia querem dar, mas a culpa será sempre da mulher.</p>	<p>Exemplo 3: Sinceramente as chances de engravidar utilizando os métodos contraceptivos de forma correta são tão mínimas que quando acontecem não são nem contabilizadas. O que ocorre mesmo é desleixo do casal e principalmente da mulher que não toma o remédio direito, não vai ao médico ou ao menos lê a bula para se informar melhor dos riscos.</p>
4.2.14 Outras categorias	<p>Exemplo 1: Acho muito importante discutir a questão do aborto. Mas ao dar visibilidade para Gregório Duvivier, Alessandra Negrini, Leandra Leal, Marília Gabriela, Contardo Calligaris, Walter Salles, Maria Ribeiro, Jean Wyllys, Marcelo Freixo e não ouvir nenhuma negra, só mostra como somos racistas! Sendo que as mulheres mais afetadas são as mulheres pobres e negras.</p> <p>Exemplo 2: Neste mapa, se vê os países ricos, e de primeiro mundo o aborto é legalizado. #precisamosfalarsobreaborto http://pt.wikipedia.org/wiki/Aborto_por_pa%C3%ADs...</p> <p>Exemplo 3: Gente, vcs que são contra o aborto pq é assassinato de inocente, vcs são vegetarianos?</p>	<p>Exemplo 1: Gianna Beretta Molla (Magenta, 4 de outubro de 1922 – Milão, 28 de abril de 1962) foi uma médica italiana casada e mãe de família com quatro filhos.</p> <p>O casal teve quatro filhos: Pierluigi, Maria Zita, Laura e Gianna Emanuela. Porém, na última gestação, quando Gianna já tinha 39 anos, descobriu-se que ela tinha um fibroma no útero e ela tinha três opções: retirar o útero doente (o que ocasionaria a morte da criança), abortar o feto ou, a mais arriscada, submeter-se a uma cirurgia arriscada para preservar a gravidez. Gianna não hesitou e disse: "Salvem a criança, pois tem o direito de viver e ser feliz!". A cirurgia ocorreu no dia 6 de setembro de 1961. Ela deu entrada para o parto no hospital de Monza na Sexta-Feira Santa de 1962. No dia seguinte, 21 de abril, nasceu Gianna Emanuela. Sempre file, afirmava: "Entre a minha vida e a do meu filho, salvem a criança!". Gianna faleceu no dia 28 de abril de 1962 em casa.</p> <p>Exemplo 2: Pq a mãe desse viado não foi à favor do aborto tb? Seria menos um merda no mundo!!</p> <p>Exemplo 3: Minha mãe tomou remédio pra abortar , mas quase morreu então ela desistiu de abortar e EU nasci !!!!! Se vc não quer uma criança dá pra adoção é melhor do que tirar o direito dela de viver</p>